Textos para Discussão
Diretoria de Pesquisas
n.62

Classificação de Informações

Estatísticas 2015

Relatório do projeto de avaliação
Recomendações e próximos passos

Marcia Maria Melo Quintslr

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Marcio Pochmann

Diretora-Executiva
Flávia Vinhaes Santos

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Elizabeth Belo Hypólito

Diretoria de Geociências
Ivone Lopes Batista

Diretoria de Tecnologia da Informação
Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
José Daniel Castro da Silva

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Paulo de Martino Jannuzzi

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Cadastros e Classificações
Francisco de Souza Marta

Ministério do Planejamento e Orçamento
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Cadastros e Classificações

Textos para Discussão
Diretoria de Pesquisas
número 62

Classificação de Informações Estatísticas 2015

Relatório do projeto de avaliação

Recomendações e próximos passos

Marcia Maria Melo Quintslr

IBGE
Rio de Janeiro
2024

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1518-675X **Textos para discussão - Diretoria de Pesquisas**

Divulga estudos desenvolvidos por técnicos do IBGE e/ou de outras instituições, bem como resultantes de consultorias e traduções consideradas relevantes para o Instituto. A série **Textos para discussão** está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 978-85-240-4602-5

© IBGE. 2024

Impressão

IBGE/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, em 2024.

Capa

IBGE/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca, Informação e Memória do IBGE.

Quintslr, Marcia Maria Melo

Classificação de informações estatísticas 2015 : relatório do projeto de avaliação : recomendações e próximos passos / Marcia Maria Melo Quintslr. - Rio de Janeiro : IBGE, 2023.

107 p. - (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675X, n. 62).

ISBN 978-85-240-4602-5

1. Estatística. 2. Classificação. I. IBGE. Coordenação de Cadastros e Classificações. II. Título. III. Série.

CDU 311.13

EST

Siglas e abreviaturas

(continua)

Siglas e Abreviaturas	Denominação extensa
CENU	Comissão de Estatística das Nações Unidas
CIE	Classificação de Informações Estatísticas
CES	Comitê de Estatísticas Sociais
COCAD	Coordenação de Cadastro e Classificações
COICOP	Classificação Internacional de Consumo por Finalidade (*Consumption International Classification on Purpose*)
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCLA	Comissão Nacional de Classificação
CSA	Classificação de Atividades Estatísticas (*Classification of Statistical Activities*)
DGC	Diretoria de Geociências
DENU	Divisão de Estatística das Nações Unidas
DPE	Diretoria de Pesquisas
ECINF	Pesquisa de Economia Informal Urbana
ECO-UFRJ	Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ESTADIC	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
FDES	*Framework for the Development of Environment Statistics*
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ISCC	Classificação Internacional de Crimes para Fins Estatísticos (*International Statistical Classification on Crime*)
ISCO	Classificação Internacional de Ocupações (*International Statistical Classification of Occupation*)

Siglas e abreviaturas

(final)

Siglas e Abreviaturas	Denominação extensa
ISKO	Sociedade Internacional da Organização do Conhecimento (*International Society of Knowledge Organization*)
LAI	Lei de Acesso à informação
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
LGBTQIA+	Designa minorias sexuais e de gênero: lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, pansexuais, intersexos, agêneros e mais.
MEI	Microempreendedor individual
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
OC	Organização do Conhecimento
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PCI	Programa de Comparações Internacionais
PPM	Pesquisa de Pecuária Municipal
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAD-Covid	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Covid
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SIPD	Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares
SOC	Sistema de Organização do Conhecimento
UNECE	Comissão Econômica das Nações Unidas para Europa (*United Nations Economic Commission for Europe*)
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo

Figuras e Quadros

Figuras

Figura 1: Fragmento do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, Brasil,1974 26

Quadros

Quadro 1: Estrutura da Classificação de Informações Estatísticas (CIE 2015): domínios, temas e subtemas.22
Quadro 2: Domínio “Estatísticas Sociais” – fragmento do anexo 1..... 28
Quadro 3: Domínio “Estatísticas Econômicas” – fragmento do anexo 1..... 29
Quadro 4: Temas da CIE não contempladas em algum dos planos ou debates 30
Quadro 5: Subtemas da CIE não contemplados em algum dos planos ou debates 31
Quadro 6: Subtema “Grupos populacionais especiais” – fragmento do anexo 1..... 32
Quadro 7: Conhecimento da motivação para o desenvolvimento, uso anterior e conhecimento sobre o uso da CIE 2015..... 39
Quadro 8: Percepção de que as estatísticas, no portal do IBGE, estão organizadas de acordo com a CIE2015 e opinião sobre a facilidade de buscas no portal a partir da organização com base na CIE..... 41
Quadro 9: Consideração se a organização do portal com base na CIE 2015 propicia buscas segundo o olhar do usuário e expectativa para organização totalmente adequada ao usuário 42
Quadro 10: Consolidação das considerações registradas referentes a categorias da CIE 2015 sob a ótica do aprimoramento da estrutura desta Classificação 44
Quadro 11: Consolidação dos exemplos de lacunas do SEN brasileiro, segundo tipologia proposta para as lacunas 52
Quadro 12: Consolidação dos exemplos de lacunas do SEN brasileiro, segundo causas propostas para as lacunas 55
Quadro 13: Categorias de atores e hierarquização média atribuída pelos especialistas entrevistados 57
Quadro 14: Observações a partir das categorias de atores propostas 58

Sumário

Apresentação 13

Introdução 15

1 Antecedentes e recomendações internacionais sobre classificações estatísticas e a estrutura da CIE 2015 19

2 Quatro décadas do cenário estatístico brasileiro e a CIE 2015 23

2.1 Agendas estatísticas no Brasil 23

2.2 Observação das quatro décadas: dimensões da Organização do Conhecimento e a CIE 2015 24

2.3 Observação das quatro décadas: percurso metodológico 25

2.4 CIE 2015 - instrumento de representação das estatísticas oficiais 27

3 CIE 2015 como Sistema de Organização do Conhecimento: avaliação de seus objetivos, estrutura, e propriedades 35

3.1 Avaliação da CIE 2015 segundo seus objetivos: fundamentos teóricos 35

3.2 Avaliação da CIE 2015 segundo seus objetivos: percurso metodológico 36

3.3 CIE 2015: usos, estrutura, propriedades e potencial aprimoramento 38

3.3.1 A internalização da CIE 2015 no IBGE e o uso associado ao portal 39

3.3.2 A representação de agendas estatísticas: estrutura e propriedades da CIE 2015 44

3.3.3 Lacunas estatísticas do SEN e a CIE 2015: análise complementar do princípio classificador e a adoção de facetas 49

3.3.4 Atores do entorno do SEN brasileiro: proposta para subsidiar uma eventual avaliação da CIE junto ao público externo 56

4 CIE: instrumento de governança do SEN brasileiro, efetividade na organização do portal do IBGE e passos futuros 61

Referências 64

Anexos 67

Anexo 1 - Comparação entre os temas incluídos no plano estatístico legalmente instituído em 1974, no plano proposto em 1992, e temas tratados

nas Conferências de 1996, 2006 e 2016, tomando como referência a Classificação de Informações Estatísticas 2015 (CIE 2015) 69

Anexo 2 – Modelo do roteiro de entrevista projeto de Avaliação da CIE 2015 96

Anexo 3 – Graus de prioridades atribuídos às diferentes categorias de atores..... 102

Anexo 4 – Classification of Statistical Activities (CSA Rev. 1 - October 2009) ……..…105

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Agradecimentos

A riqueza dos resultados alcançados deriva da dedicação e foco com que especialistas do IBGE iluminaram os questionamentos motivadores do desenvolvimento do projeto de avaliação da Classificação de Informações Estatísticas em sua versão original, estabelecida formalmente em 2015 (CIE 2015).

Assim, cumpre agradecer os substanciais aportes de Alessandro de Orlando Maia Pinheiro, Ana Raquel Gomes da Silva, Andréa Bastos da Silva Guimarães, Antony Teixeira Firmino, Breno Augusto Campolina Barbosa, Carlos José Lessa de Vasconcellos, Cimar Azeredo Pereira, Cláudio Dutra Crespo, Cristiane dos Santos Moutinho, Denise Maria Penna Kronenberger, Flávio Renato Keim Magheli, Francisco de Souza Marta, Leandro Albertini Leite, Maria Lucia França Pontes Vieira, Neimar Rodrigues Guimarães, Octávio Costa de Oliveira, Rebeca de La Rocque Palis, Renata Moreira Paes da Costa, Roberto Neves Santanna, Rogério Cunha Andrade e Vladimir Gonçalves Miranda.

Também, cabe agradecer a Rosali Fernandez de Souza, Gustavo Saldanha e Luana Salles, professores do Programa de pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que permitiram a participação da técnica da COCAD, responsável pelo projeto, Marcia Maria Melo Quintslr, na disciplina “Avaliação de Sistemas de Organização do Conhecimento” no ano de 2020. Tal participação agregou robustez teórica a muitos dos aspectos empíricos estabelecidos e às análises constituintes do projeto de avaliação.

Apresentação

A Coordenação de Cadastros e Classificações, através da Gerência de Classificações, desenvolveu o projeto de avaliação da Classificação de Informações Estatísticas 2015 (CIE 2015), visando a observar sua efetividade no aprimoramento do portal do IBGE na Internet e sua potencialidade como instrumento de governança do Sistema Estatístico Nacional brasileiro, uma vez que seu princípio classificador corresponde à representação das estatísticas produzidas e aquelas recomendadas para serem produzidas pelo Sistema.

Os resultados da avaliação aqui apresentados devem contribuir para a tomada de decisão sobre quais os melhoramentos da CIE 2015 devem ser adotados, como desdobramento natural do presente projeto, produzindo nova versão da classificação – a CIE 1.0.

A COCAD deverá conduzir a definição da nova versão da CIE, mais uma vez, em colaboração com diferentes áreas do IBGE. Tal atuação em cooperação, tendo em vista a natureza e os objetivos da CIE, foi fundamental para viabilizar a concepção de sua estrutura vigente e para concretizar o projeto de avaliação aqui documentado.

Cimar Azeredo Pereira
Diretor de Pesquisas*

*Titular à época da elaboração do documento

Introdução

Em sua construção, foi atribuída à Classificação de Informações Estatísticas a representação dos produtos estatísticos produzidos ou indicados para produção através do Sistema Estatístico Nacional brasileiro, que se constitui, portanto, em seu princípio classificador e, consequentemente, em seu objetivo fundamental. Existiu, ainda, uma motivação prática central para o desenvolvimento da CIE - a reorganização do portal do IBGE na rede Internet.

O desenvolvimento da CIE pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tomou por base a *Classification of Statistical Activities (CSA)*, então, custodiada pela *United Nations Economic Commission for Europe* (UNECE).

A classificação brasileira foi homologada em 2015 pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), instância criada para estabelecer normas e padronização para as classificações estatísticas usadas no Sistema Estatístico Nacional e nos cadastros administrativos do País, respondendo pela definição e adoção harmonizada de classificações no âmbito governamental brasileiro. Por essa razão passa-se, neste texto, a referir a classificação homologada como CIE 2015. A estrutura da CIE 2015 foi ratificada através da Resolução nº 2, de 24 de fevereiro de 2017 do Presidente do IBGE que, também por exercer a Presidência da CONCLA, complementou a formalização da classificação.

O projeto de avaliação da CIE 2015 teve por finalidade a observação da consistência de sua estrutura, como Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) adequado à representação da produção e da demanda por estatísticas oficiais. Foi ao encontro, portanto, da validação do cumprimento do princípio classificador da CIE 2015.

Estudo realizado sobre as agendas estatísticas (Quintslr, 2018)[1], por sua vez, apontou a pertinência da CIE 2015 como instrumento de referência à gestão e à transparência dos processos de proposição das agendas estatísticas brasileiras, o que agregou pertinência ao presente projeto de avaliação. Parte dos achados dessa pesquisa sobre as agendas e referentes a este uso estratégico da CIE 2015 foram aqui apropriados.

Assim, os fundamentos teóricos, abordagens empíricas e análises aqui apresentadas propiciaram a validação da CIE 2015 segundo suas características e seus usos.

Foram observadas para tanto, a estabilidade temporal de sua estrutura, bem como a exaustividade e a mútua exclusividade das categorias que a integram. Complementarmente são analisados também a sua flexibilidade e o grau de especificidade das categorias que a constituem, levando em conta a visibilidade propiciada a diferentes

.....

[1] Dissertação de mestrado elaborada sob a orientação da professora Ana Maria Barcellos Malin no Programa de pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

tópicos, representativos dos contextos social, econômico, ambiental e de governança, mensurados a partir das estatísticas.

A percepção de melhoria da navegação no portal do IBGE na Internet a partir da adoção da CIE 2015 foi aqui examinada. O grau de internalização da classificação na instituição foi também observado.

A Coordenação de Cadastros e Classificações (COCAD) da Diretoria de Pesquisas é a unidade do IBGE responsável por conduzir o projeto de avaliação, em conformidade com as recomendações do grupo de especialistas em classificações internacionais estatísticas - *Expert Group* sobre classificações estatísticas internacionais[2] - criado para viabilizar os estudos e recomendações promovidos pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (DENU) e respaldados pela Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU). Atende-se, com o projeto, a recomendação de que a custódia de uma classificação requer sua avaliação permanente, visando ao seu contínuo aprimoramento, em direção à melhor adaptação ao recorte da realidade que busca representar, e à identificação de necessidade de revisão mais profunda. A custódia da CIE 2015 cabe, no IBGE, à COCAD.

O projeto foi realizado em duas etapas. A primeira delas consistiu em análise documental que permitiu confrontar a estrutura da CIE 2015 e os registros referentes a dois planos estatísticos nacionais, aquele legalmente estabelecido em 1974 e outro sugerido em 1992. Foram confrontadas também as programações dos debates, sobre as estatísticas e planos, realizados em 1996, 2006 e 2016. Esta exploração comparativa permitiu analisar a estabilidade temporal da estrutura da CIE em relação às necessidades e à produção estatísticas nacionais ao longo de quatro décadas. Contribuiu também para a análise de cumprimento de propriedades das classificações.

Os elementos teóricos que apoiaram a primeira etapa identificaram as classificações como Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) e seus usos no campo das estatísticas oficiais. Sob estes aspectos autores como Dalhberg (2006) e Hjorland (2008) foram cruciais, bem como elementos atinentes ao âmbito de reflexão da *International Society of Knowledge Organization (ISKO)*. Também Bourdieu (2008) e seu olhar crítico sobre as classificações, como instrumentos do exercício do poder simbólico pelo Estado, sustentaram a pertinência da verificação da estabilidade temporal da estrutura classificatória e da visibilidade que assegura a diferentes assuntos, grupos populacionais ou outros recortes, a exemplo dos territoriais.

A segunda etapa focalizou, prioritariamente, a análise dos objetivos estabelecidos para a CIE. Foi realizado o exame de sua estrutura e de possíveis usos, privilegiando as características de visibilidade ou especificidade, exaustividade e mútua exclusividade. Adotou-se aqui o método de entrevista a especialistas no âmbito do IBGE.

.....

[2] Redesignado como Comitê de Especialistas Classificações Estatísticas Internacionais - United Nations Committee of Experts on International Statistical Classifications (UNCEISC) - na 52ª sessão da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSC) em março de 2021. Fonte: https://unstats.un.org/unsd/statcom/52nd-session/documents/BG-3k-TOR-UNCEISC-E.pdf

Os critérios de avaliação e análise adotados, tomaram por base as indicações de Souza (2007) no que tange à prioridade para a observação do atendimento aos objetivos para os quais um SOC é desenhado. A mesma autora, Campos (2001), Gilchrist (2007) e Soergel (2001) forneceram importantes parâmetros para as análises realizadas, permitindo avançar na reflexão sobre o uso de facetas na estrutura classificatória da CIE revisada para caracterização de suas categorias, segundo temporalidade ou espacialidade, por exemplo. Subsidiaram ainda, a observação da efetividade da CIE 2015 como SOC orientador da reorganização do portal do IBGE.

As lacunas na produção estatística brasileira e os atores do entorno do SEN foram identificados e estudados, com vistas a dar suporte aos próximos passos para a consolidação dos usos da CIE 2015 e para seu aprimoramento.

Com base nas duas etapas do projeto de avaliação, a CIE 2015 se ratificou como importante instrumento de governança do SEN brasileiro.

Especialmente sob o critério da exaustividade muito pouco ficou a dever. Houve, no entanto, recomendações sob a ótica da especificidade de algumas categorias, identificadas como insuficientemente detalhadas. Tais recomendações foram motivadas pela importância percebida para os itens em questão. Este foi o caso do necessário detalhamento proposto para as estatísticas do meio ambiente. Também foi apontada a pertinência de se tornarem visíveis na estrutura da CIE tópicos tais como a constituição étnico-racial da sociedade brasileira, a segurança alimentar e o saneamento básico.

Sob a perspectiva de futura estrutura da CIE revisada, destacou-se o desafio às estatísticas econômicas, da agropecuária e do mercado de trabalho, frente às intensivas mudanças em tecnologia, que agregam a tais campos das estatísticas oficiais abordagens e complexidade inéditas.

Em referência ao uso da CIE 2015 na Instituição restou o reconhecimento de que propiciou uma organização mais clara ao portal do IBGE na Internet e a melhoria do acesso ao seu conteúdo. Registrou-se também que algumas dificuldades na consulta e acesso persistem, ratificando a visão de que o trabalho de aprimoramento do portal deve ser contínuo.

A percepção da potencialidade da CIE 2015 como instrumento de gestão do SEN, no entanto, não é internalizada, apesar de seu princípio classificador induzir e favorecer tal aplicabilidade.

As contribuições dos especialistas do IBGE geraram material rico e detalhado, potente para definir os aprimoramentos da CIE 2015 a adotar. Para tanto, se sugere a criação de grupo de trabalho sob a coordenação da COCAD, com a participação de diferentes áreas do IBGE, visando, também, à apreciação sobre desdobramentos externos ao IBGE para a legitimação da CIE atualizada, especialmente, como recurso fundamental para a governança do SEN no país.

1 Antecedentes e recomendações internacionais sobre classificações estatísticas e a estrutura da CIE 2015

No campo das estatísticas oficiais são referências fundamentais as recomendações e estudos desenvolvidos pelo "grupo de especialistas em classificações", o *Expert Group* mencionado na introdução, assim como a documentação e recomendações elaboradas pelo grupo e chanceladas pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (DENU)[3]. Este grupo aprofunda debates que emergem no âmbito da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (CENU) que, por sua vez, avalia ou valida orientações geradas no âmbito do grupo de especialistas. Um registro detalhado desse processo pode ser encontrado em Quintslr (2020).

Por outro lado, sob o enfoque acadêmico, as classificações se deslocam para o campo da Organização do Conhecimento (OC) e alguns estudos são aqui observados. A experiência de Ingetraut Dahlberg foi notável e comprova que o estudo teórico das classificações se desloca para a OC, um campo mais amplo. A *German Society for Classification,* fundada pela pesquisadora em 1977, é citada no texto de apresentação ao artigo de Dahlberg (2006) "Organização do Conhecimento, uma nova ciência?". Registra-se ali que a "*German Society for Cassification"*, em 1989, passou a incluir em seu nome a expressão Organização do Conhecimento, ressaltando-se que eram mais amplos os objetivos da OC frente aos estudos exclusivos dos sistemas e estruturas classificatórios.

Essa maior abrangência de interesses da OC é facilmente percebida no portal da International Society of Knowledge Organization (ISKO), onde são listados diversos tópicos atinentes ao campo: teoria e fundamentos; operações práticas associadas com a indexação e a classificação, aplicações de sistemas de classificação e tesauros; indexação automática e manual; história da OC; educação e treinamento em classificação e; problemas de terminologia em geral ou referidos a campos específicos.[4]

Assim, o lugar teórico das classificações se estabeleceu na OC. Hjorland (2008) identifica para a OC dois significados. O primeiro deles, que designa como restrito, refere-se à descrição de documentos, indexação e classificação em bibliotecas, bases de dados bibliográficas e instituições ligadas à memória. É exercido, fundamentalmente, por biblioteconomistas, arquivistas, especialistas em informação, especialistas em assuntos, tópicos ou temas.

O segundo significado, que é designado pelo autor como amplo, é associado à divisão social do trabalho mental, isto é, à organização de universidades e de outras instituições de pesquisa, à estrutura de disciplinas e profissões, à organização social da mídia, à produção e disseminação de conhecimento. Nesta perspectiva ampla da OC se

.....

[3] **https://unstats.un.org/unsd/classifications/. Acesso em ago. 2021.**

[4] **https://www.isko.org/**. Acesso em ago. 2021.

inserem as estruturas das agendas estatísticas e, portanto, a aplicação da CIE 2015 relacionada com seu princípio classificador. Em Quintslr (2019) são identificadas as seguintes aplicações das classificações e, portanto, da OC no campo das estatísticas oficiais:

> - A Organização de acervo de dados e/ou documentos (bibliotecas tradicionais e digitais, organização de metadados ou da metainformação, organização das bases de dados);
> - As classificações correspondentes a específicos domínios ou temas sobre os quais se produzem as estatísticas, como por exemplo as classificações referidas à saúde ou às atividades econômicas;
> - O desenho de agendas estatísticas, construção de interesse do presente estudo sobre a CIE. (QUINTSLR, 2019, p. 352)

Cabe também destacar que o portal da ISKO contém um item dedicado às classificações estatísticas.[5] Cita o grupo de especialistas das Nações Unidas e destaca as propriedades de exaustividade e caráter mutuamente exclusivo, as mesmas que parametrizam a condução da avaliação da CIE 2015.

No portal da ISKO internacional são apontadas as classificações estatísticas sob o enfoque de domínios específicos, que correspondem a tópicos investigados através de Censos, pesquisas amostrais ou registros administrativos. É este o caso da classificação sobre educação, que inclui níveis de escolaridade e cursos oferecidos, e da classificação internacional de crimes para fins estatísticos, que se refere aos delitos constantes dos Registros Administrativos dos sistemas judiciário e de segurança. Em Campos (2008) e em Quintslr (2020) diferentes classificações temáticas, respectivamente, das esferas das estatísticas econômicas e das estatísticas sociais são abordadas.

O artigo *"The Use of Metadata Modelling for the Modernisation of Information Management of Statistical Classifications"* é apresentado no portal da ISKO. Foi elaborado por Andrew Hancock, atualmente à frente do *Expert Group* em classificações e do projeto em curso de avaliação da *Classification of Statistics Activities* (CSA), que inspirou a construção da CIE 2015.

Tendo em vista as múltiplas dimensões da vida em sociedade que a produção e as demandas por estatísticas oficiais abarcam, a CIE 2015, tanto quanto a CSA, aproxima-se da concepção das classificações que, no contexto dos estudos no campo da Organização do Conhecimento, são ditas universais, a exemplo da Classificação Decimal Universal[6].

Conforme apontado em Quintslr (2019), a CIE 2015 guarda diferenças de concepção frente à CSA a partir da qual foi construída. A classificação elaborada e custodiada no âmbito da UNECE possui estrutura mais ampla, pois toma como princípio classificador todas as atividades pertinentes aos sistemas estatísticos, sendo constituída pelos cinco domínios seguintes (apresentados em tradução livre do inglês):

.....

[5] https://www.isko.org/cyclo/statistical

[6] https://ibict.br/publicacoes-e-institucionais/classificacao-decimal-universal-cdu

(1) Estatísticas sociais e demográficas;
(2) Estatísticas econômicas;
(3) Estatísticas ambientais e multidomínios;
(4) Metodologia de coleta de dados, processamento, disseminação e análise;
(5) Questões estratégicas e da gestão das estatísticas oficiais.

A estrutura completa da CSA está apresentada no anexo 4. A CIE 2015 não abarca o quinto domínio da CSA e inclui parcialmente o quarto domínio. Atendendo a seu princípio classificador a CIE focaliza produtos estatísticos ofertados ou a serem ofertados pelos Sistema Estatístico Nacional (SEN) brasileiro. A estrutura da CIE, exibida no quadro 1, é organizada segundo três níveis hierárquicos: domínios, temas e subtemas.

A Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), que reúne diferentes órgãos públicos brasileiros, homologou, em 2015, a estrutura da CIE, que vem sendo usada como referência à organização do portal do IBGE na Internet desde 2017. Neste mesmo ano, a estrutura da CIE foi formalizada através da Resolução CONCLA nº 2, de 24 de fevereiro de 2017.

A estrutura vigente da CIE é constituída por 4 domínios:

- Estatísticas Sociais;
- Estatísticas Econômicas;
- Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente;
- Métodos e classificações.

São dois os níveis de desagregação dos domínios, constituindo-se em 19 temas e 26 subtemas.

O portal do IBGE apresenta os descritores da CIE 2015[7], sendo que o caminho para chegar a eles não é trivial, exigindo do usuário que considere a pertinência de encontrá-los no registro de “metadados” no portal, em “consulta”, “estatísticas” e “tema”. O termo tema aqui é usado no sentido de assunto, não correspondendo à categoria de segundo nível da CIE 2015.

Finalmente, cabe mencionar que foi iniciado em 2020 o projeto de avaliação da CSA, sob a orientação do Grupo de Especialistas em Classificações das Nações Unidas. O trabalho futuro, visando a nova versão da CIE deverá levar tais resultados em consideração. Destaque-se que um aspecto de eventual revisão da CIE 2015 coincide com observações dos especialistas do IBGE, como apresentadas adiante – a falta de detalhamento, na estrutura da CIE, do tema “Estatísticas do meio ambiente” e a necessidade de elevá-lo ao nível de domínio.

.....
[7] https://metadados.ibge.gov.br/consulta/estatisticos/temas. Acesso em ago. 2021.

Quadro 1: Estrutura da Classificação de Informações Estatísticas (CIE 2015): domínios, temas e subtemas

Domínio: Estatísticas sociais
- Tema: Administração pública e participação político-social
  - Subtema: Estrutura e gestão da administração pública
  - Subtema: Participação político-social
- Tema: Educação
- Tema: Habitação
- Tema: Justiça e segurança
- Tema: População
  - Subtema: Características gerais da população
  - Subtema: Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais
  - Subtema: Família
  - Subtema: Grupos populacionais específicos
  - Subtema: Nupcialidade
- Tema: Proteção social
- Tema: Rendimento, despesa e consumo
- Tema: Saúde
- Tema: Trabalho
  - Subtema: Outras formas de trabalho
  - Subtema: Trabalho remunerado
- Tema: Uso do tempo

Domínio: Estatísticas econômicas
- Tema: Estatísticas econômicas setoriais
  - Subtema: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
  - Subtema: Energia
  - Subtema: Comércio
  - Subtema: Construção
  - Subtema: Indústrias de transformação
  - Subtema: Indústrias extrativas
  - Subtema: Serviços
- Tema: Estatísticas macroeconômicas
  - Subtema: Comércio internacional e balanço de pagamentos
  - Subtema: Contas Nacionais
  - Subtema: Finanças públicas
- Tema: Outras estatísticas econômicas não especificadas anteriormente
- Tema: Preços e custos
- Tema: Setor informal

Domínio: Estatísticas multidomínio e meio ambiente
- Tema: Estatísticas multidomínio
  - Subtema: Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I
  - Subtema: Condições de vida, pobreza e desigualdade
  - Subtema: Cultura, recreação e esporte
  - Subtema: Empreendedorismo
  - Subtema: Gênero
  - Subtema: Sociedade da Informação
  - Subtema: Turismo
- Tema: Meio Ambiente

Domínio: Métodos e classificações
- Tema: Classificações e listas estatísticas
- Tema: Metodologias
- Tema: Outros documentos técnicos não contemplados em Metodologias

Fonte: CLASSIFICAÇÃO, 2017.

2 Quatro décadas do cenário estatístico brasileiro e a CIE 2015

A CIE 2015 tem por princípio classificador a representação dos tópicos que constituem ou devem constituir a produção de conhecimento sobre a sociedade a partir das estatísticas oficiais no país. Representa, portanto, o que aqui se denomina como agendas estatísticas, que são viabilizadas ou propostas para serem viabilizadas pelas instituições integrantes dos Sistemas Estatísticos Nacionais (SEN).

2.1 Agendas estatísticas no Brasil

Agendas estatísticas evoluem ao longo do tempo, refletindo as necessidades da sociedade e propiciando visibilidade, através das mensurações e das análises elaboradas a partir das estatísticas, a diferentes questões sociais, grupos populacionais e recortes territoriais.

> A avaliação da CIE, como instrumento de apoio à representação das agendas estatísticas oficiais no Brasil, é particularmente relevante, tendo em vista uma peculiaridade brasileira. A legislação estatística vigente aponta a publicação quinquenal de planos estatísticos (planos é designação das agendas na lei estatística brasileira) com base em conferências nacionais, também propostas para serem quinquenais, envolvendo produtores e usuários das estatísticas. Essa não tem sido a dinâmica de definição de agendas no Brasil. Ainda assim, a produção estatística no País, que detém reputação positiva nacional e internacionalmente, se realiza a partir de agendas permanentemente discutidas, refletindo parte importante da demanda por estatísticas. (QUINTSLR, 2019, p. 350)

Nesta primeira etapa do projeto de avaliação procurou-se compreender as potencialidades da CIE 2015, como SOC, na representação de tais agendas. Foi avaliada a efetividade da estrutura classificatória da CIE 2015. Buscou-se analisar em que medida é eficaz para refletir os diferentes interesses de diversos atores sociais que concorrem para o desenho das agendas estatísticas e que possuem variadas e desiguais capacidades para influenciá-las.

A CIE 2015 foi analisada, portanto, segundo às dimensões aplicada e sociopolítica preconizadas pela ISKO como abordagens pertinentes aos estudos no campo da OC. Foram levadas em conta, adicionalmente, as recomendações das Nações Unidas, elaboradas pelo grupo de especialistas, referentes às Classificações Estatísticas e as perspectivas conceituais de Dahlberg e Hjorland sobre os Sistemas de Organização do Conhecimento.

Foi a iniciada reflexão sobre o aprimoramento da estrutura da CIE 2015, procurando-se avançar sobre a pertinência da aplicação de facetas, como propostas por Ranganthan, conforme Hjorland (2008). Realizou-se o confronto simples entre a estrutura classificatória atual, meramente hierárquica, vis a vis a perspectiva de inclusão de enfoque facetado, que constituiu a grande virada por Ranganathan no campo das classificações.

Concretamente, se procurou responder se a inserção de facetas tais como tempo (periodicidade) e espaço (abrangência geográfica) seria necessária para assegurar o cumprimento do objetivo de representação de agendas estatísticas.

A dimensão empírica desta etapa de avaliação consistiu na análise dos resultados do estudo realizado sobre agendas no Brasil de 2006 a 2016 (QUINTSLR, 2018) e, em complemento, na exploração do plano estatístico legalmente estabelecido em 1974 e do plano formalmente sugerido pelo IBGE em 1992 (dois últimos planos registrados, guardando alguma consonância com a legislação estatística vigente). Considerou-se também a documentação do debate sobre as estatísticas nacionais em 1996.

A partir da exploração documental dessas fontes, a CIE 2015 foi analisada segundo a estabilidade temporal de sua estrutura na cobertura dos assuntos abarcados ao longo das quatro décadas. Ao mesmo tempo foi verificada a sua flexibilidade para a absorção de questões de interesse específicas aos diferentes momentos observados.

2.2 Observação das quatro décadas: dimensões da Organização do Conhecimento e a CIE 2015

O ato de classificar, para Olga Pombo (2008), corresponde à busca de “compreender e ordenar a variedade que nos rodeia”. Vai mais adiante e destaca quatro campos de classificação: seres, saberes, livros e bibliografias e informações. Define e caracteriza a classificação, destacando, por exemplo, o requisito de um princípio classificador, escolhido por quem realiza a classificação, tendo em vista o domínio trabalhado e o objetivo a alcançar. Uma classificação de informações, a CIE 2015, é aqui explorada.

Ainda, a dimensão aplicada da OC trata do estudo, desenho e aplicação dos SOC, dentre os quais, as classificações e alguns elementos dessa abordagem são aqui considerados.No campo das estatísticas oficiais, por exemplo, é requerida a consistência conceitual do princípio classificador (UNITED NATIONS, 2013). Este documento aponta ainda, como propriedades desejadas das estruturas classificatórias, a exaustividade na representação do princípio classificador e o estabelecimento de categorias mutuamente exclusivas. A exploração documental que se segue focaliza o princípio classificador associado à CIE, isto é, a representação de agendas estatísticas.

Em Hjorland (2008) são discutidas abordagens relacionadas à constituição dos SOC, dentre os quais as classificações. No conjunto de enfoques que o autor apresenta destacam-se, para efeitos do presente estudo, aquela designada como tradicional e aquela que engloba a análise segundo facetas. A CIE foi construída em acordo com o ponto de vista tradicional, sobre o qual o autor destaca a inexistência de fundamentos teóricos consistentes, sendo, por decorrência, constituído a partir de muitas decisões de ordem prática.

O interesse na análise por facetas decorre da observação de que o plano estatístico brasileiro estabelecido em 1974 (ver figura 1 na próxima seção) foi desenhado segundo técnica que se aproxima de tal abordagem, inserindo em sua estruturação as dimensões de temporalidade e espacialidade das estatísticas. Cabe lembrar que o termo análise decorre aqui de que o objeto da documentação ou classificação é particionado segundo um conjunto fixo de características que, segundo Hjorland (2008), o criador da abordagem por facetas, Ranganathan, definiu como: personalidade, matéria, energia, espaço e tempo. O plano estatístico de 1974 permitia particionamento das estatísticas segundo tempo (periodicidade da realização dos levantamentos) e espaço (cobertura territorial dos resultados estatísticos).

Por sua vez, as reflexões de cunho sociopolítico, também indicadas pela ISKO, possuem alta similaridade com o exercício da força simbólica estatal identificada por Bourdieu (2008) nas classificações e conceitos estatísticos. No contexto das agendas, tal força simbólica se expressa na visibilidade que, através das estatísticas produzidas, é atribuída a diferentes dimensões da vida em sociedade, as quais passam a ser alvo de reconhecimento público. Propicia, assim sendo, questionamentos ou reivindicações por grupos sociais, assim como a proposição e avaliação de políticas públicas, entre outros usos.

Por outro lado, não é mais fraco o simbolismo quando a um recorte da vida em sociedade se atribui a invisibilidade nas agendas estatísticas. Às invisibilidades “percebidas” que correspondem às visibilidades reivindicadas e não atendidas, denominam-se aqui lacunas estatísticas.

Bourdieu (2008) e a força simbólica das classificações na naturalização dos fenômenos socialmente construídos mostram-se particularmente presentes na evolução temporal aqui explorada, em que o contexto social afeta agendas em algum nível em face das prioridades da sociedade em cada momento.

Observe-se que as dimensões aplicada e sociopolítica da CIE 2015 se entrelaçam. Assim, no que diz respeito ao seu conteúdo, a CIE 2015 reflete diferentes interesses, algumas vezes conflitantes, de atores intervenientes com o campo das estatísticas oficiais, incorporando, pela natureza de seu princípio classificador, fortes influências de dimensão sociopolítica.

2.3 Observação das quatro décadas: percurso metodológico

A especificidade brasileira no que diz respeito às agendas estatísticas (ou aos planos estatísticos, na linguagem das leis brasileiras) foi pano de fundo do estudo desenvolvido nesta primeira etapa de avaliação da CIE. Foi realizada uma análise documental que buscou identificar a estabilidade da estrutura proposta para a CIE 2015, frente à produção e debates sobre a produção, desde 1974 a 2016, com a análise de documentos produzidos nestes dois momentos e de material produzido em 1992, 1996 e 2006.

Nesta etapa foram analisadas a exaustividade do conteúdo da CIE em seus 3 níveis de agregação ao longo do tempo. Para tanto foram confrontados a CIE e registros do último plano estabelecido segundo os procedimentos legais (1974) e da proposta de plano oficialmente divulgada pelo IBGE (1992). A CIE foi observada também frente aos registros dos debates dos programas estatísticos nacionais realizados nos encontros de produtores e usuários em 1996, 2006 e 2016.

O documento de 1974 corresponde ao Plano Geral de Informações Estatísticas, regulamentado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974.

Em 1992 foi elaborado o segundo documento analisado - uma versão atualizada do PGIEG, tomando por base os resultados do encontro nacional de produtores e usuários de 1986. Tal versão não se formalizou como letra de lei, mas foi oficializado, como recomendação, pelo Presidente do IBGE em exercício à época.

Interessante notar que periodicidade e a cobertura territorial, passíveis de paralelo com as dimensões de tempo e espaço das facetas conforme definidas por Ranganathan, integraram explicitamente o plano de 1974, conforme a figura 1, e a proposta de plano de 1992.

Figura 1: Fragmento do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, Brasil,1974

ANEXO

(Artigo 4.º do Decreto número 74.084, de 20 de maio de 1974).

I — ESTATÍSTICAS PRIMÁRIAS

1. **Situação Demográfica**

1.1 Estado da população

1.1.1 Características individuais

A — a) Decenal;
b) Municípios, distritos, cidades e vilas.

B — a) Anual;
b) Áreas Especiais.

1.1.2 Características das unidades familiares e do orçamento.

a) Periodicidade variável;
b) Áreas Especiais.

Fonte: BRASIL (1974)

Os documentos de 1996, 2006 e 2016 abarcam os temas discutidos nos encontros nacionais de produtores e usuários que, no entanto, não resultaram em planos regulamentados legalmente ou planos formalizados por qualquer outro instrumento. Prevaleceu, desde o encontro de 1996, um modelo mais flexível para a definição do que produzir, mais adequado às constantes mudanças da vida em sociedade. Foi adotada a perspectiva da necessária contínua atualização das agendas estatísticas, evitando-se firmar

planos fixados por largos prazos para revisão após novos encontros, como preconizado na legislação.

Observações referentes às lacunas estatísticas registradas sobre o domínio da CIE 2015 “Estatísticas Sociais” também foram examinadas nesta primeira etapa do projeto de avaliação da CIE 2015, a partir da compilação apresentada em Quintslr (2018). Foram produzidos avanços e pontos de vista mais robustos sobre a invisibilidade ou ausência de tópicos de interesse da sociedade na CIE 2015 na segunda etapa do projeto, baseada em contribuições de especialistas do IBGE. Sendo assim, este aspecto é discutido na seção 3.

2.4 CIE 2015 - instrumento de representação das estatísticas oficiais

A CIE surge como um SOC que possui potencial para agregar transparência e *accountability* à produção de informações estatísticas pelo SEN brasileiro. Seu princípio classificador é intrinsecamente conectado a este objetivo.

O anexo 1 apresenta uma planilha comparativa da CIE 2015 vis a vis as proposições para as estatísticas nos cinco momentos estudados – 1974, 1992, 1996, 2006 e 2016. A construção desta síntese comparativa exigiu arbitrar algumas traduções, tendo em vista algumas categorias da CIE 2015 se ajustarem a mais de um tópico dentre aqueles relacionados nos registros estatísticos observados.

Foi necessário, também, identificar a forma de organização adequada ao exame, especialmente, das informações dos encontros de produtores sobre as quais se estabeleceu a observação das programações das sessões de debate realizadas, uma replicação da metodologia adotada para comparar a CIE com os conteúdos dos encontros de 2006 e 2016 em Quintslr (2018).

Tais acomodações, para viabilizar a observação ao longo do tempo, deveram-se também a diferentes modos de organização dos documentos estudados. O conteúdo do plano de 1974, por exemplo, é apresentado segundo as categorias “Estatísticas Primárias” e “Estatísticas Derivadas”, separação que no passado definiu inclusive a estrutura funcional do IBGE, mas que foi abandonada. Não atendia à necessária e fundamental conexão entre produção e análise das estatísticas. A proposta de plano de 1992, por sua vez, é apresentado sob duas formas de organização: “Temática” e “Operações Estatísticas descritas”.

No que diz respeito aos resultados, Quintslr (2019) já apontava a presença de categorias formadoras dos domínios das CIE 2015 nos registros documentais das quatro décadas, sendo pertinente afirmar a estabilidade temporal marcante destes domínios.

O domínio das “Estatísticas sociais” está presente no plano de 1974 e na proposta de 1992 de forma abrangente similar, que engloba aspectos demográficos e características socioeconômicas. Quanto aos encontros, as pesquisas domiciliares configuraram os debates que abarcaram diferentes assuntos do domínio, que se fizeram sempre presentes,

culminando com o debate do projeto Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares em 2016, à época já consolidado. Sob essa perspectiva de olhar totalizante de assuntos do domínio registrou-se, no encontro de 1996, um curso sobre estatísticas sociais. O quadro 2 ilustra esses aspectos.

Quadro 2: Domínio "Estatísticas sociais" – fragmento do anexo 1

Plano Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Temas tratados na Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Temas tratados na Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Temas tratados na Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Estatísticas Primárias (I) **/ Situação Demográfica (I.1); Situação Social (I.3); Situações Administrativa e Política (I.5)** Estatísticas Derivadas (II) **/ Situação Demográfica (II.1) / Situação Social (II.2)**	**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) **Organização segundo a descrição das Operações Estatísticas:** Descrição de **81** operações estatísticas sobre o domínio social.	Jornada de Cursos: Estatísticas Sociais CONFEST – Sessões temáticas: - Pesquisas domiciliares: tipologia e objetivos - a experiência brasileira e da América Latina	Atividade: 267 - Mesa Redonda - CONFEST Pesquisas do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares- SIPD: o Presente e o Futuro (1) Atividade: 296 - Mesa Redonda - SIEG Pesquisas do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares- SIPD: o Presente e o Futuro (2) Atividade: 297 - Mesa Redonda - SIEG Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares por amostragem: métodos Estatísticos Atividade: 710 - Trabalhos Livres - CONFEST Indicadores Sociais	M GP126 Grandes projetos Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD

Fonte: Elaboração própria

Apontamentos nos planos ou nos debates não apresentam abordagem agregada das diferentes dimensões temáticas do domínio "Estatísticas multidomínio e do meio ambiente, como decorrência da heterogeneidade e do caráter transversal do domínio.

As "Estatísticas econômicas", aponta o quadro 3, aparecem no plano de 1974 como categoria agregada, mas o mesmo não ocorre com a proposta de 1992, em que os temas setoriais e aspectos macroeconômicos (temas ou subtemas da CIE 2015) foram colocados no mesmo nível hierárquico do agregado correspondente à categoria totalizante das "Estatísticas sociais". No que diz respeito aos debates nos encontros, a abordagem integrada das "Estatísticas econômicas" surge em 1996, sob a forma de curso e de discussão do novo modelo das estatísticas econômicas, que seria implantado pelo IBGE.

Em 2006 se repete a presença dessa perspectiva, contemplando o debate sobre o sistema integrado de pesquisas econômicas do IBGE. Em 2016, quando o sistema integrado já se constituía em construção estabilizada, o olhar abrangente sobre as estatísticas econômicas não foi contemplado.

Quadro 3: Domínio "Estatísticas Econômicas" – fragmento do anexo 1

Plano Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Temas tratados na Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Temas tratados na Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Temas tratados na Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Estatísticas Primárias **(I) / Situação Econômica (I.2); Situação Administrativa e Política (I.5)** Estatísticas Derivadas **(II) / Situação Econômica (II.3); Índices de Preços (II.4); Balanço Alimentar (II.5); Balanço Energético (II.6); Matriz Energética (II.7); Balanços Financeiros (II.8); Contabilidade Social (II.9)**		Jornada de Cursos: Estatísticas Econômicas As Inovações nas Informações Sociais e Econômicas: - Novo modelo de estatísticas econômicas do IBGE	Atividade: 712 - Trabalhos Livres - CONFEST Estatísticas econômicas 1 Atividade: 262 - Mesa Redonda - CONFEST O sistema integrado de pesquisas econômicas do IBGE: trajetória e Perspectivas Atividade: 713 - Trabalhos Livres - CONFEST Estatísticas econômicas 2 Atividade: 714 - Trabalhos Livres - CONFEST Estatísticas de Monitoramento de Meio Ambiente e Populações de Difícil Alcance	

Fonte: Elaboração própria

No que tange às categorias mais desagregadas da CIE 2015, temas e subtemas, os quadros 4 e 5 sintetizam, dentre os tópicos da CIE 2015, aqueles que, em algum momento não foram contemplados. Valendo destacar que o tema "Estatísticas do meio ambiente" se encontrava relacionada como categoria do ramo geográfico da proposta de plano de 1992. Os quadros 4 e 5 e parte das respectivas análises foram extraídos de Quinstlr (2019). Para efeito do presente relatório, tais análises foram complementadas a partir da exploração direta do anexo 1.

Conforme identificado no quadro 4, dentre os 18 temas que integram a CIE 2015, apenas cinco deixaram de ter correspondência em algum dos momentos de observação, indicando que a CIE 2015 contempla majoritariamente temas que persistiram com relevância para a produção de estatísticas no período examinado.

Interessante notar que há temas que mudam de perspectiva ao longo do tempo, aspecto que as denominações genéricas a eles atribuídas pela CIE 2015 não deixam perceptível. O tema “Uso do tempo” foi debatido em 2006 sob a ótica de lista ampla de atividades humanas, com motivação central em observação de desigualdades de gênero. Foi mencionado na proposta de plano 1992, porém, com foco no tempo dedicado ao lazer. Deixou de ser observado em três dentre os momentos estudados.

Três momentos de ausência ocorreram também com o “Setor informal” da economia, que surge para debate em 1996, sendo tratado mais uma vez em 2006. Todos os demais três temas deixaram de ser focalizados uma única vez apenas.

Quadro 4: Temas da CIE não contempladas em algum dos planos ou debates

Temas da CIE	1974	1992	1996	2006	2016
Proteção Social	N	S	S	S	S
Rendimento, despesa e consumo	S	S	S	N	S
Uso do tempo	N	S	N	S	N
Setor Informal	N	N	S	S	N
Outras estatísticas econômicas	S	S	S	N	S

Fonte: Quintslr (2019)

Quanto aos temas presentes em todo o período, com base no quadro do anexo 1, observa-se, no que diz respeito ao tema “habitação”, um caso que pode ser identificado com o que Soergel (2001) define como poli hierarquia. Trata-se de saneamento básico, que é associado ao tema “habitação”, sendo que em 2016 se insere em “meio ambiente” e “saúde”.

No que concerne ao tema “Justiça e segurança pública” é destaque o caráter interinstitucional evidenciado já em 1992. Chamam a atenção, também, os debates nos eventos mais recentes sobre sistemas de informações e de classificações, como instrumentos de integração conceitual e de bases de dados entre instituições.

No caso da “Saúde”, o cotejamento da dimensão institucional apontada em 1992 com os registros de 2016 permite identificar os avanços em articulação entre instituições para a produção das estatísticas sobre este tópico.

A opção feita para identificação do tema “Proteção social” inclui apenas previdência social. Outros programas de transferência de rendimentos que são investigados não ficaram aparentes aqui, estando representados no tema “Rendimentos”.

O tema “Estatísticas multidomínio” está coberto em todo período do estudo documental, pois seus diversificados subtemas asseguram sua presença em todos os cinco documentos analisados. Não há, conforme mencionado anteriormente, abordagem

integrada do tema “Multidomínio”, denotando ser este um agregado que não se configurou como necessário à organização dos conteúdos documentais analisados. Aparentemente se confirma o entendimento de que este agregado se justifica, como integrante da estrutura da CIE 2015, por seu caráter de transversalidade em relação aos domínios das “Estatísticas sociais” e das “Estatísticas econômicas”.

Para o tema “Estatísticas do meio ambiente”, por outro lado, foi encontrado registro nos cinco pontos de tempo estudados, ainda que o registro em 1992 estivesse no capítulo geográfico da proposta de Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas. O tema pouco a pouco avançou em detalhamento em seus debates, conforme registro no anexo 1.

Quadro 5: Subtemas da CIE não contemplados em algum dos planos ou debates

Subtemas da CIE	1974	1992	1996	2006	2016
Estrutura e Gestão da Adm. Pública	S	N	N	N	S
Participação Político-social	S	S	S	S	N
Família	S	S	N	S	S
Grupos populacionais específicos	N	S	S	S	S
Nupcialidade	S	S	N	N	S
Outras formas de trabalho	N	N	N	N	N
Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I	N	N	S	S	S
Condições de vida, pobreza, desigualdade	N	N	S	S	S
Empreendedorismo	N	N	N	N	N
Gênero	N	N	S	S	S
Sociedade da Informação	N	N	N	S	S
Turismo	N	S	S	S	S
Comércio	S	S	S	N	N
Construção	S	S	S	N	N
Indústrias extrativas	S	N	N	N	N
Serviços	S	S	S	S	N
Finanças públicas	S	S	N	S	S

Fonte: Quintslr (2019)

O exame do quadro 5 indica que 17, dentre os 25 subtemas examinados, deixaram de ser abordados em algum dos momentos observados. O “Empreendedorismo” e “Outras formas de trabalho” consistiram nos únicos casos que não foram abordados explicitamente uma vez sequer.

Destaque-se que o subtema "*Outras formas de trabalho"*, que diz respeito a trabalhos sem vínculo com o mercado e sem remuneração, embora não tenha sido contemplado isoladamente, pode-se inferir que tenha sido considerado no tema "Trabalho", categoria mais agregada que o contém e que engloba todas as formas de trabalho. Situação similar à que ocorre com o subtema "Indústrias extrativas", abarcado pelo tema "Indústria", e que isolado obteve quatro negativas.

Refletem atividades e preocupações mais recentes das sociedades, as inserções positivas dos subtemas "*Ciência Tecnologia e Inovação", "Condições de vida, pobreza e desigualdade", "Gênero" e "Sociedade da Informação".* Aspectos que se refletem também na *prioridade* mais evidente no Brasil para as desigualdades sociais e questões de gênero, bem como para o avanço da tecnologia e do cenário informacional global e nacionalmente.

O subtema "Grupos populacionais especiais", tendo em vista sua heterogeneidade, apresentou distintas composições ao longo do tempo, conforme apontado no quadro 6.

Quadro 6: Subtema "Grupos populacionais especiais" – fragmento do anexo 1

Proposta de plano 1992	Sessões Encontro de 1996	Sessões Encontro de 2006	Sessões Encontro de 2016
Organização temática: Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Perfil estatístico de crianças e mães (1.15) *Organização segundo a descrição das operações estatísticas:* Perfil estatístico de crianças e mães (15)	*CONFEST – Sessões temáticas:* Crianças e Adolescentes	*Atividade: 534 - Palestra - CONFEGE* Cadastro de Áreas Especiais: Unidades de Conservação Ambiental e Terras Indígenas *Atividade: 215 - Mesa Redonda - CONFEST* A Produção de Estatísticas Harmonizadas sobre as Pessoas com Deficiência *Atividade: 277 - Mesa Redonda - CONFEST* População Indígena	*MPOP24 População* Grupos Populacionais Específicos para as Projeções e Migração interna *P POP10 População* Grupos Populacionais Específicos: Registros administrativos e Populações Tradicionais (indígenas e quilombolas) *M POP030 População* Grupos Populacionais Específicos: Registros administrativos e Povos Indígenas *M POP031 População* Grupos Populacionais Específicos: Registros administrativos, Comunidades Quilombolas e outros Povos e comunidades tradicionais *M POP032 População* Grupos Populacionais Específicos: Deficiência

Obs.: O subtema da CIE não foi contemplado no plano de 1974.
Fonte: Elaboração própria.

No plano de 1974 o subtema não é contemplado. Na proposta de plano de 1992 aparecem sob a forma de "perfis de mães e crianças" e em 1996, sob a forma de debates de estatísticas sobre "crianças e adolescentes". Em 2006, são abordadas questões referentes a "indígenas" e "pessoas com deficiência". Em 2016, além desses dois grupos,

houve debates sobre “quilombolas”. A observação deste subtema levanta questão interessante sobre grupamentos heterogêneos que, como visto, possuem a flexibilidade de absorver diferentes prioridades estatísticas ao longo do tempo, mas que, por outro lado, não propiciam representação com visibilidade para tais prioridades, colocando em questão o +nível de especificidade da estrutura classificatória.

Quanto aos subtemas encontrados em todos os pontos no tempo chama a atenção que na pesquisa documental realizada não tenha sido observada a associação do subtema “Administração pública” à Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) e à Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC), importantes levantamentos realizados junto às administrações públicas municipais e estaduais e que consistem em detalhados retratos das administrações públicas e seu envolvimento com políticas referentes a variados assuntos.

Os subtemas “Estatísticas da agropecuária” e “Indústria da transformação” foram os únicos subtemas do tema “Estatísticas econômicas setoriais” para os quais houve registros ao longo de todo o período. No caso das “Estatísticas da agropecuária” observa-se a complexidade crescente na abordagem dessas estatísticas, em consistência com a evolução do setor ao longo das décadas.

Este conjunto de resultados aponta a predominância de registros afirmativos de visibilidade para os domínios, temas e subtemas da CIE 2015. Um único caso foi identificado de presença recorrente nos cinco pontos no tempo e que não se vê contemplado na CIE 2015. Trata-se do tópico “energia elétrica”, sob enfoque da produção pelas companhias fornecedoras. A CIE 2015, portanto, não propicia visibilidade a esse item, claramente uma necessidade estatística, tendo em vista a recorrência de seu registro nos cincos momentos observados.

Assim, a menos deste último caso, sob o enfoque da visibilidade, o cumprimento do princípio classificador é quase plenamente atendido pela CIE, sendo indicado um ajuste simples para que o cumprimento seja completo. O enfoque da invisibilidade, conjugado às lacunas estatísticas identificadas na produção nacional, conforme mencionado anteriormente, é apresentado e aprofundado na seção seguinte, como parte dos resultados observados na segunda etapa de avaliação da CIE 2015.

3 CIE 2015 como Sistema de Organização do Conhecimento: avaliação de seus objetivos, estrutura e propriedades

Esta segunda etapa do projeto busca a validação da CIE 2015, levando em conta prioritariamente que a avaliação de um SOC requer a verificação de suas potencialidades para cumprir com os objetivos a ele atribuídos. Em particular, a respeito das classificações, Souza comenta “[...] toda classificação é construída em função de um propósito definido. Assim, o uso de um esquema para finalidades outras, que não aquela para a qual foi criado, implicará certamente em problemas de eficiência em alcançar os objetivos esperados.” (SOUZA, 2007, p.107)

No caso da CIE 2015, foi analisada sua adequação ao objetivo de representação de agendas estatísticas, consistente com seu princípio classificador. Também, foi observada a adaptação ao seu uso como referência para a reorganização do portal do IBGE, aplicabilidade que motivou o seu desenvolvimento.

3.1 Avaliação da CIE 2015 segundo seus objetivos: fundamentos teóricos

Para este novo enfoque do estudo foi fundamental o complemento e reforço dos aspectos teóricos oferecidos, em 2020, pela disciplina “Avaliação de Sistemas de Organização do Conhecimento” do curso de pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). A ementa da disciplina apresentava evidente conexão com o projeto aqui apresentado. Foi possibilitada a participação na disciplina como ouvinte, oportunidade oferecida pelos professores responsáveis, aos quais os agradecimentos foram dirigidos na abertura do presente relatório. Com os alunos participantes foi intensa a troca de conhecimentos e de percepções sobre os objetivos da disciplina.

Como atividade final da disciplina foi realizada apresentação do projeto de avaliação da CIE 2015, pontuando as principais contribuições identificadas para fundamentar parte das ações metodológicas e empíricas adotadas, bem como a análise de resultados do projeto até ali alcançados. A estrutura desta apresentação inspirou, também, a organização do presente relatório.

A revisão de literatura, com importante contribuição da mencionada disciplina, apontou a necessidade de minimizar a confusão entre os termos classificação e taxonomia. Foi imperativo desfazê-la para a identificação de critérios mais adequados para a avaliação de diferentes SOC. Campos (2001) e Gilchrist (2007) foram referências para essa compreensão. Notas de aula complementam esse debate. A CIE 2015, segundo raciocínio ali desenvolvido se enquadraria como tabela de classificação.

Também Vargas-Quesada, Moya Anegón e Olvera Lobo (2002) pontuaram cinco elementos principais do processo de recuperação da informação: o usuário, o ambiente organizacional, a interface de busca, o sistema de informação e a informação armazenada, pronta para ser disponibilizada por esse sistema. Observou-se consistência com fatores que vinham sendo explorados na construção metodológica e empírica do projeto de avaliação da CIE 2015. Também, se mostraram úteis para dar sustentação às análises dos resultados obtidos. Buscou-se ainda avançar na pertinência da adoção de estrutura facetada para aprimoramento da CIE, tomando-se como base Campos (2001).

A exaustividade na cobertura, a cada nível de especificidade, considerando conceitos e descritores, a qualidade conceitual da estrutura, relações hierárquicas, incluindo poli hierarquias são elementos de avaliação apontados por Soergel (2001). Bocato e Fujita (2006) também subsidiaram a identificação de critérios aqui adotados. Adicionalmente cabe observar o portal Conexão Rio (Hagar et all)[8], importante espaço de consulta para apoiar os elementos aqui explorados. Adicionalmente os estudos realizados por Bocato e Fujita (2006) destacaram os trabalhos desenvolvidos por Brenda Dervin (1983 apud FERREIRA, 1997) sobre a abordagem *Sense-Making*, inicialmente aplicada na área de ciências da comunicação. A respeito dessa abordagem Sense-Making destacam

> [...] consiste em pontuações de premissas teóricas e conceituais e outras tantas metodologias relacionadas para avaliar como pacientes/audiências/usuários/clientes/cidadãos percebem, compreendem, sentem suas interações com instituições, mídias, mensagens e situações e como usam a informação e outros recursos neste processo. (BOCATO; FUJITA (2006), apud DERVIN (1983), p. 273).

Este enfoque permeou os passos empíricos definidos para a avaliação da CIE 2015 e baseou a análise de resultados. O confronto entre controle de sinônimos e a padronização de termos versus diversos glossários e metadados do IBGE surgiu, como uma linha a aprofundar. Esta abordagem não diz respeito diretamente à CIE 2015, mas sim ao aprimoramento do portal e a buscas associadas. Tesauro ou taxonomia, o que seria mais adequado para organizar o portal? O tesauro construído pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)[9] é um exemplo que merece ser analisado, pois lida com organização de acervo multitemático, característica, também, das informações disponibilizadas pelo IBGE.

3.2 Avaliação da CIE 2015 segundo seus objetivos: percurso metodológico

Condições tais como a internalização da CIE 2015 no IBGE, sua contribuição para tornar o portal do IBGE mais amigável, a observação da estrutura e das propriedades

.....

[8] http://www.conexaorio.com/biti/. Acesso em ago. 2021.

[99] https://www.biblioteca.unesp.br/tesauro/vocab/index.php

associadas, que fortalecem a potencialidade da CIE para representar as agendas estatísticas, estão contempladas nesta segunda etapa do projeto.

O método de investigação adotado consistiu na realização de entrevistas junto a dois grupos de especialistas do IBGE.

Inicialmente foram entrevistados técnicos que atuaram na elaboração da CIE 2015. Isto possibilitou olhares altamente especializados sobre o uso e a estrutura da classificação, propiciando também o aperfeiçoamento do roteiro da entrevista que foi aplicado ao segundo grupo de especialistas.

O segundo grupo entrevistado foi constituído por técnicos do IBGE lotados em diferentes áreas da instituição, ocupantes de funções de direção e gerenciais, tais como assessoria da alta direção, especialistas da disseminação e coordenadores e responsáveis por levantamentos e estudos referentes a diferentes domínios, temas ou subtemas da CIE.

O roteiro de entrevista, apresentado no anexo 2, abordou a internalização da CIE na instituição e a percepção do público interno sobre a facilidade aportada para o acesso ao portal, com o uso da CIE 2015. Foram colocadas questões tais como: Conhece a CIE? Sabe da motivação para ter sido desenvolvida? Já utilizou a CIE? Em caso afirmativo, como a utilizou? Observou que as estatísticas, no portal do IBGE, estão organizadas de acordo com a CIE 2015? Tornaram-se mais fáceis as consultas ao portal? Alguma observação complementar?

No que concerne à consistência do princípio classificador e à exaustividade, foi inquerido se os domínios e temas da CIE representavam de forma efetiva os principais tópicos sobre os quais são e devem ser produzidas informações estatísticas pelo SEN brasileiro.

Foi perguntado, com a perspectiva de verificação da mútua exclusividade, se os domínios e temas parecem induzir a conteúdo repetitivo. Por outro lado, foi questionado se estavam excluídas dos domínios e temas da CIE mensurações estatísticas relevantes realizadas ou demandadas para serem incluídas nas agendas estatísticas nacionais.

Foram validados tipos de lacunas estatísticas assim definidos: lacunas referentes a grupos ou recortes populacionais, lacunas devidas à falta de cobertura territorial das estatísticas, à falta de regularidade temporal ou à falta de recorte temático específico. Um dos objetivos desta questão foi a verificação de pertinência da organização segundo facetas, correspondentes à periodicidade e áreas geográficas, para a CIE revisada, assim como antever demandas para futuras atualizações da CIE aprimorada.

Foram examinadas também causas para lacunas, tais como, a falta de harmonização conceitual ou metodológica entre diferentes fontes estatísticas, a dificuldade de acesso a registros administrativos, a necessidade de desenvolvimento conceitual ou metodológico especiais ou inovadores. A finalidade aqui foi obter alguma sensibilidade sobre o âmbito da ação exigida, visando a compreensão dos fatores determinantes das lacunas e a possibilidade de superá-los, possibilitando perceber melhor quando e como pressões sobre atualização da CIE viriam.

Finalmente, as entrevistas agregaram progressos na validação de uma lista de categorias de atores que se encontram no entorno dos SEN, com vistas a possibilitar, se julgado pertinente, prosseguir a avaliação da CIE junto ao público externo ao IBGE. Integram esta lista: a Comunidade Estatística Internacional; Representantes do Estado (Governos, Classe política, Órgãos governamentais; Atores que produzem conhecimento e informação (Organizações públicas e privadas, Academia. Meios de comunicação); Profissionais na produção de estatísticas públicas; Cidadãos e entidades da sociedade civil e setor privado (Respondentes e Usuários).

3.3 CIE 2015: usos, estrutura, propriedades e potencial aprimoramento

A partir dos dados levantados foram consolidadas e analisadas quatro vertentes, que consistem nas quatro subseções a seguir, em que são apresentados os resultados obtidos segundo três tipos de procedimentos:

- Análise descritiva das respostas de caráter textual livre;
- Observação das frequências simples das respostas categóricas;
- No caso da categorização de atores, foi solicitada aos entrevistados uma hierarquização, segundo sua importância para a avaliação da CIE ou definição de agendas. Foi exigido ajustar as respostas, equalizando-as numa escala padrão escolhida.

Tais procedimentos estão explicados em maior detalhe nas subseções correspondentes.

3.3.1 A internalização da CIE 2015 no IBGE e o uso associado ao portal

Prevaleceu entre os entrevistados o entendimento de que a organização segundo domínios, temas e subtemas da CIE 2015 implicou facilidade na consulta ao portal. No entanto, algumas considerações foram feitas indicando alguma limitação do uso estrito da estrutura da CIE 2015. Foi esse o caso da múltipla hierarquização exigida para alguns tópicos, a exemplo do saneamento básico, pertinente aos temas “Saúde”, “Habitação” e “Estatísticas do meio ambiente”.

Todos os respondentes tinham conhecimento da CIE 2015. Os entrevistados em sua prática cotidiana de trabalho não se detiveram no princípio classificador da CIE e a associavam tão somente ao objetivo de aprimoramento da organização e das buscas no portal. Um deles declarou explicitamente que desconhecia que a CIE 2015 se baseava na CSA e que teria o intuito de representação da totalidade das estatísticas a serem produzidas pelo Sistema Estatístico Nacional. Uma minoria de respostas apontou desconhecimento, inclusive, do objetivo referente ao portal.

A maioria dos respondentes não utilizou diretamente a CIE em suas funções. O envolvimento mais frequentemente informado relacionava-se às consultas e ao aprimoramento do portal. Tais respostas estão registradas no quadro 7.

Quadro 7: Conhecimento da motivação para o desenvolvimento, uso anterior e conhecimento sobre o uso da CIE

Ordem da entrevista	Conhece a motivação	Motivação presumida	Usou a CIE	Utilização	Comentário
1	S		S	Buscas na triagem de atendimentos em classificações.	
2	S		S	Exemplo: checagem dos ODS.	
3	S	Atualização do portal do IBGE.	S	Reorganização do portal do IBGE na Internet	
4	S	Reformulação do portal.	N	NA	Nunca fez uso intencional; vê a CIE ao navegar no portal.
5	S	O aprimoramento do portal.	S	Consulta diária ao portal.	
6	N		N	NA	
7	S	Melhorar o portal.	N	NA	
8	S	O aprimoramento do portal.	S	Consulta ao portal e sua validação.	
9	S	O aprimoramento do portal.	S	No que lhe é mais próximo.	
10	N	Não acompanhou o desenvolvimento da CIE.	S	Para estabelecer links da produção da área de contas no portal.	
11	N		S	Alocar os produtos da COINP no tema Preços e Custos.	
12	N		N	NA	
13	S		S	Correspondência entre a CIE e os ODS.	
14	S	Não soube do desenvolvimento da CIE à época.	N	NA	Manteve contato inicial em 2016 quando estava na CEEC.
15	S	Reformular o portal e estruturar produção.	S	Para avançar na tematização do SIPD.	Destaca a importância estruturante da CIE.

Fonte: Elaboração própria

Um dos respondentes, que atuou na organização do encontro anual de produtores e usuários de 2016, então denominado Informações para o planejamento (Infoplan)[10], reconhece a similaridade na estrutura temática do evento com a CIE 2015, mas comenta que não foi utilizada de forma explícita. Contato mantido como os organizadores do encontro

[10] https://eventos.ibge.gov.br/3conferencia. Acesso em ago. 2021.

com produtores e usuários anterior, de 2006, confirmou o uso da CSA, na qual a CIE 2015 se baseia, na estruturação do temário daquele evento. Uma das entrevistas apontou o valor estruturante da CIE 2015, destacando que a usou para avançar na definição de assuntos abarcados pela reformulação das pesquisas domiciliares a partir do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD).

Uma especialista integrante do grupo de concepção da CIE 2015 destacou importantes usos: estruturação dos metadados do IBGE; elaboração da versão em português do Inventário de Classificações Estatísticas, desenvolvido no âmbito estatístico do Mercosul; definição do campo variáveis nos metadados levando em conta temas e subtemas da CIE 2015. Por outro lado, acusou a falta de clareza da documentação e da visibilidade da publicação da CIE 2015 propriamente dita no portal. Considerou insuficiente a inserção da estrutura da CIE e de suas notas explicativas em “metadados”.

A consideração da CONCLA como instância adequada para a homologação da CIE 2015 foi questionada em uma das entrevistas realizadas. Havia o entendimento de que ali predominam usuários de cadastros e registros administrativos e que, não necessariamente, possuiriam reflexão sobre aspectos estratégicos da produção de estatísticas. Registrou-se também que faltou discussão mais ampla, envolvendo diferentes atores, sobre a CIE 2015, com vistas a subsidiar eventual decisão sobre a homologação ou sobre a orientação de encaminhamento na CONCLA. Essas mesmas questões foram observadas em reunião da CONCLA em 2017, quando detalhes finais da CIE 2015 foram discutidos. Há registro em ata. Daí decorreu a resolução do Presidente do IBGE em 2017, anteriormente mencionada, formalizando a estrutura da CIE 2015, como ato institucional e no exercício de seu papel de Presidente da CONCLA.

Interessante notar que uma respondente, em razão da preparação para essa entrevista, ressentiu-se por não encontrar facilmente os descritores da CIE, aspecto destacado na seção anterior. Despertada pelo princípio classificador da CIE, elaborou o confronto da classificação com os objetivos e metas do desenvolvimento sustentável. Identificou que todos os objetivos e metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) conversam com a CIE 2015, lembrando da “máxima” dos ODS, “não deixar ninguém de fora”, considerou essa verificação como importante para a validação da exaustividade da CIE 2015. Este exercício consistiu em importante contribuição de Denise Kronemberger, que certamente aportará indicativos para decisões futuras sobre a CIE aprimorada.

Em geral, os entrevistados perceberam a mudança no portal do IBGE, com base na organização temática, conforme pode ser visto no quadro 8. Identificaram que já não predominava no portal a organização dos produtos oferecidos e sua associação com a estrutura funcional da instituição. Isto, segundo uma das entrevistas realizadas, exigia que o usuário tivesse o conhecimento prévio do conteúdo das diferentes pesquisas e levantamentos do IBGE**.** Predominou, entre os especialistas, a percepção de que houve avanço no portal sob o ponto de vista de sua organização lógica e de facilidade de consultas. No entanto, alguns deles prosseguiam identificando que há ainda dificuldades na

navegação, cabendo novos avanços. Houve relato de buscas que se iniciam no buscador do Google, como forma de ser levado à localização, no portal do IBGE, de termo desejado. Foi realizada pesquisa pelos desenvolvedores do portal, junto ao público externo, que ratificaram a avaliação de melhoria.

Quadro 8: Percepção de que as estatísticas, no portal do IBGE, estão organizadas de acordo com a CIE e opinião sobre a facilidade de buscas no portal a partir da organização com base na CIE

Entrevista	Percebeu a CIE	Comentário	Facilidade navegação e buscas	Comentário
1	S		S	Sente falta da explícita documentação da CIE, inclusive princípio classificador.
2	S		S	
3	NA	Pergunta não se aplica – atuou na reorganização do portal	S	Atuou na reorganização do portal; pesquisa realizada junto a usuários - positiva.
4	S	Sim, observou maior facilidade para navegação no novo portal.	S	É útil a organização e buscas por temas. Antes exigiam conhecimento prévio do IBGE.
5	S	-	S	Não é claro o tema "Multidomínio"; estranha subtema gênero estar aí.
6	N	Considera que o portal não é amigável.	S	Parece que ao se pautar pela CIE (temas), sim.
7	N	Observou o portal mais intuitivo. Ainda faz a busca a partir do Google.		NR
8	S		S	Vê maior facilidade no portal por tema. Sente da falta de um *"dashboard"*.
9	S	O portal melhorou, está mais temático, mais voltado para o olhar do usuário.	S	Comentou a dificuldade com links quebrados.
10	S	Observou a organização segundo temas.	NR	NR
11	NR	Sugestão para consultar outro técnico da área.	NR	NR
12	S	Percebida a organização por temas, similar à presente nos suplementos da PNAD.	NR	
13	S	Página melhorou, mas ainda apresenta algumas dificuldades.	NR	NR
14	S	Estar organizado por tema ajuda, mas deveria avançar mais.	S	Cabe aprimorar buscas. Percebe alguma dificuldade na lógica do portal por tema.
15	S	A classificação agrega alguma funcionalidade.	S	No entanto, persistem dificuldades na navegação.

Fonte: Elaboração própria

Algumas outras observações específicas foram feitas pelos entrevistados. Foi relatada, por exemplo, uma dificuldade como o domínio "multidomínio" que, muitas vezes se confunde com as estatísticas sociais, a exemplo do tema gênero. Este tópico volta a aparecer nas considerações referentes à estrutura da CIE 2015 apresentadas na próxima

seção. Também foi comentado que as “Investigações experimentais” exigem estabelecimento de critérios claros para a seleção daquelas que passam a constar do portal.

O quadro 9 contém o registro de que a maioria dos entrevistados apontou que a organização temática do portal se aproxima do olhar do usuário. Um respondente lembrou que os conteúdos sobre o *hot site* do Censo e a PNAD Covid adotam, ainda, a lógica de produto. Foi registrado que há usuários que seguem interessados em buscar o conteúdo integral de grandes levantamentos multitemáticos, a exemplo do Censo Demográfico, do Censo Agropecuário, da PNAD Contínua, da MUNIC e ESTADIC, sugerindo que esse tipo de organização não deveria ser integralmente abandonado.

Quadro 9: Consideração se a organização do portal com base na CIE propicia buscas segundo o olhar do usuário e expectativa para organização totalmente adequada ao usuário

Entrevista	Atende usuário	Exemplo em caso negativo	Expectativa	Observação complementar
1	S			
2	S			
3	S		Aponta trabalho de contínuo de aprimoramento	Mencionou que está em curso a adaptação do portal ao padrão Gov.br.
4	S	Resta Hot site do Censo 2020/2022 e a PNAD Covid.	Processo que requer aprimoramento permanente.	
5	S	Consulta é árida. usuários buscam por grandes pesquisas.	Portal temático e por grandes pesquisas. Aprimorar sinônimos.	Censo Agro: classificação complexa. CIE mapa no portal – se DPE solicitar.
6	S	Avanço com a CIE; há interesse no acesso a grandes pesquisas.	Portal mais amigável é bem-vindo, por tema e por pesquisa.	-
7	NR	NR	NR	
8	S	Portal da CNI e dados por Unidade da Federação, modelo.	NR	
9	S	Confirmou essa impressão já na pergunta anterior.		Avançar nos ODS e temas transversais – preocupações apontadas.
10		NR		Casos de tópicos que cabem em mais de um domínio/tema/subtema.
11		NR		Documentar para além de notas metodológicas finais.
12		NR		Usuários exploram o portal do IBGE, partindo do Google.
13		NR	NR	
14		NR	Vê mudanças na CIE em relação à CSA que podem dificultar buscas.	
15	S	Registra dificuldade para localizar SIPD e CES.		

Fonte: Elaboração própria

Uma das respostas indicou que o portal poderia avançar para outros modos de organização, a exemplo do portal da Confederação Nacional de Indústria, em que é ofertada informação segundo Unidade da Federação.

Finalmente, no que diz respeito às expectativas em relação ao portal ou observações livres, os resultados encontram-se no mesmo quadro 9. Foi registrado por mais de um respondente o reconhecimento de que o aprimoramento do portal é trabalho contínuo. Uma preocupação foi assinalada frente à orientação governamental de padronização de todos os portais segundo o padrão GOV.br. Este padrão impõe trabalhar com 4 níveis hierárquicos no portal, constituindo-se em dificuldade operacional, que poderia levar a perda de conteúdo informativo do portal do IBGE.

Trata-se do Decreto 9756 de 11 de abril de 2019 referente à "unificação/padronização de portais". Em setembro de 2020, algumas instituições tinham implantado: IBAMA, Polícia Federal e MEC. Estava em curso negociação para que o IBGE fosse estabelecido como exceção a esta diretriz.

A expectativa por manter a dupla possibilidade de busca no portal, por tema e por grande pesquisa, foi citada, bem como a necessidade de investimento em sinonímias associadas às buscas. O tema habitação, por exemplo, é facilmente associado pelo usuário às condições de moradia. No entanto, a associação ao conceito de domicílio é menos óbvia.

Houve relatos adicionais de que usuários muitas vezes exploram o portal do IBGE, a exemplo do que alguns especialistas dizem fazer, com a intermediação da busca a partir do Google. As preocupações com transversalidade de alguns temas e com a apresentação dos ODS foram destacadas. A navegação a partir da criação de um "dashboard" foi proposta.

A situação da múltipla hierarquia, anteriormente citada, é uma realidade a ser considerada nas buscas e a CIE 2015, como estrita orientadora da disposição do portal não propicia isso. Um outro exemplo aqui adicionado é o das Contas Econômicas Ambientais, que são pertinentes a mais de uma categoria CIE: o subtema "Contas Nacionais" e o tema "Meio ambiente". O portal, organizado a partir da CIE 2015 as associaria ao segundo agregado apenas. Na prática adotou-se a perspectiva poli hierárquica citada nas considerações teóricas desta seção.

Houve sugestão para a ampliação do escopo de "Métodos e classificações" no portal, tendo em vista não contemplar a variada tipologia de documentação metodológica produzida pelo IBGE. Exemplos pertinentes às estatísticas de preços foram pontuados: estudos sobre fontes alternativas de coleta, como o uso da Internet já implementado em casos como passagens aéreas e transporte por aplicativos visando aos Índices de Preços ao consumidor; estudos diversos tais como apropriação de preços de hotéis e *airb'n'b* e eletrodomésticos. Foram citados outros documentos técnicos como teses e dissertações e manuais.

3.3.2 A representação de agendas estatísticas: estrutura e propriedades da CIE 2015

O primeiro grupo de entrevistados, participantes da concepção e construção da CIE 2015, em referência à estrutura da classificação, levantou centralmente aspectos ligados à invisibilidade de assuntos de interesse da sociedade e à falta de detalhamento de algumas categorias vistas como importantes ou complexas.

Foi apontada a invisibilidade dos itens: condições de vida de migrantes e aspectos étnicos e raciais. Especialmente foi registrado o estranhamento com o fato de o segundo tópico não ser contemplado no nível de especificidade alcançado pela estrutura CIE 2015. Pareceu insuficiente constar apenas dos descritores por se tratar de fator determinante das condições socioeconômicas e culturais brasileiras. Foi unânime, no âmbito deste grupo de entrevistados, a crítica à falta de detalhamento do tema “Estatísticas do meio ambiente", considerada como uma fragilidade da estrutura CIE. Argumentou-se ainda que este tema, por sua relevância e complexidade, teria porte para constituir um domínio.

Quadro 10: Consolidação dos comentários referentes a categorias da CIE 2015 registrados sob a ótica do aprimoramento da estrutura da Classificação

(Continua)

Categorias comentadas	Comentários consolidados
Domínio: Estatísticas Sociais	- Percepção e sondagem sobre direitos: registro de lacuna do SEN brasileiro, em que também a CIE 2015 parece incorrer.
Tema: Habitação	- Registro sobre saneamento e a falta de visibilidade na estrutura, apesar de relevante; - Destaque para o tópico saneamento, como pertinente em saúde e habitação, além de meio ambiente, sugerindo a necessidade de trabalhar poli hierarquia.
Tema: Justiça e segurança	- Sugestão para alocação de Justiça e Segurança Pública em “multidomínio”; - Registros de falta de visibilidade na estrutura da CIE para tópicos como violência e vitimização (em especial, porque o termo vitimização é adotado pelo IBGE); - Consideração de que as estatísticas sobre o tema “Segurança” não possuem harmonização ou organização nacional, sendo este um tema da CIE como registro de estatísticas desejáveis, porém, inexistentes no SEN brasileiro; - Uma menção à falta de tópicos sobre governança, alguns correlatos a este tema.
Tema: População	- Anotação de que o tema “População” é muito amplo, implicando dificuldade.
Subtema: Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais	- Registros da falta, na estrutura da CIE, do tema migração para além de ser uma componente demográfica, de modo a incluir caracterização do migrante e de sua inserção socioeconômica; - Apontamento de que o usuário não localiza com facilidade as “Estatísticas do Registro Civil”. Não é citado explicitamente no subtema “Estatísticas Vitais”, no tema “População”. Essa terminologia não é dominada pelo usuário.
Subtema: Grupos populacionais específicos	- Apontamentos diversos de falta de visibilidade na estrutura da CIE, foram destacados povos tradicionais e pessoas com deficiência, como demanda forte. - Consideração de que grupos vulneráveis: mulheres, crianças e idosos são observados a partir das variáveis sexo e idade. Questionou-se que estes grupos, com especificidades marcantes, requereriam levantamentos específicos, e o fato de estarem juntos na mesma categoria da CIE.
Tema: Saúde	- Registros da necessidade de detalhamento do tema na estrutura da CIE, face a sua heterogeneidade. - Não localização na CIE da Segurança Alimentar (EBIA) e questionamento sobre a falta de visibilidade na estrutura da CIE, também, para os tópicos Segurança Alimentar e Antropometria; Obs.: A segurança alimentar encontra-se incluída nas notas explicativas em saúde. A heterogeneidade do tópico induziu esta percepção de visibilidade insuficiente.

Quadro 10: Consolidação dos comentários referentes a categorias da CIE registrados sob a ótica do aprimoramento da estrutura da Classificação

(Continua)

Categorias comentadas	Comentários consolidados
Tema: Trabalho	- Consideração sobre o impacto da digitalização e da economia do compartilhamento e a eliminação da intermediação, no que diz respeito ao trabalho remunerado, como potencial de demanda sobre revisão da estrutura ou descritores do tema. - Registrou-se o dilema conceitual que contrapõe as noções de microempreendedor individual e trabalhadores, em outras palavras, o conflito, na economia do compartilhamento, entre inovação e precarização.
Domínio: Estatísticas multidomínio e meio ambiente	- Lacuna do SEN em multidomínio: falta sustentabilidade e diversos aspectos ligados a agricultura e empresas a ela relacionados; - Consideração de que o domínio "Estatísticas multidomínio e meio ambiente" é um tanto confuso, sendo o próprio tema "Meio ambiente" um agregado multitemático; - Registro de que, para efeito do portal, este domínio é tomado com a denominação "Multidomínio", com "Meio ambiente" consistindo num tema junto aos demais subtemas do tema "Estatísticas multidomínio".
Tema: Estatísticas multidomínio	- Identificação de um problema no tema "multidomínio" referente à falta de clareza; - Questionamento se Segurança Alimentar não deveria ser um subtema de "Estatísticas multidomínio". Os estudos sobre Segurança Alimentar abarcam dimensões tais como: perdas pós-colheita, mudanças climáticas, queimadas (menos nutrientes no solo), produção e estoque de alimentos, para além do consumo alimentar domiciliar e das questões nutricionais.
Subtema: Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I	- Registro de um questionamento, referente à economia digital, digitalização e e-commerce. A CIE não os contempla de forma clara. Fica a dúvida se os subtemas ''c&t" ou "Sociedade da Informação" do tema "Multidomínio" abarcariam essa caracterização da economia, em que pese o tópico "*e-commerce*" estar ali registrado. Observação: comentário propositadamente repetido em "Sociedade da Informação".
Subtema: Gênero	- Questionamento sobre o subtema "gênero" estar em multidomínio, no lugar de estar em "População", tema do domínio "Estatísticas Sociais".
Subtema: Sociedade da Informação	- Registro de um questionamento, referente à economia digital, digitalização e e-commerce. A CIE não os contempla de forma clara. Fica a dúvida se os subtemas ''c&t" ou "Sociedade da Informação" do tema "Multidomínio" abarcariam essa caracterização da economia, em que pese o tópico "*e-commerce*" estar ali registrado. Observação: comentário propositadamente repetido em "Ciência, Tecnologia e Inovação".
Tema: Meio Ambiente	- Registros de necessária ocorrência de poli hierarquia para efeito do portal onde Contas Econômicas Ambientais estão vinculadas a "Contas nacionais" e a "Meio ambiente", que se constituem em temas de dois diferentes domínios da CIE. - Registros do necessário detalhamento do tema "Meio ambiente". - Considerações de que o tema "Meio ambiente" tem porte para constituir um domínio, por sua importância e complexidade, abarcando múltiplos domínios das estatísticas, mas encerrando evidente unidade temática. - Menção ao saneamento ambiental (drenagem) e às estatísticas da biodiversidade como integrantes das estatísticas sobre o "Meio ambiente". - Sugestão de adoção do *Framework for the Development of Environment Statistics* (FDES) elaborado no âmbito da DENU e CENU, como base para estruturar o detalhamento deste grupamento. Lembrando que se constitui de 6 componente, 21 subcomponentes e 60 tópicos. - Vinculação das estatísticas ambientais com as Contas Ambientais também pode ajudar a definir categorias mais detalhadas das Estatísticas Ambientais; - Falta de categoria referente a compras públicas sustentáveis; - Outras estatísticas seriam aquelas ligadas às mudanças climáticas (mudanças climáticas, agricultura, água, energia).

Quadro 10: Consolidação dos comentários referentes a categorias da CIE registrados sob a ótica do aprimoramento da estrutura da Classificação

(Continua)

Categorias comentadas	Comentários consolidados
Domínio: Estatísticas Econômicas	- Indicação de lacuna no SEN, portanto, desafio para o futuro da CIE: Economia compartilhada (plataformas); - Consideração de que, do mesmo modo que a classificação de atividades está requerendo reflexão, o mesmo deverá ocorrer com a CIE, cuja estruturação atual diz muito de um modelo econômico que ainda não era afetado fortemente por inovação, servitização e compartilhamento de ativos, com a intensidade atual; - Apontamento dos seguintes desafios: os "pacotes de serviços" ou de "bens e serviços" produzidos ou ofertados conjugadamente, não se adequando a determinadas desagregações de atividades; empresas como *Ifood* e Uber que oferecem, respectivamente, alimentação e transporte, mas também o catálogo e o serviço de entrega; as *fintech* e sua inserção nas estatísticas financeiras; - Indicação similar de lacunas do SEN que a CIE não contempla de forma clara: Economia digital ou digitalização; e-commerce. Fica a dúvida se os subtemas ''c&t" ou "Sociedade da Informação" do tema "Multidomínio" abarcariam essa caracterização da economia; - Menção aos indicadores do ODS 9 (Industrialização), que envolve indústrias sem chaminés; - Menção aos serviços transacionáveis e aos serviços prestados às famílias com uma desagregação de interesse; - Registro do impacto da economia do compartilhamento na sociedade e de questões práticas relativas à alocação de empresas como a Uber (transporte ou informática); - Interesse em quantificar os diferentes modelos de negócio de uma empresa como a Magalu (venda direta em loja física, *e-commerce* dos próprios produtos, *market place*, incluindo produtos de outros fornecedores); - Registros de que Indicadores antecedentes produzidos pela FGV não possuem visibilidade temática na CIE; - Identificação de que não está na estrutura da CIE a "Inclusão financeira", tema tratado pelo Banco Central; - Identificação de que não estão na estrutura da CIE as estatísticas de crédito agrícola e de cooperativas de crédito agrícola; - Não visibilidade na CIE para as Estatísticas Monetárias e de crédito, produzidas pelo Banco Central, bem como, para as estatísticas de crédito agrícola; - Registro de que estatísticas tais como empreendedorismo e demografia, que possuem visibilidade na CSA, perdem visibilidade na CIE, sendo, também, este o caso de entidades sem fins de lucro.
Tema: Estatísticas econômicas setoriais	- Consideração de que no que tange às estatísticas empresariais, o Comitê da ONU aponta prováveis impactos sobre classificações e seus usos. São fonte de tais impactos as mudanças tecnológicas e a forte presença das tecnologias da informação, bem como a orientação aos serviços pela tecnologia o que, por sua vez, requer mais tecnologia. Este pode ser o caso da CIE; - Apontamento da emergência de novos modos de negócios – economia do compartilhamento, economia do bico, *Big economy*, atenção à sustentabilidade; Observação: Tais impactos constituem-se em demanda sobre os SEN em geral, podendo acarretar pressão para revisão das estruturas da CIE e até mesmo da CSA.
Subtema: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	- Consideração de que a estrutura da CIE está adequada aos produtos trabalhados atualmente na área de estatísticas agropecuária. - Registro de que as informações estatísticas abrangentes são apresentadas no portal do Ministério da Agricultura, incluindo informações do IBGE, mostrando-se uma apresentação mais adequada do que o subtema dentro do domínio "Estatísticas Econômicas" para expressar a complexidade da área; - Destaque para a questão da transversalidade, citando a tecnologia, chegando forte às áreas rurais, a exemplo de tratores monitorados via satélite; - Sugestão de pertinência de uma Pesquisas de Inovação Tecnológica (PINTEC) relacionada à Agricultura. Menção à pesquisa de inovação realizada pela Embrapa, incluindo o uso de drones e quantidades de máquinas. - Consideração de startups, como modelo associado a empresas agro médias e grandes.

Quadro 10: Consolidação dos comentários referentes a categorias da CIE registrados sob a ótica do aprimoramento da estrutura da Classificação

(Final)

Categorias comentadas	Comentários consolidados
Subtema: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	- Apontamento do tópico Uso da terra e a utilização de imagem de satélites para o melhoramento (menor subjetividade) das estatísticas da agricultura. Foi citada a previsão, para o ano de 2021, da realização de estudo de caso, em conjunto com a Diretoria de Geociências (DGC) do IBGE; - Comentário sobre a pesca como um problema temático, incluída a necessidade de distinguir pescadores artesanais e os por conta-própria; - Demandas para levantamento de Aquicultura na Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) e de Investigação sobre indústria pesqueira formal (em desenvolvimento); - Em indicadores ODS solicitados há questões metodológicas pendentes; - Resumo: a CIE segue a lógica atual de produção das estatísticas, mas limita abordagens transversais, como por exemplo a intensificação do uso de tecnologia que se observa no setor. - Sugestão para o extrativismo municipal passar para o grupo populacional extrativista, ou para que este último venha a ser contemplado de alguma forma.
Subtema: Serviços	- Identificação, por diferentes entrevistados, de que as estatísticas sobre "Transportes" existem no SEN brasileiro, mas não há visibilidade para este tópico na estrutura da CIE, constando apenas do descritor do subtema "Serviços". Foram mencionados diferentes setores de serviços que não estão explícitos na CIE e que incluiriam, por exemplo, Informação e comunicação, também constante dos descritores de "Serviços".
Subtema: Contas Nacionais	- Questionamento do tratamento dado na CIE ao PIB Regional e Municipal. Na CSA inserem-se em recortes regionais multidomínio. - Registro de ocorrência de poli hierarquia para efeito do portal onde Contas Econômicas Ambientais estão vinculadas à categoria "Contas nacionais" e à categoria "Meio ambiente".
Tema: Outras estatísticas econômicas não especificadas anteriormente	- Questionamento sobre a estrutura do domínio "Estatísticas econômicas" frente à CSA, observando-se que Indicadores de tendências de negócios, cíclicos, incerteza; sondagens estão no tema "estatísticas macroeconômicas" na CSA, alocação que seria mais adequada do que em "Outras Estatísticas Econômicas", como aparentemente se encontrariam na CIE Esta segunda solução prejudica a visibilidade dos tópicos mencionados.
Tema: Preços e custos	– Consideração de que o tema dá boa visibilidade às estatísticas mais centrais, tais como os índices de inflação ao consumidor e ao produtor e os índices de custo da construção civil, mas que não facilita a identificação de tópicos que o integram, tais como o Programa de Comparação Internacionais (PCI), ou a mensuração de variações de preços pagos por diferentes populações objetivo, contempladas nos índices.
Tema: Setor informal	- Apontamentos de que o Setor Informal deveria ficar em "multidomínio" e não, em Estatísticas Econômicas. A abordagem da qualidade da inserção dos empreendimentos no setor justificaria isso, bem como a inclusão do tipo de olhar proporcionado pela Pesquisa de Economia Informal e Urbana (ECINF).
Domínio: Métodos e classificações	- Esclarecimento de que os tópicos abarcados pelo domínio "Métodos e classificações" foram denominados no portal como "Documentos técnicos". - Consideração crítica da tradução do domínio "Métodos e classificações" como "Documentos técnicos", limitando este grupamento a abarcar apenas notas metodológicas finais. - Sugestão para que venha a ser considerado critério mais amplo para a inclusão de documentos a exemplo de: Estudos sobre fontes alternativas de coleta, como a Internet, já implementada em casos como passagens aéreas e transporte por aplicativos. Apontaram estar em estudo: hotéis e *airb'n'b* e eletrodomésticos. Comentaram ser importante ter na CIE, onde alocar outros documentos técnicos como teses e dissertações; manuais elaborados para padronizar produtos e serviços. Em resumo propõe-se aproximação à estrutura da CSA.

Fonte: Elaboração própria

Os resultados apresentados no quadro 10 e as análises que seguem decorrem das respostas dos especialistas do IBGE não participantes do desenho da CIE aos quadros 1,

2, 4, 5, 6 e 7 do roteiro de entrevistas apresentado no anexo 2. Os especialistas desenvolveram reflexões elaboradas a partir das questões apresentadas, resultando em rico espectro de elementos atinentes a futuro aperfeiçoamento da CIE.

Sob um olhar mais abrangente para a CIE 2015, diferentes especialistas questionaram a não inclusão dos indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como produto estatístico transversal e relevante na estrutura classificatória da CIE. Interessante notar que, na versão 1.0 da CSA, os Objetivos do Milênio correspondiam a um subtema do tema “Estatísticas multidomínio”.

Outra falta sentida na CIE 2015 foi a cooperação internacional e, em especial, a cooperação Sul-Sul, aspecto que na CSA se inseria no quinto domínio relativo à gestão dos sistemas estatístico, que não é contemplado na CIE 2015.

O quadro 10 contempla respostas com potencial para indicar aperfeiçoamentos ou reflexões sobre a estrutura da CIE 2015. Apresenta uma consolidação das respostas obtidas, organizadas segundo as categorias que foram alvo de observações, constituindo-se em útil instrumento para tomada de decisão sobre os ajustes pertinentes à CIE, tendo em vista a riqueza das considerações registradas.

Da análise descritiva do quadro 10 emergem alguns destaques. Observa-se que este segundo conjunto de especialistas entrevistados (não participantes do desenho da CIE 2015), similarmente àqueles que desenvolveram a CIE, destacou, a respeito das “Estatísticas de meio ambiente” que, em face da atualidade do assunto e de sua importância para a própria sobrevida no planeta, seria justificado que se constituísse em um domínio da CIE revisada.

Também apontou como uma fragilidade importante da estrutura da CIE a falta de detalhamento explícito dessas estatísticas. Alegou que o assunto é muito amplo e engloba, por exemplo, estatísticas sobre acesso e qualidade de saneamento básico, estratégias empresariais ou agrícolas sustentáveis e biodiversidade, para citar algumas mensurações estatísticas que seriam de interesse. A falta de detalhamento foi notada também para temas tais como “Justiça e Segurança Pública” e “Saúde”.

Sobre o subtema “Grupos populacionais específicos”, por sua heterogeneidade, observou-se que combina tópicos tais como grupos etários, observáveis através de variáveis auxiliares de idade ou de data de nascimento, com mensurações referentes a pessoas com deficiência, povos tradicionais, população em situação de rua e população LGBTQIA+, que exigiriam levantamentos especiais. São recorrentes, segundo apontado por alguns dos entrevistados, as demandas por estatísticas sobre tais assuntos. Este aspecto é reforçado na subseção seguinte sobre lacunas no SEN brasileiro.

A invisibilidade na estrutura da CIE 2015 foi apontada para os tópicos saneamento básico, segurança alimentar, crédito agrícola, cooperativas de crédito agrícola e transporte, considerados relevantes. Com a exceção dos tópicos relacionados ao crédito agrícola, os demais estavam citados nos descritores de diferentes categorias, mas ainda assim os especialistas os apontaram como merecedores de serem explicitados na estrutura

classificatória. Em particular, foi sugerida a inclusão de segurança alimentar no tema "Estatísticas multidomínio" no lugar de estar no tema "saúde", tendo em vista as múltiplas dimensões envolvidas em sua mensuração, um reforço, portanto, à sugestão para ser dada visibilidade ao assunto na estrutura explícita da CIE revisada, sendo que em "estatísticas multidomínio".

Houve questionamento sobre a estrutura do domínio "Estatísticas Econômicas" em relação à organização dos tópicos econômicos na versão 1.0 da CSA, na qual a CIE 2015 se inspira. Indicadores de tendências de negócios, ciclos, incerteza e sondagens estão no tema estatísticas macroeconômicas na CSA. Foram relegados ao tema "Outros" na CIE. Isso ocorreu também com empreendedorismo, demografia de empresas e entidades sem fins de lucro. Ficou o registro de que esse único grupamento do tipo "outros" da CIE invisibiliza seus componentes.

No segmento econômico, a estruturação atual da CIE 2015 diz muito de um modelo econômico que era menos afetado por tecnologia e que passa a apresentar desafios tais como servitização e compartilhamento de ativos, em que empresas como o *Ifood* fornecem alimentação, mas também o acesso ao catálogo de fornecedores e o serviço de entrega. Acrescentam-se as *fintech* e sua inserção nas estatísticas financeiras e a convivência de diferentes modelos de comercialização - presencial, on-line e *market place*. Fica a dúvida se os subtemas 'Ciência e Tecnologia" ou "Sociedade da Informação" do tema "Multidomínio" são suficientes para abarcar este cenário, que tem alto potencial de transversalidade no sentido de impactar muitos tópicos abordados pelas estatísticas.

Quanto ao subtema "Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura" (denominação daqui por diante, resumida como "Estatísticas agrícolas", ficou o registro de que estar alocado como um subtema setorial apaga sua complexidade e, também, a transversalidade que o caracteriza. Por exemplo, incluem a agricultura familiar e a empresarial, perspectivas ambientais, tais como o uso da terra, e o intensivo avanço em tecnologia.

3.3.3 Lacunas estatísticas do SEN e a CIE 2015: análise complementar do princípio classificador e a adoção de facetas

Conforme mencionado, esta seção resgata e complementa a abordagem das lacunas estatísticas realizadas na primeira etapa do projeto de avaliação. Contempla os avanços realizados nesta segunda etapa, em que especialistas do IBGE foram ouvidos sobre o tema.

Na primeira etapa do projeto de avaliação da CIE para a observação da consistência do princípio classificador da CIE sob o enfoque das invisibilidades, o escrutínio ficou restrito à análise dos resultados do estudo de agendas do período 2006-2016 (QUINTSLR, 2018;2019). Foram observados os registros de lacunas em diferentes instâncias e dois fóruns de discussão coordenados pelo IBGE, que trataram principalmente o domínio "Estatísticas sociais".

Um dos fóruns teve por objetivo o debate da reformulação das pesquisas domiciliares do instituto, que estabeleceria o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD). O outro, reunia produtores de estatísticas oficiais no âmbito federal, o Comitê de Estatísticas Sociais (CES). A observação de interações do IBGE com diferentes atores, analisadas no estudo das agendas e as realizações do fórum do SIPD apontaram demandas referentes ao tema da CIE "Uso do tempo", bem como à população em situação de rua, aos povos indígenas e aos quilombolas, contempladas na CIE 2015, porém, não como categorias explícitas, mas incorporadas à nota explicativa do subtema "Grupos populacionais específicos". No âmbito do CES foi identificada a falta de harmonização nas estatísticas de segurança pública, campo sensível e de amplo interesse social, correspondendo a um tema da CIE.

Assim, no que concerne aos assuntos registrados como lacunas em estatísticas sociais no período de estudo, a CIE 2015 cumpre bem a propriedade de exaustividade, pois as lacunas identificadas se fazem presentes na CIE 2015 ou em seus descritores.

O CES apontou, também, como condições de lacunas as falhas em temporalidade e em cobertura geográfica. Esta racionalidade desenvolvida no âmbito do CES tem correspondência com o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas estabelecido legalmente em 1974, que explicitava em sua estrutura de apresentação estes aspectos de temporalidade e espacialidade, ademais de indicar os responsáveis pela elaboração de estatísticas sobre cada um dos tópicos incluídos no Plano.

Uma consulta ao portal do IBGE identifica que são lacunas temporais, por exemplo, as pesquisas domiciliares sobre "vitimização", cujas últimas realizações ali registradas (até 2016) estavam datadas em 1999 e 2009. Este exemplo oferece argumentação favorável para se retomar, na CIE revisada, o modelo de facetas do plano de 1974, indicando periodicidade de produção das estatísticas, para que a CIE cumpra seu princípio classificador com mais clareza e exatidão.

Estes aspectos foram aprofundados na segunda etapa do projeto de avaliação da CIE 2015, como resultante das respostas do segundo grupo de especialistas ao quadro 4 do roteiro de entrevistas aplicado. Neste quadro, tipos e causas das lacunas foram apresentados para provocar e estimular os respondentes a uma reflexão sobre estatísticas demandadas ou necessárias, porém, não disponíveis.

Foram considerados os tipos de lacunas referentes a: grupos populacionais, a temporalidade, territorialidade, harmonização e divulgação. No que diz respeito a essa tipologia proposta, as respostas apresentadas no quadro 11 indicaram sua apreensão pelos especialistas. Constatou-se que para a aplicação junto a público com este perfil, a tipologia foi útil para provocar o aprofundamento das reflexões sobre as lacunas estatísticas. Cabendo lembrar, no entanto, que uma tipologia completa agrega o tipo de lacuna referente aos assuntos cobertos pelas estatísticas, cuja análise, neste projeto, decorreu da observação da estrutura da CIE 2015, fundamentalmente embasada na organização de tópicos pesquisados ou a serem pesquisados pelo sistema estatístico brasileiro.

As respostas referentes ao tipo de lacuna “grupos populacionais” ratificaram observações anteriores sobre a importância da mensuração estatística voltada a questões étnicas e raciais, incluindo o estudo de populações indígenas, quilombolas e ciganas. Um respondente comentou que o próximo Censo Populacional manteria os avanços do Censo de 2010 no que diz respeito aos indígenas e que estavam previstos avanços no que diz respeito às populações quilombolas.[11] Grupos etários e especialmente idosos também foram destacados, bem como a população em situação de rua. A demanda recorrente sobre gênero, a partir da comunidade “LGBTQIA+” foi registrada e o pedido para, sob o enfoque de gênero, mensurar o trabalho não remunerado, através do Uso do Tempo.

Sob o olhar econômico foram aí identificadas lacunas referentes à população no sentido estatístico, apontando o reconhecimento da demanda por recortes, ou sub populações, tais como: a partir da digitalização atender solicitação de geração de planos tabulares segundo a natureza da entrega e natureza do negócio (empresa sem fábrica, varejo virtual, por exemplo); no âmbito das estatísticas sobre a agricultura, viabilizar a separação da informação, segundo os empreendimentos sejam familiares ou não familiares, uma vez que esse tipo de recorte, atualmente, só se viabiliza no Censo Agropecuário. Foram citadas, também, as demandas para os recortes referentes à pequena e microempresa, ao perfil socioeconômico dos Microempreendedores Individuais (MEI) e de alguma outra fronteira com a informalidade e, no que tange ao empreendedorismo, perfil do empreendedor e tipos de empresas.

As lacunas temporais abarcaram fundamentalmente regularidades de realização não alcançadas para temas tais como vitimização e para levantamentos, caso da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, da Pesquisa de Inovação Tecnológica ou estatísticas ambientais, a exemplo de tráfico de animais silvestres e gastos com proteção ambiental. Outras irregularidades foram citadas. Um respondente mencionou as investigações longitudinais, como uma demanda recorrente.

A solicitação por informações regulares para o recorte municipal e até enfoques mais detalhados ou descolados da estrutura político-administrativa foi citada como lacuna territorial. Outras lacunas territoriais específicas foram lembradas a exemplo do Programa de Comparações Internacionais, que se restringe ao Rio e São Paulo, e da questão da diversificação da atividade das empresas, territorial e localmente, decorrente da tendência de fragmentação de atividades entre plantas, que podem estar na mesma cidade, diferentes cidades, Unidades da Federação e até em diferentes países.

.....
[11] O Censo que se viabilizou em campo em 2022, realmente agrega investigação específica sobre povos tradicionais quilombolas.

Quadro 11: Consolidação dos exemplos de lacunas do SEN brasileiro, segundo tipologia proposta para as lacunas

(Continua)

Tipos de lacunas	Exemplos apontados
Grupos populacionais	- Foram lembrados os povos e comunidades tradicionais no que tange a etnia, território, atividades econômicas, religião. Também a população em situação de rua e o projeto de lei específico; - Destacou-se a demanda recorrente sobre gênero, a partir da comunidade LGBTQIA+. Comentou-se, porém, que parte da sociedade quer a informação, mas a sociedade como um todo não está pronta para respondê-la. Nesse contexto, o mesmo especialista destacou a demanda dos movimentos vinculados às lutas antirracistas por junção das categorias preto e pardo, para formar o grupo negro, que não considera precisa, em que pese seja considerada nas análises do IBGE; - Houve menção às projeções de população desagregadas segundo sexo e idade. Foi apontada a necessidade de critério mais claro para definição de faixas etárias. Grupos étnicos, indígenas, ciganos, quilombolas foram destacados mais uma vez; - Comentou-se sobre a digitalização e a possibilidade de geração de planos tabulares segundo a natureza da entrega; natureza do negócio (empresa sem fábrica, varejo virtual). - Exemplificou-se como lacuna, as estatísticas pertinentes à terceira idade, cobrindo cuidado, saúde, abusos, renda e trabalho; - Considerou-se que variáveis explicativas como sexo, idade, cor ou raça suprem em parte essas lacunas por permitirem análises em que se transformam em principal interesse, atravessando diferentes fontes de informação e abordagens; - Menção, no caso das estatísticas da agropecuária, à separação da informação, segundo os empreendimentos sejam familiares ou não familiares. Esse tipo de recorte só se viabiliza no Censo Agro; -Foram lembradas, demandas não atendidas por índices referidos a diferentes populações alvo, em especial para a baixa renda; - Menção aos Indígenas (terras, setores) excluídos da PNAD C, como um questionamento; - Destacou-se que demandas em relação a terras indígenas e territórios quilombolas estão em atendimento, mas configuravam ainda lacuna. Ciganos (nômades com rotas específicas). Gênero a partir de demanda das comunidades LGBTQIA+ foram citadas como outras demandas recorrentes. Trabalho não remunerado, através do Uso do Tempo, outra demanda, sob a perspectiva de gênero. Foram mencionadas as pessoas com deficiência, inserção no mercado inclusive; - No espectro econômico. Foram citados os recortes, segundo a pequena e microempresa, Perfil econômico-social dos MEI e mais alguma fronteira com a informalidade, empreendedorismo e perfil do empreendedor. Tipos de empresas foram citados também.
Temporais	- Estatísticas longitudinais – uma demanda recorrente; - Estatísticas sobre turismo; - Lembrou os temas ligados à violência (vitimização) e à posse de computadores. É criada a demanda, mas a instituição não sustenta investigação regular, casos também da Pesquisa Nacional do Saneamento Básico (PNSB) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), muito importante para os índices de preços ao consumidor; - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico como lacuna temporal e comentário que alguns temas são atendidos em razão de demanda pontual, faltando uma proposição de periodicidade. - Não apresentando exemplos, o reconhecimento de que há regularidades temporais não consolidadas; - Citação da TIC-Empresa, lacuna que considera ser suprida pelo Nic.Br; - Estatísticas sobre estoques, há demandas para que passem a ser trimestrais. Hoje são semestrais. A viabilidade disso poderia ocorrer através de pesquisas telefônicas; - Povos indígenas e vitimização; - Vários exemplos em estatísticas ambientais. Tráfico de animais silvestres, gastos com proteção ambiental, PNSB; - Diversas: POF, Produto Interno Bruto (PIB), que o Banco Central antecipa mensalmente, Entidades sem fins de lucro (FASFIL), Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC), que idealmente caberia realizar a cada dois anos.

Quadro 11: Consolidação dos exemplos de lacunas do SEN brasileiro, segundo tipologia proposta para as lacunas

(Final)

Tipos de lacunas	Exemplos apontados
Territoriais	- Demanda por detalhamento de informação por município e até recortes menores. - Alguns municípios importantes solicitam, caberia empenho para atendê-los; - Aqui mencionou a questão da diversificação da atividade, territorial e local, com a tendência de fragmentação de atividades entre plantas, podendo estar na mesma cidade, diferentes cidades, Unidades da Federação e até países; - A atenção a este tipo de lacuna é presente. É exemplo a indústria em Sergipe e Alagoas - capacidade institucional e sigilo impõem essa lacuna. Reformulação da PIM-PF em 3 Estados (Maranhão, M.G. do Sul e R.G. do Norte; - PCI, apenas para São Paulo e Rio apenas. Além da lacuna de cálculo de paridades de poder de compra entre regiões brasileiras; - Dados para regiões metropolitanas fora da capital; grandes municípios e possibilidade de atender na próxima década; extratos especiais em estudo com a DGC; - A falta de informações municipais; - Consideração de que essa dimensão territorial é crucial e que se coloca para diferentes tópicos, lembrando também a demanda de municípios por informações regulares. - Estatísticas municipais são abordadas atualmente através dos Censos, MUNIC e Cadastros. Há demandas por recortes territoriais não associados à estrutura político-administrativa. Pnad Contínua tem potencial para outros recortes.
Harmonização	- Considera que existem e comentou iniciativa em direção à harmonização de estatísticas vitais com a consolidação do Sistema de Estatísticas Vitais em que se busca parear Registro Civil e Dados do Ministério da Saúde e Registro Civil e SIRC (INSS e Dataprev); - Contabilidade fiscal e em torno de variáveis 50% das variáveis consideradas se depara com essa limitação; - Mencionou a lista de produtos do IBGE e a lista internacional de produtos e a agroindústria (terminologia a ser definida e articulada entre áreas); - Harmonização das estimativas do LSPA e da CONAB. A percepção de que CONAB veria como sua responsabilidade as estatísticas de curto prazo, ficando, a cargo do IBGE, as estatísticas de produção através do Censo; - Uso da Classificação de Consumo por finalidades de Uso (COICOP) no IBGE é uma ação de harmonização a realizar; - Classificação de ocupações utilizadas pelo IBGE e Secretaria do Trabalho e Emprego; notas técnicas sobre não comparabilidade de resultados sobre uma mesma variável a partir de diferentes levantamentos do IBGE; - Classificação Internacional de Crimes, uma possível referência para a harmonização de estatísticas de justiça e segurança. - Consideração geral sobre a complexidade dos esforços de harmonização que correspondem, inclusive, ao uso estatístico de registros administrativos obtidos de diferentes fontes.
Divulgação	- Estatísticas sobre diferença de gênero e uso do tempo são alvo de divulgações pontuais (trabalho doméstico, cuidados). É mais destacada a diferença em termos de remuneração; - A demanda por maior flexibilidade na apresentação de resultados que contemplem os reagrupamentos da informação segundo modelos de negócio, ou tomando em conta diferentes atividades econômicas de diferentes unidades físicas de uma mesma empresa; - Citou como exemplo as Classificações e listas – elas próprias como informação; - Citou a REAGRO que foi criada para suprir reuniões do antigo GCEA. Essas estatísticas "experimentais" regionais existem, mas falta instrumentalizar a formalização para sua liberação ao público; - Informalidade e economia não observada: ao mesmo tempo que as toma como lacunas de divulgação, as considera como lacunas conceituais; - Comparar com o que tinha no passado (revisão dos índices). PCI 2005, divulgado em 2008. PCI 2017 possui lacuna de relatório interno que propicie a extração dos dados do Brasil. - Metodologia – aprofundar registros a partir de diferentes profissionais.

Fonte: Elaboração própria

As indicações dos tipos de lacunas "Harmonização" e "Divulgação" resultaram de alusão às situações especificadas no quadro 11. No primeiro tipo foi indicada a necessária harmonização das estimativas de safra do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), elaboradas pelo IBGE, e as geradas pela Companhia Nacional de Abastecimento

(CONAB). Também foram citadas a necessidade de harmonização no que se reporta a diferentes classificações, a exemplo da Classificação Internacional de Crimes para fins Estatísticos e a necessidade de sua conciliação com o código penal brasileiro. Foi mencionada, também, a Classificação de Ocupações e a compatibilização das versões hoje adotadas pelo IBGE e pela Secretaria do Trabalho e Emprego do Ministério da Economia, de acordo com estrutura ministerial vigente em 2022. As classificações e listas foram apontadas, também, como lacuna do tipo divulgação por um dos especialistas entrevistados.

Como sugestão de tipo de lacuna foi sugerida a inclusão da decorrente de "atualização tecnológica", uma vez que, conforme visto na subseção anterior, teria potencial para implicar alterações importantes na produção estatística. Foi considerado que cabe a inclusão deste tipo de lacuna por inovação tecnológica que, uma vez sendo muito intensiva, pode exigir uma quebra das estruturas metodológica, teórica e instrumental na produção das estatísticas, para além de ajustes metodológicos mais focalizados, provocados por demandas ou fenômenos de caráter mais pontual.

Foi considerada a pertinência e a oportunidade do exame de lacunas sob a ótica dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Foi mencionado que algumas lacunas são registradas através de demandas encaminhadas ao IBGE através da Lei de Acesso à Informação (LAI). Quanto às causas para lacunas, as categorias "Falta de acesso à registro administrativo" e "Falta desenvolver conceitos ou métodos" funcionaram muito bem, motivando a menção a exemplos muito detalhados, conforme o quadro 12. As categorias "Falta de recursos..." e "Falta de decisão política" não se mostraram úteis, pois podem estar permeando diferentes lacunas, não oferecendo elemento de distinção para a compreensão da causalidade de lacunas nas estatísticas brasileiras.

Assim, foram apontadas lacunas do SEN brasileiro pelos entrevistados a partir de terem sido provocados com a reflexão sobre tipos e causas das lacunas. Como o princípio classificador da CIE 2015 propõe abarcar informações produzidas e a produzir através dos órgãos constituintes do SEN, a vinculação da estrutura da CIE às lacunas apontadas, propicia indicativos da exaustividade da estrutura, sobre o que cabe ser agregado às estatísticas nacionais. São exceções as novas formas de produção, negócio e de inserção no mercado de trabalho frente aos avanços tecnológicos recentes, que possuem potencial para pressionar mudanças nos métodos e na infraestrutura da produção de estatísticas para além da CIE revisada.

Em linhas gerais, no que diz respeito às causas para as lacunas relacionadas à falta de acesso aos registros administrativos, carência de recursos e de decisão política, para se conectar a esse tipo de abordagem, seria exigido que a estrutura da CIE revisada se aproximasse da CSA, com a inclusão do quinto domínio, implicando a ampliação de seu princípio classificador de modo a contemplar atividades correlatas à gestão do SEN.

No que tange à causa referente ao desenvolvimento de conceitos e métodos, seria pertinente avançar no detalhamento do domínio “Métodos e Classificações”.

Quadro 12: Consolidação dos exemplos de lacunas do SEN brasileiro, segundo causas propostas para as lacunas

(continua)

Causas para lacunas	Exemplos apontados
Falta acesso a Registros Administrativos	- Registrou-se a questão do patrimônio e renda versus o acesso a registros administrativos; - Destacou-se o “*data linkage*” para retratar a nova economia e, por exemplo, o necessário acesso aos registros administrativos para a observação do modelo de negócio que vem se afirmando atualmente, em que diferentes plantas físicas das empresas exercem atividades distintas. Também se beneficiaria do acesso a registros a mensuração do comércio eletrônico; - Registrou-se o processo *stop and go*. Um exemplo é a nota fiscal eletrônica que não avança em governança, visando indicador de curto prazo. Atende Contas, mas não há avanço em prospecção. Na pesquisa pulso-empresa Covid 19, a COCAD articulou bases para acessar responsáveis por empresas; - Abate e vacinação poderiam ser resolvidos através de registros. Foram citadas 36 reuniões com o ministério responsável, com a meta de compartilhamento de dados da agropecuária. O IBGE participou em mais de 20 reuniões. O Cadastro único da agropecuária é uma meta. A formalização de acordo sobre o cadastro a definir caberia ser portaria interministerial ou decreto presidencial; - Acesso a notas fiscais citado mais uma vez; - Acesso a cadastro telefônico com vistas à coleta domiciliar foi lembrado. - Registrou-se que o acesso a registro administrativo encontra dificuldade na definição da Constituição de 1988, que colocou o sigilo fiscal como mais importante do que o sigilo estatístico.
Falta desenvolver conceitos ou métodos	- Foi citada a coleta através da Internet, com destaque especial ao que vem sendo empreendido na área de preços; - Menção ao conceito de domicílio (separação e independência) que é diferente no Censo e na PNAD-C. - Reforçou a questão das idades, citada no tipo de lacuna associado a grupos populacionais. - Esta causa para as lacunas se sobrepõe ao tipo de lacuna por “inovação tecnológica” proposta na observação anterior. Alguns aspectos já surgiram em quesitos anteriores e se apresentarão também no quadro a seguir sobre o domínio das “Estatísticas econômicas”; - Foram lembradas: Cultura, estabelecer atividades; Turismo, definir como conta satélite. - Menção à viabilização do SIPAGRO (Sistema Integrado das Estatísticas da Agropecuária), tendo em vista amostras e desenhos complexos e distintos requeridos para cobrir pequenos e grandes estabelecimentos agrícolas. - Em indicadores ODS solicitados há questões metodológicas pendentes; - Registraram-se mais uma vez as fontes alternativas de coleta de preços. - Menção à atualização das estruturas de ponderações a partir de dados de contas nacionais entre realizações das Pesquisas de Orçamentos Familiares; - Foram citados também: o tema da informalidade, conectando ECINF; Indicadores Sociais e PNAD; - Rendimento: unificação conceitual da investigação nos distintos levantamentos.
Falta de recursos humanos, logísticos e financeiros	- Comentou-se aqui a necessidade de ampliar a estrutura do desenvolvimento das estatísticas e, para além do se aprender fazendo, aprofundar o aprender pesquisando.
Falta de decisão política	- Foram lembrados: falta de acesso aos registros de patrimônio e rendimentos; adiamento de operações estatísticas; falta de acesso aos registros em geral, que gera diferentes lacunas.

Fonte: Elaboração própria

A observação dos tipos de lacunas frente à estrutura da CIE contém uma certa tautologia no que diz respeito ao tipo de lacuna referente a grupos populacionais, tendo em

vista a existência do subtema “grupos populacionais específicos”. De todo modo a riqueza de considerações sobre este tipo de lacuna vai ao encontro de comentários que sugerem dar maior visibilidade aos grupos populacionais contemplados. No entanto, este tipo de lacuna propiciou, também, o registro de demandas por recortes de análise sobre a população de empresas, empreendimentos, classes afetadas diferentemente por variação de preços e faixas etárias.

As lacunas temporais apontadas referem-se a tópicos presentes na estrutura da CIE, a exemplo de turismo, cultura e de vitimização, cuja falta de visibilidade na estrutura da CIE foi apontada na subseção anterior. As estatísticas sobre indígenas também foram apontadas aqui, pois há investigação específica desenvolvida desde 2010, no âmbito do Censo demográfico, mas há falta de informações sobre as especificidades desse grupo ao longo da década, no período entre os Censos.

O domínio “Métodos e classificações” e seu detalhamento surgem da análise de lacunas apontadas para os tipos de lacunas “territoriais” e por “harmonização”. Valendo destacar a presença marcante da harmonização das classificações estatísticas.

Todos os itens citados no tipo “divulgação” estão contemplados na estrutura da versão CIE 2015.

Assim, sob a ótica de futuras pressões ao princípio classificador da CIE, a questão tecnológica que afeta intensamente o domínio “Estatísticas econômicas” se coloca como um importante desafio. No que diz respeito à adoção de facetas, a abrangência temática alcançada pelos tipos de lacunas temporais e territoriais parece recomendá-las como detalhamento da estrutura ou, pelo menos, como quesitos a serem documentados sob a forma de tabelas auxiliares da CIE revisada.

3.3.4 Atores do entorno do SEN brasileiro: proposta para subsidiar uma eventual avaliação da CIE junto ao público externo

Foi observado que o conjunto de categorias de atores sugerido, em geral, obteve concordância dos respondentes sob o ponto de vista de sua exaustividade. Houve sugestões para acréscimo ou pequenos ajustes que serão comentadas mais adiante. No que toca à pertinência de eventuais consultas referentes à avaliação da CIE ou às agendas estatísticas, a hierarquização resultante encontra-se no quadro 13 que segue.

Alguns respondentes optaram por não adotar a escala 0 a 10 sugerida no roteiro. Com base nas respostas dadas foram arbitradas notas. Quando o respondente opinou por excluir a categoria foi atribuído valor zero à hierarquização. Essas adaptações permitiram a obtenção de valores médios, apresentados em ordem decrescente de importância no quadro 10. Os passos intermediários de construção da hierarquização de atores encontram-se apresentados no anexo 3.

Alcançaram os valores médios mais altos resultantes da escala construída as categorias “Profissionais” (9,4), “Órgãos governamentais” (9,2) e “Academia” (8,9), que

representam, respectivamente: os conhecimentos explícito e tácito sobre as estatísticas; o envolvimento com a elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas e; a conexão com a fundamentação multidisciplinar exigida para o desenho de estatísticas consistentes. O resultado expressa que os especialistas consultados colocam tais categorias de atores como as mais relevantes para o debate de agendas e lacunas estatísticas e, consequentemente, para uma avaliação da CIE, como instrumento de governança do Sistema Estatístico.

Valores acima ou no entorno de sete, foram registrados também para as categorias "Comunidade Estatística Internacional" (8,5), "Órgãos públicos e privados produtores de informação e conhecimento" (8,5) e por Usuários das informações (7,1).

A capacidade dos "respondentes" como potenciais contribuintes com agendas, lacunas e CIE alcançaram o valor médio 6,3. Este resultado foi afetado positivamente por uma leitura de que respondentes incluem órgãos governamentais das três esferas de governo.

Quadro 13: Categorias de atores e hierarquização média atribuída pelos especialistas entrevistados

Categorias de Atores	Hierarquização média
Profissionais na produção de estatísticas públicas	9,4
Órgãos governamentais (representantes do Estado)	9,2
Academia (produtores de conhecimento e informação)	8,9
Comunidade Estatística Internacional	8,5
Organizações públicas e privadas (produzem conhecimento e informação)	8,5
Cidadãos e entidades da sociedade civil e do setor privado (usuários)	7,1
Cidadãos e entidades da sociedade civil e setor privado (respondentes)	6,3
Governos (representantes do Estado)	5,8
Meios de comunicação (produtores de conhecimento e informação)	4,2
Classe política (representantes do Estado)	1,4

Fonte: Elaboração própria

O valor 5,8 retratou a percepção de contribuição associada aos governos, sendo que chamou atenção a variabilidade das notas. Houve registro de valores extremos positivos e negativos atribuídos a esta categoria que, conforme registrados no anexo 3, oscilaram

entre 0 e 10. Em seguida, os meios de comunicação (4,2), embora percebidos como categoria importante para se interagir, não teriam, para parte dos entrevistados, aporte relevante a oferecer à avaliação da CIE ou de agendas estatísticas.

A classe política foi indicada pela maioria dos respondentes como não pertinente ao debate, alcançando por isso o valor médio 1,4, com o registro de muitas notas zeradas, tendo em vista o entendimento de que não têm o que contribuir com as agendas, isto é, sobre as necessidades estatísticas vinculadas à validação da CIE.

Quadro 14: Observações a partir das categorias de atores

Entrevista	Observações
4	Sugeriu-se a inclusão de Órgãos Estaduais de Pesquisas. Observação: A categoria está contemplada, mas vale o registro sobre o destaque que caberia ao grupo nessa tabela.
5	Considerou-se o impacto da Comunidade Estatística Internacional maior no que concerne à metodologia e comparação internacional; não a considerou tão presente em termos de agenda e lacunas. Quanto a governos identificou maior impacto do Federal frente ao estadual e municipal. Viu como quase nula a contribuição da Classe Política. Destacou a força das parcerias com órgãos federais. Considerou que a Academia deveria influenciar mais. Não tinha ideia de demandas de respondentes, mas supôs que demandariam simplificações de questionários. Usuários, em sua opinião, corresponderiam à categoria muito ampla, que incluiria a sociedade e os meios de comunicação, para o respondente, os movimentos sociais e imprensa se fundem. Viu com preocupação a possibilidade da sustentação desse diálogo, em face da estrutura requerida. Considerou importante dar clareza ao que motiva a inclusão de determinadas abordagens nas pesquisas.
7	Coloca como prioritárias as seguintes categorias: Comunidade Estatística Internacional, Governos e Órgãos governamentais e Academia. Coloca os demais em segunda prioridade, com a ressalva para Classe Política que excluiria de eventual consulta sobre a CIE ou lacunas.
8	Destacou o feedback dos informantes como lugar de escuta relevante; do mesmo modo lembrou as demandas a LAI, uma vez que os produtos demandados ali podem ser ou sinalizar futuras demandas/lacunas, avaliando que tal sinalização ocorre em 90% das solicitações; entidades como produtores de informação e inclusão de bancos e mercado financeiro.
9	Comentou como pontos de atenção, a Associação Brasileira de Assistência ao Produtor Rural, ao mesmo tempo produtor respondente e a Indústria de Fertilizantes e Defensivos Agrícolas como respondentes e produtores de dados em potencial. Inclui madeira e papel e celulose, todos como produtores com potencial para suprir lacunas na produção do IBGE.
13	Entende que a “escuta” a governos e classe política não cabe ser feita diretamente. No caso da Comunidade Estatística Internacional, vê a possibilidade de consulta a organizações internacionais instalados no Brasil e, aos demais, a partir de análise documental.
14	Em relação às categorias propostas no quadro ficou em dúvida em relação aos profissionais na produção de estatísticas públicas. Sugere avaliar se não seria melhor colocar produtores de estatísticas públicas, deixando claro que públicas não necessariamente significa governamental. Por que produtores? Porque acho que profissionais foca no indivíduo e não na instituição. É claro que os indivíduos muitos vezes estão associados diretamente ao seu papel em determinada entidade.

Fonte: Elaboração própria

No que concerne ao aprimoramento das categorias, do quadro 14 é possível extrair a necessária inclusão de instituições públicas como fornecedores de informação e não apenas como usuários, observação pertinente, especialmente no contexto de prestadores de informações para as Contas Nacionais.

Também foi evidenciada a necessidade de se explicitar as três esferas de governo nas categorias de atores propostas, bem como de dar maior visibilidade aos órgãos estaduais ou municipais que produzem informações.

A categoria “respondentes” foi criticada sob o enfoque da dificuldade de identificar as necessidades que seriam específicas desse grupo, a menos de demandas por simplificação dos questionários.

Foi apontada como muito ampla e, portanto, com exigências complexas para proceder sua escuta, a categoria de “usuários”.

A consulta à Comunidade Estatística Internacional foi vista como relevante, especialmente se houver motivação específica para explorar um determinado tópico.

Dois especialistas reforçaram a LAI como canal através do qual os cidadãos ou entidades em geral apontam demandas ou lacunas referidas às estatísticas oficiais, ainda que isso tenha se reduzido no período de vigência da pandemia. Um desses especialistas afirmou que a quase totalidade dos atendimentos através da LAI correspondiam a tal apontamento.

Foi destacado que a escuta aos governos e à classe política não cabe ser feita diretamente. No caso da Comunidade Estatística Internacional, foi apresentada a possibilidade de consulta a organizações internacionais instalados no Brasil e, aos demais, ou seja, àqueles no exterior, a consulta poderia consistir em análise documental de recomendações estabelecidas.

Quanto à categoria “produtores de informações” foram citados bancos e instituições e consultorias financeiras como possíveis integrantes.

Um respondente comentou que os atores “profissionais” deveriam ser melhor definidos no sentido de serem abordadas as correspondentes instituições. Cabe esclarecer a respeito desta categoria que a institucionalidade pertinente a esse grupamento seria a das representações sindicais ou das associações profissionais. Registre-se que as instituições produtoras constituem a categoria “Organizações públicas e privadas (produzem conhecimento e informação)”.

Registre-se, finalmente, as considerações que emergiram do grupo de especialistas entrevistados, participantes da elaboração da CIE 2015. Foram mencionadas as Associações empresariais e profissionais, além da Confederação Nacional da Indústria que, são usuários e produzem informações sobre nichos específicos.

4 CIE 2015: instrumento de governança do SEN brasileiro, efetividade na organização do portal do IBGE e passos futuros

Em que pese a excelência da produção de estatísticas no Brasil, como se viu, a dinâmica de definição de agendas estatísticas oficiais, embora seja efetiva no País, apresenta necessidade clara de avanço em documentação, como demonstra a inexistência de plano ou de proposta de plano minimamente formalizados desde 1992. Neste contexto a CIE se mostra com potencial para constituir instrumento de governança do SEN, documentando, servindo de referência e atribuindo transparência e *accountability* a tal dinâmica.

Tal condição se confirmou no próprio desenvolvimento metodológico da primeira etapa de seu processo de avaliação, em que a CIE 2015, ao mesmo tempo em que era avaliada, serviu de referência, propiciando a padronização necessária, para a observação temporal das estatísticas nacionais em quatro décadas, com a observação de registros documentais datados em 1974, 1992, 1996, 2006 e 2016.

O caráter sociopolítico da CIE 2015 foi aqui observado a partir dos enfoques de visibilidade e invisibilidade de assuntos ao longo do tempo, propiciando a verificação da efetividade do objetivo delineado em seu princípio classificador – incluir estatísticas produzidas ou indicadas para produção pelo SEN brasileiro. Como se viu, para o pleno cumprimento deste princípio foram apontados, nessa abordagem retrospectiva, pequenos ajustes nos tópicos cobertos pela CIE 2015 face os tópicos arrolados nos planos e debates das estatísticas nacionais naqueles anos analisados.

Da primeira etapa de avaliação da CIE 2015 resultou também a sugestão para incorporar faceta referente a entidades responsáveis por diferentes tópicos da CIE, provocada pela proposta de plano de 1992, em que assim era feito. Este ajuste agregaria transparência à agenda estatística estabelecida ou almejada para produção pelas entidades participantes do Sistema Estatístico Nacional brasileiro, que ali estariam designadas. A inserção de facetas sobre periodicidade temporal e abrangência geográfica das estatísticas, nos moldes de 1974, também restou como outra indicação da primeira etapa do estudo, bem como da segunda etapa, a partir da análise da tipificação de lacunas do SEN, aspecto aprofundado na segunda parte do projeto de avaliação da CIE 2015.

Na segunda etapa, a riqueza das observações obtidas dos especialistas instados a refletir sobre o princípio classificador da CIE 2015 foi notável. Ainda assim, ficou patente que a percepção predominante de uso da CIE na instituição é a de que serve como instrumento de consulta ou aprimoramento do portal do IBGE na Internet.

No que diz respeito à estrutura da CIE foram marcantes as considerações de especialistas sobre uma necessária revisão do domínio “Estatísticas de multidomínio e meio ambiente”, vista como uma categoria heterogênea, complexa e relevante, que poderia ser

separada, constituindo-se em- dois domínios, cabendo o devido detalhamento daquele referente às estatísticas do meio ambiente.

Foram apontados aspectos de inovação tecnológica que, sendo muito intensiva, podem exigir uma quebra das estruturas metodológica, teórica e instrumental da produção das estatísticas. Este aspecto afeta as “Estatísticas econômicas” em geral, merecendo destaque por sua especificidade, as “Estatísticas agrícolas”. Importa também ao tema “Trabalho”.

No âmbito dos subtemas chama a atenção o referente aos “Grupos populacionais específicos”, cuja reivindicação é por mais visibilidade na estrutura da CIE, face a persistentes demandas e o caráter estruturante de tópicos tais como o recorte étnico-racial.

A análise dos tipos e causas de lacunas reforça o necessário olhar sobre invisibilidades na CIE, parte delas destacadas também na análise de sua estrutura, a exemplo da abordagem étnico-racial recém citada, do saneamento básico, da segurança alimentar e do transporte.

Restou evidenciado que a inclusão de facetas associadas à temporalidade e à territorialidade, ou de instrumentos complementares à documentação da CIE para indicà-las, propiciariam mais clareza da diferenciação existente entre assuntos integrantes da CIE, de acordo com a sua inserção no SEN. Por exemplo: as estatísticas sobre o tema “Trabalho” são nacionais, por Unidade da Federação e mensais, no entanto, aquelas sobre Preços ao Consumidor, são mensais, mas não são produzidas para algumas Unidades da Federação. Não indicar, de alguma maneira, a temporalidade e a territorialidade dos tópicos integrantes da CIE dá a falsa impressão de equivalência de inserção de tais tópicos na produção estatística nacional. As estatísticas de preços ao consumidor configuram lacuna sob a ótica da territorialidade, o que não ocorre com o tema “trabalho”.

Assim, a CIE ampliaria muito sua relevância para governança do SEN com a agregação dessas informações complementares, quer sob a forma de facetas, quer sob a forma de tabelas complementares à sua documentação. Esse aspecto coloca em questão, também, a forma de apresentação e alocação da CIE propriamente dita no portal do IBGE. Hoje se encontra inserida em metadados, dificultando a percepção de seu papel estruturante do portal e do SEN, assim como obstaculizando o próprio acesso à esta classificação pelos usuários.

A categorização de atores submetida ao escrutínio pelos especialistas do IBGE recebeu algumas pequenas sugestões de melhorias e cabe agora avaliar a pertinência de prosseguimento da avaliação da CIE, mobilizando atores externos ao IBGE. Vale lembrar que uma das entrevistas realizadas apontou que, minimamente, caberia a validação da CIE por atores integrantes do SEN ou com reflexão sólida a respeito deste sistema.

Como próximos passos sugere-se a criação de um grupo de trabalho, com a atribuição de analisar detalhadamente os resultados aqui apontados. Algumas atividades a serem cumpridas por esse grupo já se vislumbram.

É requerido aprofundar o uso da classificação como Sistema de Organização do Conhecimento para o uso de estruturação e orientação de buscas do portal do IBGE, uma vez que a literatura aqui explorada, aponta para a pertinência do uso de tesauros. O exame da experiência da UNESP citada é um caminho a trilhar. A ocorrência da necessidade de poli hierarquia no portal, exigindo renunciar à rigidez da estrutura da CIE, reforça a importância dessa frente de estudo.

Do ponto de vista da estrutura da CIE cabe analisar os diferentes comentários e sugestões e propor melhorias. Em especial, os quadros 10, 11 e 12 apresentados na seção anterior constituem fundamentais pontos de partida para este trabalho.

A evidência dada ao tema “Estatísticas do meio ambiente” indica a participação da DGC no grupo a ser constituído, a exemplo do que ocorreu quando do desenvolvimento da CIE 2015.

Ainda sobre a estrutura, os avanços em direção à estrutura da CSA devem ser avaliados, em particular em relação a expansão do domínio “Métodos e classificações” e da inclusão do quinto domínio da estrutura da CSA “Questões estratégicas e da gestão das estatísticas oficiais”. Considerações registradas nas entrevistas induzem à necessidade dessa aproximação.

O estudo de lacunas, além de demonstrar a adesão da CIE 2015 às lacunas identificadas no SEN brasileiro, apontou a proeminência de percepção de que lacunas referentes à temporalidade e territorialidade justificam avaliar se cabem ser elementos explicitados na estrutura, como facetas, ou como tabela complementar ao registro documental da CIE que, em si, também se coloca como uma atividade para o grupo.

Cabe avaliar o desdobramento de avaliação da CIE junto ao público externo, identificando as categorias de atores a acionar, com vistas a assegurar seu papel estratégico no sentido de atribuir máxima visibilidade à produção estatística efetiva e potencial do SEN brasileiro. Neste contexto está a própria afirmação da CIE, como instrumento de governança do sistema estatístico.

Por fim, vale ratificar que os procedimentos empíricos adotados em ambas as etapas de avaliação da CIE e os resultados analisados propiciaram cobertura consistente de importantes aspectos destacados nos referenciais teóricos. Além disso, os importantes aportes dos especialistas mobilizados pelo projeto ratificam o uso da CIE como instrumento para a governança e decorrente transparência das agendas do SEN brasileiro.

Referências

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA Mariângela Spotti Lopes. Estudos de avaliação quantitativa e qualitativa de linguagens documentárias: uma síntese bibliográfica. Perspectiva em Ciência da Informação, vol. 11, p. 267-281, mai/ago 2006.

BRASIL. Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974. Brasília, D.F. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confege/decreto_74084.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2017.

CAMPOS, M.J.de O**.** *Limites e Formas de Representação das Informações Estatísticas sobre o Agronegócio*: Abordagem pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas, Tese de doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA, 2008.

CAMPOS, M.L.A. *Linguagem documentária:* teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: Ed. UFF, 2001.

CLASSIFICAÇÃO de Informações Estatísticas. IBGE. Disponível em <metadados.ibge.gov.br/consulta/prnPesquisa.aspx>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CLASSIFICATION OF STATISTICS ACTIVITIES. Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/ramon/other_documents/csa/csa_rev_1_october_2009.pdf> Acesso em: 10 mar. 2018.

COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2018.

COMITÊ DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS. Disponível em <https://ces.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 dez. 2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS, GEOGRÁFICAS E AMBIENTAIS - INFOPLAN, 3., 2016, Rio de Janeiro. IBGE. 2018. Disponível em: <https://eventos.ibge.gov.br/3conferencia>. Acesso em: 31 jan. 2018.

DAHLBERG, I. Knowledge Organization: a new Science? *Knowledge Organization.* 33, n.1, 2006 pp. 11-19.

ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 1., 1996, Rio de Janeiro. IBGE. Disponível em: <https://archive.org/details/simonschwartzman?sort=-date&&and[]=year%3A"1996">. Acesso em: 07 fev. 2018.

ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2., 2006, Rio de Janeiro. IBGE. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confege/index2.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

GILCHRIST, Alan. Thesauri, taxonomies, and ontologies – an etymological note. *Journal of Documentation*, v. 59, n. 1, p. 7-18, 2003.

HANCOCK, Andrew. Submitted. “The Use of Metadata Modelling for the Modernization of Information Management of Statistical Classifications”. *Journal of the International Association for Official Statistics*.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization***.** 35, n.2/n.3, p. 86-101, 2008.

INTERNATIONAL Society of Knowledge Organization. Disponível em: <http://www.isko.org/ko.html>. Acesso em 15 abr. 2017

PLANO GERAL DE INFORMAÇÕES ESTATÍSICAS. 1974. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confege/anexo_decreto_74084.> Acesso em: 10 dez. 2018.

PROPOSTA DE PLANO GERAL DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS. 1992. Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confege/pgieg_1992.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. Disponível em: http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo.classificação.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2008.

QUINTSLR, M.M.M. Agendas estatísticas oficiais: política de informação, poder e (in) visibilidades. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 2018.

QUINTSLR, M.M.M. A Classificação de Informações Estatísticas: conhecimento sobre a sociedade a partir das estatísticas oficiais, in Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas, organização Thiago Henrique Bragato Barros e Natalia Bolfarini Tognoli. – Belém:Ed.da UFPA, 2019. 549. : il. - (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; 5) Livro eletrônico. 978-85-61214-35-7. Disponível em https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/02/LIVRO-ISKO-BRASIL-EDICAO-BELEM.pdf. Acesso em ago. 2021.

QUINTSLR, M.M.M. Classificações para fins de estatísticas sociais, Textos para discussão do IBGE. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101700.pdf.

SCHWARTZMAN, S. *Legitimidade, controvérsias, traduções em estatística pública***.** Rio de Janeiro, 1996. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/estpub.htm>. Acesso em: 05 mar. 2017.

SOERGEL, Dagobert. Evaluation of knowledge organization systems (KOS): characteristics for describing and evaluating KOS. Paper presented at Classification Crosswalks: Bringing Communities Together. *The 4th NKOS Workshop at ACM-IEEE Joint Conference on Digital Libraries (JCDL),* Roanoke, VA, 2001. Disponível em: <http://nkos.slis.kent.edu/2001/SoergelCharacteristicsOfKOS.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

SOUZA, R. F. de. Universo de Ciência e Tecnologia: organização e representação em classificações do conhecimento. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação,* vol.5 No. 1, 2012. Disponível em <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article /view/65/125>. Acesso em 18 mar. 2017.

SOUZA, Rosali Fernandez de. Organização do conhecimento. In.: TOUTAIN, Lídia M. B. B. (org.). Salvador: EDUFBA, 2007. p. 103-124.

UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. 2013. *Best Practice Guidelines for Developing International Statistical Classifications*. Retrieved from https://unstats.un.org/unsd/classifications/bestpractices/Best_practice_Nov_2013.pdf

UNITED NATIONS EXPERT GROUP ON STATISTICAL CLASSIFICATIONS. Best practice guidelines for developing statistical classifications. 2013. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/classifications/bestpractices/Best_practice_Nov_2013.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Anexos

Anexo 1

Comparação entre os temas incluídos no plano estatístico legalmente instituído em 1974, no plano proposto em 1992, e temas tratados nas Conferências de 1996, 2006 e 2016, tomando como referência a Classificação de Informações Estatísticas 2015 (CIE 2015).

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Domínio: Estatísticas sociais	**Estatísticas Primárias (I) /** Situação Demográfica (I.1); Situação Social (I.3); Situações Administrativa e Política (I.5) **Estatísticas Derivadas (II) /** Situação Demográfica (II.1) / Situação Social (II.2)	**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) **Organização segundo a descrição das Operações Estatísticas:** Descrição de **81** operações estatísticas sobre o domínio social.	Jornada de Cursos: Estatísticas Sociais CONFEST – Sessões temáticas: - Pesquisas domiciliares: tipologia e objetivos - a experiência brasileira e da América Latina	Atividade: 267 - Mesa Redonda - CONFEST Pesquisas do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares-SIPD: o Presente e o Futuro (1) Atividade: 296 - Mesa Redonda - SIEG Pesquisas do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares-SIPD: o Presente e o Futuro (2) Atividade: 297 - Mesa Redonda - SIEG Sistema Integrado de Pesquisas Domic+iliares por amostragem: métodos Estatísticos Atividade: 710 - Trabalhos Livres - CONFEST Indicadores Sociais	M GP126 Grandes projetos Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD
Tema: Administração pública e participação político-social	**Estatísticas Primárias (I) /** Situação Administrativa e política (I.5)	**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) Obs.: maior detalhamento no subtema "Participação político social"		Atividade: 300 - Mesa Redonda - CONFEST Sociedade civil, organização social e participação nas arenas de gestão de políticas públicas	P GOV18 Administração pública e participação político-social Estudos de governança e ODS 16 M GOV054 Administração pública e participação políticosocial Governança do setor público M GOV055 Administração pública e participação políticosocial Registros administrativos fiscais estaduais e municipais

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Subtema: Estrutura e gestão da administração pública	**Estatísticas Primárias (I)** / Situação Administrativa e política (I.5)				
Subtema: Participação político-social (*) Consta no título do tema, por isso a liberdade de criar o subtema, embora não conste do portal do IBGE.	**Estatísticas Primárias (I)** / Situação Administrativa e política (I.5) / Justiça e Segurança (I.5.2) / Representação Política e movimento eleitoral (I.5.2.4)	**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Pesquisa Sindical (1.24) **Organização segundo a descrição das operações estatísticas:** Pesquisa Sindical (24) Estrutura sindical brasileira; caracterização de sindicatos, categorias, negociações.	CONFEGE, CONFEST e Simpósio de Inovações - Organização e participação social - Políticas de informação e cidadania - Informações para gestão do Estado democrático CONFEST – Sessões temáticas: - Estatísticas eleitorais	Atividade: 598 - Mesa Redonda - SIEG Estruturas Territoriais e a Geografia Eleitoral: compatibilização da informação geo-sóciopolítica para a cidadania	
Tema: Educação	**Estatísticas Primárias (I)** / Situação Cultural (I.4) / Ensino (I.4.1) / Características dos prédios escolares (I.4.1.1); Características de organização e operação dos estabelecimentos de ensino e unidades escolares (I.4.1.2); Custo do ensino (público e privado) (I.4.1.3) **Estatísticas derivadas (II)** / Situação Social (II.2) / Indicadores Sociais relativos a (II.2.1) / Instrução (II.2.1.1)	**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Censo Demográfico (1.1); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1.9); Pesquisa Mensal de Empregos (1.10); Relatório de Indicadores Sociais (1.11) **Organização segundo a descrição das operações estatísticas:** Censo Demográfico (1) Características educacionais: Alfabetização; escolaridade; nível de instrução. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (9) Alfabetização; escolarização e	CONFEST – Sessões temáticas - Educação	Atividade: 601 - Mesa Redonda - CONFEST Produção e Tratamento das Informações Educacionais Atividade: 343 - Mesa Redonda - CONFEST Estatísticas e avaliação da educação superior Atividade: 342 - Mesa Redonda - CONFEST Avaliação da Educação Básica	M ES039 Educação Indicadores educacionais para o monitoramento do Plano Nacional de Educação: Desafios e perspectivas M ES041 Educação Relação entre educação profissional, qualificação e mercado de trabalho: desafios e lacunas na produção de estatísticas oficiais M ES040 Educação Indicadores educacionais para o monitoramento das agendas internacionais: Desafios e perspectivas

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Tema: Educação		escolaridade; nível de instrução; espécie de curso; Pesquisa Mensal de Emprego (10) Série e grau de instrução; Relatório de Indicadores sociais (11): grau de instrução, escolarização, frequência à escola)			
Tema: Habitação	**Estatísticas Primárias (I) /** Situação Social (I.3) / Habitação (I.3.1) / Unidades Prediais, segundo a função ocupacional (I.3.1.1); Características dos domicílios particulares (I.3.1.2) **Estatísticas derivadas (II) /** Indicadores Sociais relativos a (II.2.1) / Habitação (II.2.1.3)	**Organização temática**: Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1.9); Relatório de Indicadores Sociais (1.11); Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (1.14) **Organização segundo a descrição das operações estatísticas:** PNAD (9): tipo e estrutura do domicílio; número de cômodos; condição de ocupação; abastecimento de água e esgotamento sanitário; destino do lixo; iluminação elétrica e bens duráveis. Relatório de Indicadores Sociais (11): indicadores sobre habitação; Pesquisa de Saneamento Básico: Características dos serviços de esgotamento sanitário, abastecimento de água e limpeza pública e remoção de lixo.	CONFEST – Sessões temáticas - Habitação e infraestrutura social	Atividade: 301 - Mesa Redonda - CONFEST Fonte de dados e medidas para o cálculo do déficit habitacional Atividade: 592 - Mesa Redonda - CONFEGE Habitação e Aglomerados Subnormais 1 Atividade: 706 - Mesa Redonda - CONFEST Habitação e Aglomerados Subnormais 2	P HAB16 Habitação Entorno dos domicílios (Usuário dos dados) M CV083 Saneamento e meio ambiente Estatísticas de Saneamento Básico P HAB15 Habitação A produção do espaço urbano e o acesso à moradia adequada M HAB050 Habitação Identificação e qualificação dos aglomerados subnormais M HAB049 Habitação Características do domicílio: quais as informações necessárias para caracterizar a adequação da moradia?

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Tema: Justiça e segurança	**Estatísticas Primárias (I)** / Situação Administrativa e Política (I.5) / Justiça e Segurança Pública (I.5.2) / Serviços de Segurança Pública, Características de organização e movimento (I.5.2.2); Movimento Judiciário (I.5.2.3)	**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Pesquisa de Segurança Pública (1.18); Pesquisa do Corpo de Bombeiros (1.19); Pesquisa de incêndios (1.20); Pesquisa do Movimento Policial (1.21); Pesquisa de Suicídios (1.22); Pesquisa de Acidentes de Trânsito com vítimas (1.23) **Organização segundo a descrição das operações estatísticas:** Pesquisa de Segurança Pública (18): Características das Instituições de segurança pública responsáveis pelo policiamento ostensivo e preventivo; Pesquisa do Corpo de Bombeiros (19): Organização dos corpos de bombeiros e principais atendimentos realizados; Pesquisa de incêndios (20): Levantamento dos incêndios ocorridos e consequências; Pesquisa do Movimento Policial (21): Registros de prisões efetuados nas delegacias de polícia e características dos presos; Pesquisa de Suicídios (22): Levantamento de suicídios	CONFEST – Sessões temáticas: - Violência e criminalidade	Atividade: 358 - Mesa Redonda - CONFEST Violência e Vitimização Atividade: 613 - Mesa Redonda - CONFEST Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - SINESP e SENASP/MJ	M GOV052 Justiça e segurança Produção de estatísticas e indicadores de Segurança Pública M GOV053 Justiça e segurança Produção de estatísticas e indicadores de Justiça M M115 Classificações e nomenclaturas Classificação Internacional de Crimes das Nações Unidas para fins Estatísticos

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Tema: Justiça e Segurança		registrados nas delegacias e Instituto Médico Legal a partir das características da ocorrência e do suicida; Pesquisa de Acidentes de Trânsito com vítimas (23): Levantamento dos acidentes, ocorrência, condutores, vítimas.			
Tema: População	**Estatísticas primárias (I)** / Situação Demográfica (I.1) **Estatísticas derivadas (II)** / Situação Demográfica (II.1)	**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Censo Demográfico (1.1); Contagem rápida da população (1.4); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1.9); Relatório de Indicadores Sociais (1.11) **Organização segundo a descrição das pesquisas:** Censo Demográfico (1); Contagem rápida da população (4); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (9); Relatório de Indicadores Sociais (11)	CONFEGE, CONFEST e Simpósio de Inovações - Padrão demográfico - O Censo do ano 2000 CONFEST Sessões temáticas - Estatísticas demográficas - Estimativas e projeções populacionais	Atividade: 364 - Palestra - CONFEST Alternativa tecnológica para a coleta de dados no Censo Agropecuário e Contagem de População 2007 Atividade: 258 - Mesa Redonda - CONFEST Rumo ao censo de população 2010 Contagem da População 2007, Censo Demográfico 2010 e Modalidades Alternativas para Censos Demográfico	M TRAB033 População Agenda sobre População e Desenvolvimento: Indicadores do Guia Operacional da Agenda Regional sobre População e Desenvolvimento M GP127 Grandes projetos Censo Demográfico de 2020: possibilidades, perspectivas e desafios
Subtema: Características gerais da população	Estatísticas Primárias (I) / Situação Demográfica (I.1) / Estado da População (I.1.1) / Características Individuais (I.1.1.1) Estatísticas derivadas (II) / Situação Demográfica (II.1) /	**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Censo Demográfico (1.1); Contagem rápida da população (1.4); Projeções de população (1.5); Estimativas de população (1.7);	CONFEST – Sessões temáticas Estatísticas de etnia e raça	257 - Mesa Redonda - CONFEST Projeções e Estimativas Subnacionais de População Atividade: 255 - Mesa Redonda - CONFEST Sistema de classificação de cor, identidades étnico-raciais e políticas públicas de ação afirmativa	M POP022 População Características Gerais da População: Cor ou Raça - classificações

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Subtema: Características gerais da população	Indicadores demográficos (II.1.1); / Estimativas prospectivas da população (II.1.2)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1.9) **Organização segundo a descrição das pesquisas:** Censo Demográfico (1): Características gerais (sexo, idade, condição na família/domicílio, cor, religião, nacionalidade e naturalidade); Contagem rápida da população (4): sexo, idade, condição na família e no domicílio; Projeções de população (5): sexo, idade e situação do domicílio se urbana ou rural; Estimativas de população (7): sexo, idade e situação do domicílio se urbana ou rural; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (9): sexo, cor.			
Subtema: Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais	Estatísticas primárias (I) / Situação Demográfica (I.1) / Movimento da População (I.1.2) / Fatos Vitais e Nupcialidade (I.1.2.1); Migrações (I.1.2.2) / Migrações Exteriores (I.1.2.2.1); Migrações Interiores (I.1.2.2.2)	**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Censo Demográfico (1.1); estatísticas do Registro Civil (1.2); Contagem rápida da população (1.4); Projeções de população (1.5); Componentes da Dinâmica Demográfica (1.6); Estudo das migrações internas (1.7); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1.9)	Fórum Nacional de Usuários: Estatísticas do Registro civil	Atividade: 231 - Mesa Redonda - CONFEST Estatísticas Vitais e de Saúde Atividade: 700 - Mesa Redonda - CONFEST Fontes de dados sobre fecundidade, mortalidade e migração: potencialidades, lacunas e proposições	MPOP24 População Grupos Populacionais Específicos para as Projeções e Migração interna M POP027 População Componentes da dinâmica demográfica: Mortalidade e estatísticas vitais P POP080 População Lançamento do relatório de 2016 do Observatório das Migrações Internacionais (ObMigra)

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Subtema: Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais		**Organização segundo a descrição das pesquisas:** Censo Demográfico (1): Migrações internas, mortalidade, fecundidade; estatísticas do Registro Civil (2): Nascimento, óbitos, óbitos fetais; Contagem rápida da população (4): "status" migratório; Projeções de população (1.5); Componentes da Dinâmica Demográfica (6): Taxas de fecundidade global e específica, taxas de mortalidade, por sexo e idade, tábuas de mortalidade, estimativas de migração; Estudo das migrações internas (8): avaliação dos fluxos migratórios, taxas de migração líquida, taxas de emigração e taxas de imigração			M POP025 População Componentes da dinâmica demográfica: Migração internacional M POP026 População Componentes da dinâmica demográfica: Mortalidade, fecundidade e estatísticas vitais - Sistema de Informações do Registro Civil – SIRC
Subtema: Família	Estatísticas Primárias (I) / Situação Demográfica (I.1) / Estado da População (I.1.1) / Características das Unidades Familiares e do Orçamento (I.1.1.2)	Organização temática: Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Censo Demográfico (1.1); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1.9) Organização segundo a descrição das operações estatísticas: Censo Demográfico (1): condição na família/domicílio; PNAD (9): composição da família		Atividade: 218 - Mesa Redonda - CONFEST Novos padrões de organização familiar e alternativas de investigação nas pesquisas domiciliares Atividade: 222 - Mesa Redonda - CONFEST Uniformização dos conceitos e formas de captação dos arranjos familiares nas pesquisas domiciliares, registros e cadastros	M POP028 População Família e Nupcialidade (cabe também em "Nupcialidade")

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Subtema: Grupos populacionais específicos		Organização temática: Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Perfil estatístico de crianças e mães (1.15) Organização segundo a descrição das operações estatísticas: Perfil estatístico de crianças e mães (15)	CONFEST – Sessões temáticas: - Crianças e Adolescentes	Atividade: 534 - Palestra - CONFEGE Cadastro de Áreas Especiais: Unidades de Conservação Ambiental e Terras Indígenas Atividade: 215 - Mesa Redonda - CONFEST A Produção de Estatísticas Harmonizadas sobre as Pessoas com Deficiência Atividade: 277 - Mesa Redonda - CONFEST População Indígena	MPOP24 População Grupos Populacionais Específicos para as Projeções e Migração interna P POP10 População Grupos Populacionais Específicos: Registros administrativos e Populações Tradicionais (indígenas e quilombolas) M POP030 População Grupos Populacionais Específicos: Registros administrativos e Povos Indígenas M POP031 População Grupos Populacionais Específicos: Registros administrativos, Comunidades Quilombolas e outros Povos e comunidades tradicionais M POP032 População Grupos Populacionais Específicos: Deficiência
Subtema: Nupcialidade	Estatísticas primárias (I) / Situação Demográfica (I.1) / Movimento da população (I.1.2) / Fatos vitais, nupcialidade (I.1.2.1)	Organização temática: Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Estatísticas do Registro Civil (1.2); estatísticas sobre separações judiciais e divórcios (1.3) Organização segundo a descrição das operações estatísticas: Estatísticas do Registro Civil (2): Casamentos,			M POP028 População Família e Nupcialidade (Cabe também em família)

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Subtema: Nupcialidade		características dos registros e do cônjuge; Estatísticas sobre separações judiciais e divórcios (3): características dos cônjuges, do casamento e do processo de separação em primeira instância.			
Tema: Proteção social		Organização temática: Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1.9) Organização segundo a descrição das operações estatísticas: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (9): contribuição para a previdência	CONFEST – Sessões temáticas: - Previdência social	Atividade: 901 - Palestra - CONFEST Bases de Dados para a Previdência Pública	P POP09 População Apresentação das bases dos beneficiários da previdência
Tema: Rendimento, despesa e consumo	Estatísticas primária (I) / Situação Social (I.3) / Atividades da População (I.3.2) / Salários pagos nas ocupações agropecuárias (I.3.2.5); Salários pagos nas ocupações de natureza não agropecuária (Indústria de transformação e outras não agropecuárias) (I.3.2.6); Pessoal ocupado na indústria de transformação, por classes de salários Estatísticas derivadas (II) / Situação social (II.2) / Indicadores Sociais relativos a (II.2.1) / Consumo,	Organização temática: Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1.9); Pesquisa Mensal de Empregos (1.10); Relatório de Indicadores Sociais (1.11) Organização temática: Preços (5) / Pesquisa de Orçamentos Familiares (5.2); Preços médios de arrendamento, vendas de terras, salários, empreitadas e transportes (5.8) Organização segundo a descrição das operações estatísticas:	Fórum Nacional de Usuários: Pesquisas de Orçamentos Familiares		M CV074 Condições de vida, pobreza e desigualdade Novas fontes para captação dos maiores rendimentos e seus efeitos na mensuração da desigualdade social (pode estar também em “Condições de Vida, Pobreza e Desigualdade Social”)

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Tema: Rendimento, despesa e consumo	rendimento, poupança e ativo (II.2.1.6)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (9): Rendimento mensal; outros rendimentos; Pesquisa Mensal de Empregos (10): remuneração efetivamente recebida; Relatório de Indicadores Sociais (11): renda; Pesquisa de Orçamentos Familiares (54): Recebimento total; rendimento total; rendimento do trabalho; transferências; rendimento de aluguel; outros recebimentos Preços médios de arrendamento, vendas de terras, salários, empreitadas e transportes (5.8)			
Tema: Saúde	**Estatísticas primárias (I)** / Situação Social (I.3) / Saúde (I.3.3) / Características de organização e atendimento dos estabelecimentos de assistência médico-hospitalar (I.3.3.1) **Estatísticas derivadas (II)** / Situação social (II.2) / Indicadores Sociais relativos a (II.2.1) / Saúde (II.2.1.2) Estatísticas derivadas (II) / Situação social (II.2) / Indicadores Sociais relativos a (II.2.1) / Alimentação (II.2.1.6)	**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Assistência Médico Sanitária (1.12); Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (1.13); Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (1.14) **Organização segundo a descrição das operações estatísticas:** Assistência Médico Sanitária (12): Levantamento e Caracterização dos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, públicos e	CONFEST – Sessões temáticas: - Saúde	Atividade: 266 - Mesa Redonda - CONFEST Segurança Alimentar Conta Satélite de Saúde: diagnóstico das metodologias de contas de saúde utilizadas nos países da América Latina e Caribe Atividade: 231 - Mesa Redonda - CONFEST Estatísticas Vitais e de Saúde Atividade: 802 - Palestra - CONFEST Informações para a saúde no Brasil: a construção da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA) Atividade: 243 - Mesa Redonda - CONFEST	M CV046 Segurança alimentar e nutricional Segurança alimentar M CV047 Segurança alimentar e nutricional Potencialidades da aplicação da EBIA nas pesquisas domiciliares M CV083 Saneamento e meio ambiente Estatísticas de Saneamento Básico (Pode estar também em habitação e meio ambiente) M ES044 Saúde Saúde e direitos Sexuais e Reprodutivos: dados necessários para o monitoramento do acesso aos serviços P ES11 Saúde Pesquisa Nacional

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Tema: Saúde	Estatísticas derivadas (II) / Balanço Alimentar (II.5) / Fica a dúvida se aqui ou em produção. Como um objetivo é identificar padrões de segurança alimentar a partir de macro informações, mantive aqui.	privados e identificação de eventos hospitalares referentes a nascimentos e óbitos (geral e ao nascer; Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (13): Características de domicílios e moradores; aleitamento materno; suplementação alimentar; história obstétrica da mulher; sintomas e sinais de saúde; acesso a atendimento médico; antropometria. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (1.14): Características dos serviços de esgotamento sanitário, abastecimento de água e limpeza pública e remoção de lixo.		Morbidade e acesso a serviços de saúde	de Saúde do Escolar – PENSE M ES042 Saúde Estatísticas de saúde no monitoramento das desigualdades e do desenvolvimento sustentável M ES045 Saúde Saúde e ambiente SPLE9 Informações para o Planejamento O mapa da saúde brasileira
Tema: Trabalho	**Estatísticas primárias (I)** / Situação Social (I.3) / Atividades da população (I.3.2) Obs.: As atividades economicamente ativas da população combinam o que atualmente se define como trabalho remunerado e algumas das outras formas de trabalho. A opção foi por associar os tópicos ao trabalho remunerado por sua maior relevância na economia brasileira atualmente.	**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1.9) Pesquisa Mensal de Empregos (1.10)	Seminário Desafios para Repensar o Trabalho: - O trabalho não é mais aquele? - O debate internacional sobre a definição de trabalho - O Debate brasileiro atual CONFEGE, CONFEST e Simpósio de Inovações - Transformações estruturais e inserção produtiva da população	Atividade: 224 - Mesa Redonda - CONFEST Arranjos e relações de trabalho Atividade: 228 - Mesa Redonda - CONFEST Indicadores de Trabalho de curto prazo Atividade: 229 - Mesa Redonda - CONFEST Qualificação Profissional - Educação e Trabalho Atividade: 233 - Mesa Redonda - CONFEST Trabalho Informal e Setor Informal	M TRAB036 Trabalho Indicadores de trabalho decente e de participação no mercado de trabalho M TRAB037 Trabalho Relação entre o trabalho remunerado e as outras formas de trabalho para mulheres e homens, no Brasil M M116 Classificações e nomenclaturas Classificações Estatísticas para o tema Mercado de Trabalho: Revisão da Classificação de Posição na Ocupação M TRAB13 Trabalho Inserção das

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Tema: Trabalho					mulheres no mercado de trabalho Obs.: Poderia estar em “Gênero”. M TRAB034 Trabalho A 19ª CIET e impactos significativos nas estatísticas de força de trabalho OIT M TRAB035 Trabalho A produção de estatísticas sobre o mercado de trabalho dos jovens brasileiros
Subtema: Outras formas de trabalho		**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1.9)			M TRAB038 Trabalho Mercado de trabalho conjuntural e os registros Administrativos e Pesquisas Domiciliares
Subtema: Trabalho remunerado	**Estatísticas primárias (I)** / Situação Social (I.3) / Atividades da população (I.3.2) / População economicamente ativa por setores (I.3.2.1); Mão-de-obra ocupada em atividades econômicas (I.3.2.2); Estrutura ocupacional (I.3.2.3); Desemprego (I.3.2.4) **Estatísticas derivadas (II)** / Situação social (II.2) / Indicadores Sociais relativos a (II.2.1) / Emprego (II.2.1.4)	**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1.9); Pesquisa Mensal de Empregos (1.10)			
Tema: Uso do tempo		**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas		Atividade: 273 - Mesa Redonda - CONFEST Uso do Tempo	

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Tema: Uso do tempo		da população (1) / Pesquisa da Cultura, Lazer e Uso do Tempo (1.17) **Organização segundo a descrição das operações estatísticas:** Trata-se de levantamentos sobre equipamentos culturais realizada desde 1937 a 1985, com previsão de reformulou, passando a incluir lazer e uso do tempo, temas em estudo à época da elaboração do programa estatístico.			
Domínio: Estatísticas multidomínio e meio ambiente					
Tema: Estatísticas multidomínio					
Subtema: Ciência, tecnologia e inovação - CT&I			CONFEST – Sessões temáticas: - Estatísticas de ciência e tecnologia e de inovação no sistema produtivo	Atividade: 608 - Mesa Redonda - CONFEST Estatísticas de Inovação Tecnológica Empresarial	M ECO076 Ciência, tecnologia e inovação O uso das TIC Obs.: Também cabe em Sociedade da Informação. M ECO075 Ciência, tecnologia e inovação Ciência, tecnologia e inovação M LAN01 Divulgação de Pesquisa Divulgação dos resultados da Pesquisa de Inovação (Pintec) - 2014
Subtema: Condições de vida, pobreza, desigualdade			Fórum Nacional de Usuários: Pesquisas de Orçamentos Familiares	Atividade: 241 - Mesa Redonda - CONFEST Pobreza e desigualdade	M CV072 Condições de vida, pobreza e desigualdade

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Subtema: Condições de vida, pobreza, desigualdade			CONFEGE, CONFEST e Simpósio de Inovações – Abertura: - Eqüidade e pobreza: políticas públicas e informações sociais, econômicas e territoriais CONFEST - Sessões Temáticas A Sociedade - Indicadores sociais e condições de vida	Atividade: 260 - Mesa Redonda - SIEG Grupo de Especialistas de Estatísticas sobre Pobreza - Grupo do Rio - Lançamento do "Compendium of best practices in poverty measurement"	Mensuração da Pobreza M CV074 Condições de vida, pobreza e desigualdade Novas fontes para captação dos maiores rendimentos e seus efeitos na mensuração da desigualdade social Obs.: Também cabe em rendimentos. M CV073 Condições de vida, pobreza e desigualdade Mobilidade social e Vulnerabilidade
Subtema: Cultura, recreação e esporte	**Estatísticas Primárias (I)** / Situação Cultural (I.4)	**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Pesquisa da Cultura, Lazer e Uso do Tempo (1.17) **Organização segundo a descrição das operações estatísticas:** Trata-se de levantamentos sobre equipamentos culturais realizada desde 1937 a 1985, com previsão de reformulou, passando a incluir lazer e uso do tempo, temas em estudo à época da elaboração do programa estatístico.	CONFEST – Sessões temáticas - Cultura	Atividade: 236 - Mesa Redonda - CONFEST Informações sobre Cultura: Demandas e Lacunas Atividade: 235 - Mesa Redonda - CONFEST A objetividade das políticas públicas de cultura e a construção de indicadores culturais	P SET24 Cultura, recreação e esporte Âmbito da Cultura M SET079 Cultura, recreação e esporte Esporte M SET078 Cultura, recreação e esporte Cultura
Subtema: Empreendedorismo					
Subtema: Gênero			CONFEST – Sessões temáticas: - Estatísticas de gênero	Atividade: 232 - Mesa Redonda – CONFEST	M POP077 Gênero Gênero

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Subtema: Gênero				A abordagem de gênero nas pesquisas domiciliares Atividade: 705 - Mesa Redonda - CONFEST Violência de Gênero	M TRAB13 Trabalho Inserção das mulheres no mercado de trabalho. Obs.: Também pode estar em trabalho.
Subtema: Sociedade da informação				Estatísticas sobre Sociedade da Informação: indicadores de Tecnologias da Informação e Comunicação	M ECO076 Ciência, tecnologia e inovação O uso das TIC
Subtema: Turismo		**Organização temática:** Características demográficas e socioeconômicas da população (1) / Pesquisa da Cultura, Lazer e Uso do Tempo (1.17) Serviços (4) / Pesquisa de Meios de Hospedagem (4.7)	CONFEGE Sessões Temáticas: Territórios do turismo: novas demandas de informação	Atividade: 320 - Mesa Redonda - SIEG Conta Satélite de Turismo Atividade: 321 - Mesa Redonda - CONFEST Economia Regional de Turismo - Projeto Piloto do Cálculo do PIB do Turismo Regional Atividade: 329 - Palestra – CONFEST: Sistema Integrado de Estatísticas do Turismo	M SET080 Turismo Estatísticas de Turismo
Tema: Meio ambiente	Caracterização do território, recursos naturais, meio ambiente e poluição (III) / Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição (III.2) / Sistematização de dados relativos à ocorrência, distribuição e frequência (III.2.1) / Recursos auto-renováveis (III.2.1.1); Recursos renováveis (III.2.1.2); Recursos recuperáveis (III.2.1.3); Recursos inesgotáveis (II.2.1.4);	Foi encontrado registro no plano geográfico.	CONFEGE, CONFEST e Simpósio de Inovações – Abertura: - Gestão territorial e desenvolvimento sustentável - Estatísticas Ambientais CONFEGE: - Tecnologia e meio ambiente - Biodiversidade - Vegetação - Fauna - Climatologia - Solos e potencialidade agrícola - Geologia e recursos minerais	Atividade: 544 - Mesa Redonda - SIEG Estatísticas Ambientais: a construção de um sistema nacional de informações Atividade: 547 - Mesa Redonda - SIEG Agrotóxicos: produção de informações sobre uso, efeitos e a construção de Indicadores Atividade: 548 - Mesa Redonda - SIEG Estimativa de Potencial Poluidor das Indústrias: identificação de áreas críticas de poluição industrial	M MA096 Contas econômicas ambientais Informações para a contabilidade dos recursos naturais: Mudanças no Uso da Terra e Florestas M MA088 Gestão e monitoramento do meio ambiente Geodésia: a ciência de observação das mudanças globais P ECO20 Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura Estatísticas da Produção Orgânica P MA081 Sistema Nacional de Informações Ambientais

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Tema: Meio ambiente	Recursos não renováveis / Meio ambiente e ecossistemas (III.2.2) / Poluição (III.2.3) / Poluentes do ar, do solo e das águas e das paisagens (III.2.3.1); Poluição urbano metropolitana industrial (III.2.3.2); Poluentes de outros meio ambientes			Atividade: 540 - Mesa Redonda - CONFEGE Sistematização das Informações sobre Solos Atividade: 371 - Palestra - SIEG Extensão do sistema de Metadados para Recursos Naturais Atividade: 549 - Mesa Redonda - SIEG Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: balanço e perspectivas Atividade: 542 - Mesa Redonda - CONFEGE Mapeamento de áreas de risco ambiental: perspectivas no Brasil Atividade: 539 - Mesa Redonda - CONFEGE Sistematização das informações sobre Recursos Hídricos Atividade: 536 - Palestra - CONFEGE Coleções Científicas como fonte de informações da biodiversidade brasileira Atividade: 546 - Mesa Redonda - SIEG Vulnerabilidade sócioambiental	Sistema Nacional de Informações Ambientais M MA090 Recursos naturais, ecossistemas, cobertura e uso da terra Levantamento e Mapeamento Contínuo dos Recursos Naturais para a Produção de Dados e Informações Ambientais M MA089 Gestão e monitoramento do meio ambiente Informações para a gestão ambiental M MA086 Mudanças climáticas Uso da RBMC no monitoramento do clima e da geodinâmica terrestre E MA1 CLI Mudanças climáticas Estatísticas relacionadas às mudanças climáticas M MA091 Recursos naturais, ecossistemas, cobertura e uso da terra Produção de Informações Ambientais sobre Biodiversidade (Flora) M MA094 Contas econômicas ambientais Informações para a contabilidade dos recursos naturais: Água E MA2 CLI Mudanças climáticas Estatísticas relacionadas às mudanças climáticas M MA092 Recursos naturais, ecossistemas,

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Tema: Meio ambiente					cobertura e uso da terra Integração de Esforços para o Mapeamento da Cobertura e Uso da Terra no Brasil P MA37 Recursos naturais, ecossistemas, cobertura e uso da terra Harmonização da Classificação de Cobertura e Uso da Terra no Brasil M CV083 Saneamento e meio ambiente Estatísticas de Saneamento Básico M MA084 Mudanças climáticas Estatísticas relacionadas às mudanças climáticas M MA082 Sistema Nacional de Informações Ambientais Estatísticas Ambientais com base no FDES/ONU P GEO25 Oceanos, Mares e Áreas Costeiras A RMPG e sua contribuição para o monitoramento da variação do nível médio do mar na costa brasileira M MA085 Mudanças climáticas Estatísticas de Desastres e Eventos Extremos M MA093 Recursos naturais, ecossistemas, cobertura e uso da terra Arranjos institucionais necessários para a produção de informações em Ecossistemas Terrestres

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Domínio: Estatísticas econômicas	**Estatísticas Primárias** (I) / Situação Econômica (I.2); Situação Administrativa e Política (I.5) **Estatísticas Derivadas** (II) / Situação Econômica (II.3); Índices de Preços (II.4); Balanço Alimentar (II.5); Balanço Energético (II.6); Matriz Energética (II.7); Balanços Financeiros (II.8); Contabilidade Social (II.9)		Jornada de Cursos: Estatísticas Econômicas As Inovações nas Informações Sociais e Econômicas: - Novo modelo de estatísticas econômicas do IBGE	Atividade: 712 - Trabalhos Livres - CONFEST Estatísticas econômicas 1 Atividade: 262 - Mesa Redonda - CONFEST O sistema integrado de pesquisas econômicas do IBGE: trajetória e Perspectivas Atividade: 713 - Trabalhos Livres - CONFEST Estatísticas econômicas 2 Atividade: 714 - Trabalhos Livres - CONFEST Estatísticas de Monitoramento de Meio Ambiente e Populações de Difícil Alcance	
Tema: Estatísticas econômicas setoriais	**Estatísticas Primárias (I)** Situação Econômica (I.2) até I.2.6 **Estatísticas Derivadas (II)** / Situação Econômica (II.3) / Indicadores setoriais (II.3.1)	O nível mais agregado de estatísticas da proposta de plano de 1992 referentes ao domínio das "Estatíticas Econômicas" da CIE correspondem aos níveis tema e subtema.			M ECO066 Estatísticas das empresas Estatísticas conjunturais das empresas
Subtema: Agricultura, pecuária, pesca, produção florestal, pesca e aquicultura	**Estatísticas Primárias (I)** / Situação Econômica (I.2) / Silvicultura e extração de produtos vegetais (I.2.1) / Características de organização e operação das empresas e dos estabelecimentos (I.2.1.1); Produção (principais produtos – quantidade e valor) (I.2.1.2) **Estatísticas Primárias (I)** / Situação	**Organização temática:** Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca (2) / Censo Agropecuário (2.1); Pesquisa de Estoques (2.2); Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2.3); Produção Agrícola Municipal (2.4); Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2.5); Previsão e acompanhamento de safra agrícola (2.6); Pesquisa	CONFEGE Sessões Temáticas: Organização do espaço agrário no Brasil CONFEST -Sessões temáticas: - Agropecuária - Previsão de safras: novas tecnologias	Atividade: 248 - Mesa Redonda - CONFEST Coordenação das Estatísticas Agropecuárias Atividade: 364 - Palestra - CONFEST Alternativa tecnológica para a coleta de dados no Censo Agropecuário e Contagem de População 2007 Atividade: 282 - Palestra - CONFEST	M ECO061 Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura Cadastros e registros administrativos nas estatísticas agropecuárias P ECO20 Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura Estatísticas da Produção Orgânica P GP34 Grandes projetos Censo Agropecuário

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Subtema: Agricultura, pecuária, pesca, produção florestal, pesca e aquicultura	Econômica (I.2) / Pesca (I.2.2) / Características de organização e operação das empresas e dos estabelecimentos e de outras organizações (I.2.2.1); Produção (I.2.2.2) **Estatísticas Primárias (I)** / Situação Econômica (I.2) / Agricultura (inclusive beneficiamento de produtos agropecuários) (I.2.3) / Características de organização e operação das empresas e dos estabelecimentos (I.2.3.1); Produção (principais culturas e espécies de animais – quantidade e valor) (1.2.3.2); Efetivos pecuários, produção animal (principais produtos) (1.2.3.3); Previsão de safras (1.2.3.4)	Especial de Soja (2.7); Pesquisa Mensal de Abate de Animais (2.8); Pesquisa Pecuária Municipal (2.9); Pesquisa Mensal do Leite (2.10); Pesquisa Anual do Couro (2.11); Estatística da Pesca (2.12); Produção de Ovos de galinha (2.13)		Sistema de estatísticas agropecuárias Atividade: 336 - Mesa Redonda - CONFEST Uso de modelos agrometeorológicos para estimativa de rendimento de Lavouras Atividade: 583 - Mesa Redonda - CONFEGE Regiões agrárias e seus elementos estruturante Atividade: 337 - Mesa Redonda - CONFEST Padronização da nomenclatura das safras agrícolas Atividade: 249 - Palestra - CONFEST Dado Único de Safra Atividade: 614 - Mesa Redonda - CONFEST Censo Agropecuário 2006 e o Programa Mundial 2010 Atividade: 265 - Mesa Redonda - CONFEST Pesquisas Agropecuárias por amostragem probabilística Atividade: 245 - Mesa Redonda - CONFEST Atualização de cadastro de produtores agropecuários com fontes externas ao IBGE Atividade: 353 - Mesa Redonda - CONFEST Levantamento de Dados e Informações da Produção Comercial da Pesca e Aquicultura no Brasil. Situação Atual e Perspectivas	SPLE3 Informações para o Planejamento A agropecuária e a bússola do IBGE P ECO19 Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura Estratégia Global para Aperfeiçoamento das Estatísticas Agropecuárias M ECO062 Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura Estatísticas da Aquicultura e da Pesca M ECO063 Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura Estatísticas da Produção Florestal M RA007 Compartilhamento de informações e acesso a registros administrativos Uso de registros administrativos para o compartilhamento de dados rurais e fundiários georreferenciados M ECO064 Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura Estatísticas Conjunturais Agropecuárias

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Subtema: Comércio	**Estatísticas Primárias (I)** / Situação Econômica (I.2) / Comércio e presta ção de serviços (I.2.5) / Características de organização e operação das empresas e dos estabelecimento s (I.2.5.1); Características gerais selecionadas (I.2.5.2) **Estatísticas derivadas (II)** / Situação econômica (II.3) / Indicadores setoriais (II.3.1) / Comércio (exterior, interestadual, local) (II.3.1.3)	**Organização temática:** Serviços (4) / Censo de Comércio (4.1); Pesquisa Anual de Comércio (4.4); Pesquisa Mensal de Comércio	CONFEST – Sessões temáticas: - Comércio		
Subtema: Construção	**Estatísticas Primárias (I)** / Situação Econômica (I.2) / Indústria (I.2.4) Construção (I.2.4.3) / Características de organização e operação das empresas (I.2.4.3.1); Edificações - licenciamentos de novas construções, de ocupação (habite-se) e de ampliações (I.2.4.3.2)	**Organização temática:** Indústria (3) / Censo da Construção (3.5); Pesquisa Anual da Indústria da Construção (3.6)	CONFEST – Sessões temáticas: - Construção		
Subtema: Indústrias de transformação	**Estatísticas Primárias (I)/**Situação Econômica (I.2) / Indústria (I.2.4) Transformação (I.2.4.2) / Características de organização e operação das empresas e dos estabelecimento s (I.2.4.2.1);	**Organização temática:** Indústria (3) / Censo Industrial (3.1); Pesquisa Industrial Anual (3.2); Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (3.3); Pesquisa Industrial Mensal	CONFEST – Sessões temáticas: - Indústria	Atividade: 252 - Mesa Redonda - CONFEST Sistema de Estatísticas Industriais: Estágio Atual e Perspectivas	SPLE5 Informações para o Planejamento A Estatística como retrato da crise na indústria

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Subtema: Indústrias de transformação	Produção (produtos selecionados – quantidade e valor) (I.2.4.2.2)	de dados gerais (3.4)			
Subtema: Indústrias extrativas	**Estatísticas Primárias (I)/**Situação Econômica (I.2) / Indústria (I.2.4) Extração de produtos minerais (I.2.4.1) / Características de organização e operação das empresas e dos estabelecimentos (I.2.4.2.1); Produção (produtos selecionados – quantidade e valor) (I.2.4.2.2)		CONFEST – Sessões temáticas: - Indústria	Atividade: 252 - Mesa Redonda - CONFEST Sistema de Estatísticas Industriais: Estágio Atual e Perspectivas	SPLE5 Informações para o Planejamento A Estatística como retrato da crise na indústria
Subtema: Serviços	**Estatísticas Primárias (I)** / Situação Econômica (I.2) / Comércio e presta ção de serviços (I.2.5) / Características de organização e operação das empresas e dos estabelecimentos (I.2.5.1); Características gerais selecionadas (I.2.5.2) **Estatísticas Primárias (I)** / Situação Econômica (I.2) / Comunicações, transporte e armazenagem (I.2.6) / Comunicações (I.2.6.1) / Características de organização e operação das empresas (I.2.6.1.1); Receita (I.2.6.1.2) / Transportes (I.2.6.2) / Características de organização e operação das empresas e dos	**Organização temática:** Serviços (4) / Censo de Serviços (4.2); Censo dos Transportes (4.3); Pesquisa Anual de Transporte Rodoviário (4.5); Pesquisa de Meios de Hospedagem (4.7) Obs.: Cabe também em Turismo.	CONFEST – Sessões temáticas: - Serviços - Transportes, eixos de desenvolvimento e circulação Comunicações	Atividade: 285 - Mesa Redonda - CONFEST O Sistema Estatístico do Setor Serviços na Europa e no Brasil Atividade: 615 - Mesa Redonda - CONFEST Informações para o planejamento de transportes Atividade: 616 - Mesa Redonda - CONFEST Indicadores do setor de transportes terrestres Atividade: 618 - Palestra - CONFEST Produção de informação de transportes terrestres na ANTT	

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Subtema: Serviços	estabelecimentos (I.2.6.2.1); Movimento de passageiros e cargas (I.2.6.2.2) / Armazenagem (I.2.6.3) / Características de organização e operação das empresas e dos estabelecimentos (I.2.6.3.1) **Estatísticas derivadas (II)** / Situação econômica (II.3) / Indicadores setoriais (II.3.1) / Serviços (II.3.1.4)				
Tema: Estatísticas macroeconômicas	**Estatísticas primárias (I)** / Situação Administrativa e política (I.5) / Finanças Públicas (I.5.1) **Estatísticas primárias (I)** / Situação Econômica (I.2) / Comércio e Prestação de Serviços (I.2.5) / Comércio Exterior (I.2.5.3) **Estatísticas derivadas (II)** / Balanços Financeiros (II.8) **Estatísticas derivadas (II)** / Contabilidade Social (II.9)	**Organização temática:** Agregados Macroeconômicos (6) /			
Subtema: Comércio internacional e balanço de pagamentos	**Estatísticas primárias (I)** / Situação Econômica (I.2) / Comércio e Prestação de Serviços (I.2.5) / Comércio Exterior (I.2.5.3) /	**Organização temática:** Agregados Macroeconômicos (6) / Estatísticas de Comércio Exterior (6.3) / Estatísticas sobre importação de mercadorias (6.3.1); estatísticas sobre exportação de	CONFEST – Sessões temáticas: - Estatísticas de comércio exterior	Atividade: 326 - Mesa Redonda - CONFEST Comércio Exterior, Balança Comercial e Indicadores Derivados Atividade: 327 - Palestra - CONFEST	M ECO059 Estatísticas macroeconômicas Comércio Internacional e Balanço de Pagamentos

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Subtema: Comércio internacional e balanço de pagamentos	Mercadorias (Quantidade e valor) (I.2.5.3.1); Serviços (I.2.5.3.2) **Estatísticas derivadas (II)** / Situação econômica (II.3) / Indicadores setoriais (II.3.1) / Comércio (exterior, interestadual, local) (II.3.1.3) Estatísticas derivadas (II) / Balanços Financeiros (II.8) / Balanço de Pagamentos com o exterior (II.8.1)	mercadorias (6.3.2); Balanço de pagamentos (6.3.3); Índices de Comércio Exterior (6.3.4)		Balanço de Pagamentos - Banco Central	
Subtema: Contas nacionais	**Estatísticas derivadas (II)** / Contabilidade Social (II.9) / Contas Nacionais (Preços correntes e preços constantes) (II.9.1); Agregados Econômicos Regionais (II.9.2); Relações intersetoriais da produção de bens e serviços (II.9.3)	Organização temática: Agregados Macroeconômicos (6) / Contas Nacionais (6.4) /	Fórum Nacional de Usuários: Contas regionais CONFEST – Sessões temáticas: - Contas Nacionais	Atividade: 306 - Palestra - SIEG Contas Nacionais: Nova Base das Contas Nacionais	M ECO056 Estatísticas macroeconômicas Sistema de Contas Nacionais e Setor famílias M ECO060 Estatísticas macroeconômicas Formação Bruta de Capital Fixo
Subtema: Finanças públicas	**Estatísticas primárias (I)** / Situação Administrativa e política (I.5) / Finanças Públicas (I.5.1) / Receita e Despesa pública (União, Estados e Municípios), discriminadas segundo as categorias (I.5.1.1); Receita e despesa dos órgãos de administração federais,	**Organização temática:** Agregados Macroeconômicos (6) / Finanças Públicas (6.1) / Receitas e Despesas das administrações públicas dos governos federal, estadual e municipal (6.1.1); Despesas Analíticas das Administrações Públicas federal, estadual e municipal (6.1.2);		Finanças Públicas: Estatísticas Contábeis do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios - SIAFI e FINBRA	M ECO057 Estatísticas macroeconômicas Finanças Públicas M ECO058 Estatísticas macroeconômicas Estatísticas Financeiras Obs.: Cabe também em estatísticas macroeconômicas

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Subtema: Finanças públicas	estaduais e municipais indireta (I.5.1.2); Dívida pública (externa e interna) da União, Estados e Municípios (I.5.1.3)	Receitas e Despesas das empresas públicas dos governos federal, estadual e municipal (6.1.3)			
Tema: Preços e custos	**Estatísticas primárias (I)** / Situação Econômica (I.2) / Preços (I.2.8) / Preços na fonte da produção agropecuária (produtos selecionados) (I.2.8.1); Preços Pagos pelo pescado desembarcado (I.2.8.2); Preços de venda no atacado e no varejo (I.2.8.3); Preços de serviços selecionados (I.2.8.4) **Estatísticas derivadas (II)** / Índices de Preços (II.4) / Índices de Preços por atacado no mercado interno (II.4.1); Índices de Preços na fonte da produção agrícola (II.4.2); Índices de Preços no comércio exterior (II.4.3); Índice de Custo de Vida (II.4.4)	**Organização temática:** Preços (5) / Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (5.1); Pesquisa de Orçamentos Familiares (5.2); Pesquisa de Locais de Compra para o SNIPC (5.3); Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil (5.4); Pesquisa de Locais de Compra para o SINAPI (5.5); Índice de Preços Recebidos pelos produtores rurais (5.6); Índice de Preços pagos pelos produtores rurais (5.7); Preços médios de arrendamento, vendas de terras, salários, empreitadas e transportes(5.8); Índice de Preços por Atacado – disponibilidade interna (5.9)	Fórum Nacional de Usuários: Pesquisas de Orçamentos Familiares CONFEST – Sessões temáticas; - Índices de preços e inflação As Inovações nas Informações Sociais e Econômicas: Dessazonalização dos índices de preços ao consumidor	Atividade: 247 - Mesa Redonda - CONFEST Índice de Preços ao Produtor: Preço Agrícola e IPP Agropecuário Atividade: 281 - Palestra - CONFEST Preços ao consumidor: PCI - Programa de Comparações Internacionais Atividade: 251 - Palestra - CONFEST Preços ao produtor (Indústria) Atividade: 279 - Palestra - CONFEST Ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC Atividade: 280 - Palestra - CONFEST Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI	P ECO068 Preços e custos Preços: Estratégia e implementação da COICOP no IBGE M ECO067 Preços e custos Utilização de estatísticas de custo da construção para controle da execução de obras públicas M ECO069 Preços e custos Custos do Trabalho: Construção de estatísticas sobre Custos do Trabalho
Tema: Setor informal			CONFEST – Sessões temáticas; - Estatísticas das pequenas unidades econômicas	Atividade: 233 - Mesa Redonda - CONFEST Trabalho Informal e Setor Informal Obs.: Cabe estar também em trabalho.	
Tema: Outras estatísticas econômicas	**Estatística derivadas (II)** / Situação econômica (II.3) /	**Organização temática:** Agregados macroeconômicos (6) / Estatísticas	CONFEGE, CONFEST e Simpósio de Inovações		

(Continua)

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Outras estatísticas econômicas	Balanços financeiros (II.3.8) / Balanço do Sistema Monetário (II.3.8.1); Fluxo de Fundos (II.3.8.3)	do Sistema Financeiro (6.2) / Estatísticas sobre meios de pagamento (6.2.1); Estatísticas sobre Instituições financeiras (6.2.2)	- Produtividade, competitividade e inserção internacional da economia brasileira CONFEST – Sessões temáticas: - Estatísticas financeiras - Estatísticas fiscais e tributárias - Economia regional: estatísticas estaduais e municipais - Indicadores de produtividade e de terceirização da produção		
Tópicos não contemplados na CIE 2015	Estatísticas Primárias (I) / Situação Econômica (I.2) / Indústria (I.2.4) / Energia Elétrica (I.2.4.4) / Características de organização e operação das empresas e dos estabelecimentos (I.2.4.4.1); Produção (quantidade e valor) (I.2.4.4.2); Distribuição segundo atividades econômicas (quantidade e valor) Estatísticas Primárias (I) / Situação Econômica (I.2) / Comércio e presta ção de serviços (I.2.5) / Comércio por cabotagem e vias internas (quantidade e valor) (I.2.5.4) Estatísticas Primárias (I) / Situação Econômica (I.2) / Moeda e Crédito (I.2.7) / Características de orgamização e de operação das instituições de crédito;	Organização temática: Indústria (3) / Balanço Energético (3.7); Sistema de Informações Empresariais do Setor de Energia Elétrica (3.8)	CONFEST – Sessões temáticas: - Energia - Estatísticas da opinião pública	Atividade: 276 - Mesa Redonda - CONFEST Sistemas de indicadores e procedimentos de mensuração de Direitos Humanos Atividade: 354 - Mesa Redonda - CONFEST Os desafios da propriedade intelectual Atividade: 322 - Palestra - CONFEST Estatísticas Tributárias - Secretaria da Receita Federal Atividade: 323 - Palestra - CONFEST Seguros e Previdênca (privados).	M SET070 Energia Registros administrativos sobre energia elétrica P CV14 Inclusão financeira Inclusão financeira a partir das pesquisas domiciliares

CIE 2015	Plano de Informações Estatísticas 1974	Proposta de Plano de Informações Estatísticas 1992	Conferência Nacional de Estatísticas 1996	Conferência Nacional de Estatísticas 2006	(Final) Conferência Nacional de Estatísticas 2016
Tópicos não contemplados na CIE 2015	de seguro e de capitalização (I.2.7.1); principais contas das instituições de crédito, de seguro e de capitalização (I.2.7.2); Reservas em ouro e divisas (I.2.7.3); Meios de pagamento (I.2.7.4) Estatísticas primárias (I); Situação Administrativa e Política (I.5); Justiça e Segurança Pública (I.5.2); Cartórios I.5.2.1) Estatísticas derivadas (II) / Situação social (II.2) / Indicadores Sociais relativos a (II.2.1) / Outros indicadores relativos a necessidades emergentes (II.2.1.7)				

Fonte: Elaboração própria

Sugere-se verificação, pelo grupo de trabalho que definirá sobre eventuais alterações da CIE, se de fato são não existentes na CIE os grupamentos listados na última linha, provenientes do plano de 1974.

O plano proposto em 1992, diferentemente do de 1974 não se apresenta estruturado segundo categorias temáticas detalhadas. Constitui-se fundamentalmente na lista de levantamentos que são apresentados segundo duas formas de organização, de acordo com domínios temáticos muito agregados e a lista e descrições das fontes estatísticas propriamente ditas. O primeiro modo de organização apresenta as seguintes grande categorias:

Características demográficas e socioeconômicas (1);

Agropecuária, extração vegetal e pesca (2);

Indústria (3);

Serviços (4);

Preços (5);

Agregados macroeconômicos (6).

O plano estatístico proposto inclui operações estatísticas. A descrição das fontes de informações apresenta os seguintes campos: Nome da operação estatística, entidade responsável, descrição sumária, principais variáveis investigadas, abrangência geográfica e nível de divulgação, periodicidade, metodologia, data em que se iniciou a pesquisa. A análise do nome da operação, descrição sumária e as principais variáveis fornecerão elementos para a identificação de correspondências com a CIE.

Assim, o registro no quadro, vai apontar os grandes agregados da primeira forma de organização e o nome da pesquisa ou, especialmente no caso de fontes de informação de multipropósitos, utilizam-se as descrições apresentadas nos dois campos da descrição mencionados.

Anexo 2

Modelo do roteiro de entrevista projeto de Avaliação da CIE 2015

IBGE/DIRETORIA DE PESQUISAS/ COORDENAÇÃO DE CLASSIFICAÇÕES E CADASTRO
AVALIAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS (CIE)
Versão para aplicação Grupo 2
MODELO – XX/XX/2020

A Classificação de Informações Estatísticas - CIE foi construída com o objetivo de representar a produção de informações estatísticas, segundo temas e resultados de operações estatísticas centrais estabelecidos para mensuração ou realização.

A CIE foi homologada pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) em 2015 e orientou a reformulação da estrutura do portal do IBGE na Internet. O novo portal foi disponibilizado para o público nos últimos meses de 2017.

Com o presente projeto propõe-se avaliar a pertinência e utilidade da CIE, levando em conta o objetivo central estabelecido para a classificação.

QUADRO 1. Uso da CIE
1.1 Conhece a Classificação de Informações Estatísticas?
1.2 Conhece a motivação para ter sido desenvolvida?
1.3 Já utilizou a Classificação de Informações Estatísticas?
1.4 Em caso afirmativo, com que objetivo a utilizou?
1.5 Você observou se as estatísticas, no portal do IBGE, estão organizadas de acordo com a CIE?
1.6 Em sua opinião essa organização tornou mais fácil as buscas por resultados no portal? Comente.
1.7 Essa organização, finalmente apresenta buscas segundo o olhar do usuário, por exemplo, se desvinculando de categorização funcional da instituição?
1.7 Em caso negativo, pode exemplificar?
1.8 Qual a sua expectativa para uma possibilidade de organização e busca totalmente adequada às necessidades do usuário?
1.10 Alguma observação complementar?

MODELO

QUADRO 2. Princípio classificador da CIE e percepção do respondente sobre lacunas estatísticas temáticas

Quer tenha utilizado a CIE ou não, observe a estrutura da CIE (se necessário, os descritores) e responda.

2.1 À primeira vista, levando em conta a agenda de estatísticas que o IBGE produz, considera a CIE completa?

2.2 Em caso negativo, indique o que falta?

2.3 À primeira vista, levando em conta que o SEN produz, considera a CIE completa?

2.4 Em caso negativo, indique o que falta?

2.5 À primeira vista, levando em conta o que você considera lacuna na produção do IBGE, a CIE as contempla?

2.6 Liste essas lacunas?

2.7 À primeira vista, levando em conta o que você considera lacuna na produção do SEN, a CIE as inclui?

2.8 Liste essas lacunas?

MODELO

QUADRO 3. O objetivo desse quadro é identificar e categorizar lacunas nas estatísticas brasileiras.

No quadro anterior a CIE foi observada segundo a identificação e lacunas sobre diferentes assuntos tratados ou a tratar nas estatísticas nacionais. No entanto, há temas incluídos que acabam por constituir lacunas em razão, por exemplo, da irregularidade de levantamento. O Comitê de Estatísticas Sociais identificou tais lacunas como temporais. Naquele fórum foram mapeadas também lacunas nas coberturas territoriais, bem como de harmonização conceitual.

3.1 Você percebe a existência de lacunas referente a grupos populacionais na produção estatística brasileira? Em caso afirmativo, exemplifique.

3.2 Você percebe a existência de lacunas temporais na produção estatística brasileira? Em caso afirmativo, exemplifique.

3.3 Você percebe a existência de lacunas territoriais na produção estatística brasileira? Em caso afirmativo, exemplifique.

3.4 Você percebe a existência de lacunas de harmonização na produção estatística brasileira? Em caso afirmativo, exemplifique.

3.5 Você percebe a existência de lacunas por falta de acesso a registros administrativos na produção estatística brasileira? Em caso afirmativo, exemplifique.

3.6 Você percebe a existência de lacunas por falta de desenvolvimento conceitual ou metodológico na produção estatística brasileira? Em caso afirmativo, exemplifique.

3.7 Você percebe a existência de lacunas de divulgação, no sentido em que um resultado importante seja pouco explorado, na produção estatística brasileira? Em caso afirmativo, exemplifique.

3.8 Você percebe a existência de lacunas por falta de decisão política na produção estatística brasileira? Em caso afirmativo, exemplifique.

3.9 Você percebe a existência de lacunas por falta de recursos humanos, logísticos ou financeiros na produção estatística brasileira? Em caso afirmativo, exemplifique.

3.10 Você percebe a existência de lacunas por característica ou causa distintas das anteriormente mencionadas na produção estatística brasileira? Em caso afirmativo, exemplifique. Algum comentário adicional?

MODELO

QUADRO 4. Organização e a propriedade dos domínios da CIE de serem mutuamente exclusivos

O nível mais agregado da CIE são os domínios: *Estatísticas Sociais; Estatísticas Econômicas*; *Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente e;* Métodos *e classificações.*

4.1 Representam bem o princípio classificador da CIE, isto é, expressam de forma clara os grandes temas sobre os quais são e devem ser produzidas informações estatísticas pelo SEN brasileiro? Em caso negativo. Comente.

4.2 Os domínios parecem induzir a conteúdo repetitivo? Em caso afirmativo. Identifique.

4.3 Os domínios, tal como definidos, podem estar deixando de fora mensurações estatísticas relevantes?

As respostas aos quadros 5, 6 e 7 são opcionais.

QUADRO 5. Organização, homogeneidade, clareza e o caráter mutuamente exclusivo dos temas e subtemas do domínio *Estatísticas Sociais* da CIE.

5.1 No que diz respeito ao domínio *Estatísticas Sociais* da CIE, a organização lógica dos temas e subtemas causa alguma estranheza? Em caso afirmativo, comente.

5.2 Os temas e subtemas lhe parecem homogêneos, com sua denominação indicado claramente seu conteúdo? Listar os casos em que isso não ocorre.

5.3 Algum (ns) tema (s) lhe parecem mal alocados no domínio? Em caso afirmativo, quais?

5.4 Os temas parecem repetitivos entre si, isto é, falta clareza de separação de conteúdo entre temas? Em caso afirmativo, em que casos isso ocorre?

5.5 Registre aqui observação adicional.

MODELO

QUADRO 6. Organização, homogeneidade, clareza e caráter mutuamente exclusivo dos temas e subtemas do domínio *Estatísticas Econômicas* da CIE.
6.1 No que diz respeito ao domínio *Estatísticas Econômicas* da CIE, a organização lógica dos temas e subtemas causa alguma estranheza? Em caso afirmativo, comente. 6.2 Os temas e subtemas lhe parecem homogêneos, com sua denominação indicado claramente seu conteúdo? Listar os casos em que isso não ocorre. 6.3 Algum (ns) tema (s) lhe parecem mal alocados no domínio? Em caso afirmativo, quais? 6.4 Os temas parecem repetitivos entre si, isto é, falta clareza de separação de conteúdo entre temas? Em caso afirmativo, em que casos isso ocorre? 6.5 Registre aqui observação adicional.

QUADRO 7 Organização, homogeneidade, clareza e caráter mutuamente exclusivo dos temas e subtemas do domínio *Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente* da CIE.
7.1 No que diz respeito ao domínio *Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente* da CIE, a organização lógica das divisões e subdivisões causa alguma estranheza? Em caso afirmativo, comente. 7.2 Os temas e subtemas lhe parecem homogêneos, com sua denominação indicado claramente seu conteúdo? Listar os casos em que isso não ocorre. 7.3 Algum (ns) subtema (s) do tema Estatísticas de Multidomínio lhe parece (m) mal alocado (s)? Em caso afirmativo, quais? 7.4 Registre aqui observação adicional.

MODELO

QUADRO 8. Atores relevantes para a consulta sobre a CIE e lacunas.

O propósito desse quadro é validar lista de categorias de atores para consulta na validação da CIE e identificação de lacunas.
8.1 Expresse sua concordância (sim) ou discordância (não) com cada uma das categorias de atores listadas abaixo e relacionamentos associados. Estabeleça prioridade de 0 a 10 para a consulta pretendida.

	Concorda?		Prioridade
Comunidade Estatística Internacional	**Sim**	**Não**	_____
Governos (representantes do Estado)	**Sim**	**Não**	_____
Classe política (representantes do Estado)	**Sim**	**Não**	_____
Órgãos governamentais (representantes do Estado)	**Sim**	**Não**	_____
Organizações públicas e privadas (produzem conhecimento e informação)	**Sim**	**Não**	_____
Academia (produtores de conhecimento e informação)	**Sim**	**Não**	_____
Meios de comunicação (produtores de conhecimento e informação)	**Sim**	**Não**	_____
Profissionais na produção de estatísticas públicas	**Sim**	**Não**	_____
Cidadãos e entidades da sociedade civil e setor privado (respondentes)	**Sim**	**Não**	_____
Cidadãos e entidades da sociedade civil e do setor privado (usuários)	**Sim**	**Não**	_____

8.2 Identifique melhorias para as categorias propostas.

8.3 Proponha inclusões de categoria (s) que considere pertinentes. Justifique.

8.4 Proponha exclusões de categoria (s) que não considere pertinentes. Justifique.

Respondente: MODELO

Instituição/ lotação:

Data: XX/XX/2020

Anexo 3

Quadros contendo graus de prioridades atribuídos às diferentes categorias de atores do entorno do SEN a partir das entrevistas realizadas e que serviramu de base à construção da hierarquização média.

Atores: hierarquização atribuída por cada respondente e hierarquização média
(Continua)

Categorias de Atores	Entrevista 1 (Não opinou)	Entrevista 2 (Não opinou)	Entrevista 3	Entrevista 4	Entrevista 5
Comunidade Estatística Internacional			10	10	Não incluir (0)
Governos (representantes do Estado)			9	Não incluir (0)	Média (6)
Classe política (representantes do Estado)			Não incluir (0)	Não incluir (0)	Não incluir (0)
Órgãos governamentais (representantes do Estado)			5	10	Forte (10)
Organizações públicas e privadas (produzem conhecimento e informação)			9	10	Média (6)
Academia (produtores de conhecimento e informação)			10	10	Forte (10)
Meios de comunicação (produtores de conhecimento e informação)			Não incluir (0)	Não incluir (0)	Fraca (3)
Profissionais na produção de estatísticas públicas			10	10	Forte (10)
Cidadãos e entidades da sociedade civil e setor privado (respondentes)			Não incluir (0)	9	Fraca (3)
Cidadãos e entidades da sociedade civil e do setor privado (usuários)			Não incluir (0)	9	Forte (10)

Atores: hierarquização atribuída por cada respondente e hierarquização média
(Continua)

Categorias de Atores	Entrevista 6	Entrevista 7	Entrevista 8	Entrevista 9	Entrevista 10
Comunidade Estatística Internacional	(8)	(10)	10	10	10
Governos (representantes do Estado)	(7)	(10)	10	9	10
Classe política (representantes do Estado)	(7)	Não incluir (0)	Não incluir (0)	Não incluir (0)	Não incluir (0)
Órgãos governamentais (representantes do Estado)	(10)	(10)	10	10	10
Organizações públicas e privadas (produzem conhecimento e informação)	(7)	(9)	9	10	10
Academia (produtores de conhecimento e informação)	(10)	(10)	9	8	10
Meios de comunicação (produtores de conhecimento e informação)	(7)	(9)	8	Não incluir (0)	Não incluir (0)
Profissionais na produção de estatísticas públicas	(7)	(9)	9	9	10
Cidadãos e entidades da sociedade civil e setor privado (respondentes)	(7)	(9)	8	9	10
Cidadãos e entidades da sociedade civil e do setor privado (usuários)	(7)	(9)	8	9	10

Atores: hierarquização atribuída por cada respondente e hierarquização média (Final)

Categorias de Atores	Entrevista 11	Entrevista 12	Entrevista 13	Entrevista 14	Entrevista 15	Posição média
Comunidade Estatística Internacional	10	9	7/8 (8)	5	10	**8,5**
Governos (representantes do Estado)	8	5	Não incluir (0)	2	Não incluir (0)	**5,8**
Classe política (representantes do Estado)	8	2	Não incluir (0)	1	Não Incluir (0)	**1,4**
Órgãos governamentais (representantes do Estado)	8	8	10	8	10	**9,2**
Organizações públicas e privadas (produzem conhecimento e informação)	8	6	10	6	10	**8,5**
Academia (produtores de conhecimento e informação)	9	7	10	4	8	**8,9**
Meios de comunicação (produtores de conhecimento e informação)	8	3	6/7 (7)	3	7	**4,2**
Profissionais na produção de estatísticas públicas	9	10	10	9	10	**9,4**
Cidadãos e entidades da sociedade civil e setor privado (respondentes)	8	4	8	7	Não Incluir (0)	**6,3**
Cidadãos e entidades da sociedade civil e do setor privado (usuários)	8	4	8	10	Não Incluir (0)	**7,1**

Fonte: Elaboração própria

Anexo 4

CLASSIFICATION OF STATISTICAL ACTIVITIES (CSA REV. 1 - October 2009)
file:///D:/Users/marciaq/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/SPOLAYUY/csa_rev_1_october_2009.pdf

Domain 1: Demographic and social statistics

- 1.1 Population and migration
- 1.2 Labour
- 1.3 Education
- 1.4 Health
- 1.5 Income and consumption
- 1.6 Social protection
- 1.7 Human settlements and housing +
- 1.8 Justice and crime
- 1.9 Culture
- 1.10 Political and other community activities
- 1.11 Time use

Domain 2: Economic statistics

- 2.1 Macroeconomic statistics
- 2.2 Economic accounts
- 2.3 Business statistics
- 2.4 Sectoral statistics
  - 2.4.1 Agriculture, forestry, fisheries
  - 2.4.2 Energy
  - 2.4.3 Mining, manufacturing, construction
  - 2.4.4 Transport
  - 2.4.5 Tourism
  - 2.4.6 Banking, insurance, financial statistics
- 2.5 Government finance, fiscal and public sector statistics
- 2.6 International trade and balance of payments
- 2.7 Prices
- 2.8 Labour cost
- 2.9 Science, technology and innovation

Domain 3: Environment and multi-domain statistics

- 3.1 Environment
- 3.2 Regional and small area statistics
- 3.3 Multi-domain statistics and indicators
  - 3.3.1 Living conditions, poverty and cross-cutting social issues
  - 3.3.2 Gender and special population groups
  - 3.3.3 Information society

3.3.4 Globalisation
3.3.5 Indicators related to the Millennium Development Goals
3.3.6 Sustainable development
3.3.7 Entrepreneurship
3.4 Yearbooks and similar compendia

Domain 4: Methodology of data collection, processing, dissemination and analysis

4.1 Metadata
4.2 Classifications
4.3 Data sources
4.3.1 Population and housing censuses; registers of population, dwellings and buildings
4.3.2 Business and agricultural censuses and registers
4.3.3 Household surveys
4.3.4 Business and agricultural surveys
4.3.5 Other administrative sources
4.4 Data editing and data linkage
4.5 Dissemination, data warehousing
4.6 Statistical confidentiality and disclosure protection
4.7 Data analysis Domain

5: Strategic and managerial issues of official statistics

5.1 Institutional frameworks and principles; role and organization of official statistics
5.2 Statistical programs; coordination within statistical systems
5.3 Quality frameworks and measurement of performance of statistical systems and offices
5.4 Management and development of human resources
5.5 Management and development of technological resources (including standards for electronic data exchange and data sharing)
5.6 Coordination of international statistical work
5.7 Technical cooperation and capacity building

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Cadastros e Classificações

Francisco de Souza Marta

Gerência de Classificações

Breno Campolina

Condução e documentação do projeto

Marcia Maria Melo Quintslr

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.

/ibgeoficial /ibgeoficial /@ibgeoficial /ibgecomunica /ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

ISBN 978-85-240-4602-5